

FACULDADE CÁSPER LÍBERO
Mestrado em Comunicação

**Retórica do Poder e a Ministra Cármen Lúcia como Mito Social:
Representação da Justiça e do STF nA sociedade do espetáculo**

Patricia Midões de Matos

São Paulo
2020

PATRICIA MIDÕES DE MATOS

**Retórica do Poder e a Ministra Cármen Lúcia como Mito Social:
Representação da Justiça e do STF nA sociedade do espetáculo**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade Cásper Líbero, na área de concentração Comunicação na Contemporaneidade, linha de pesquisa Jornalismo, Imagem e Entretenimento, como requisito à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador(a): Prof.(a). Dr.(a).
Cláudio Novaes Pinto Coelho

**São Paulo
2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Prof. José Geraldo Vieira

Matos, Patricia Midões de

Retórica do poder e a Ministra Carmen Lúcia como mito social: representação da Justiça e do STF na Sociedade do Espetáculo / Patricia Midões de Matos. -- São Paulo, 2020.

153 f. : 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade Cásper Líbero, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Novaes Pinto Coelho.

1. Supremo Tribunal Federal. 2. Retórica. 3. Poder. 4. Mídia. 5. Mito. 6. Sociedade do Espetáculo. I. Coelho, Cláudio Novaes Pinto. II. Faculdade Cásper Líbero, Mestrado em Comunicação. III. Título.

CDD 341.2

Bibliotecária responsável: Letícia Marina dos Santos - CRB 8/8369

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

AUTORA: PATRICIA MIDÕES DE MATOS

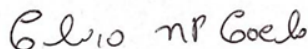
**“RETÓRICA DO PODER E A MINISTRA CÁRMEN LÚCIA COMO MITO SOCIAL:
REPRESENTAÇÃO DA JUSTIÇA E DO STF NA SOCIEDADE DO ESPETÁCULO”**



Profa. Dra. Deysi Oliveira Cioccarri
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP



Profa. Dra. Simonetta Persichetti
Faculdade Cásper Líbero - FCL



Prof. Dr. Cláudio Novaes Pinto Coelho
Faculdade Cásper Líbero - FCL

Data da Defesa: 23 de novembro de 2020.

Aos meus filhos.

Aos meus sobrinhos e afilhados, tão queridos filhos do coração;

Aos meus alunos de todos os tempos.

AGRADECIMENTOS

Ao dom da vida.

À minha mãezinha, *mamy* Maria Midões, que me ensinou a medida certa e a dose correta dos tons da vida em cada cena que pode ser pintada pelas nossas mãos. Meu pai sentiria um orgulho enorme em participar desse momento, no entanto está *in memori*.

Às minhas irmãs Priscila e Tatiana que torceram por mim a cada telefone e ao meu irmão Yuri, que cotidianamente cuida de nossa mãe.

À minha família, meus três filhos que são toda a força que uma pessoa pode ter nesse mundo: Inês, Leonardo e Esther; Geraldo José de Matos a quem agradeço as orações.

Àqueles que me apoiaram no Hospital das Clínicas, Dr. Décio Mion, Dra. Izabel Cristina Rios. Minha prima Dra. Linamara Rizzo Battistella por toda a inspiração que contagia. Dra. Mariana Abrahão Spedo com quem divido o meu dia.

Aos meus mestres na Cásper Líbero, principalmente ao meu orientador Professor Doutor Cláudio, a quem eu agradeço por toda paciência e orientação tão ética.

À Professora Doutora Simonetta Persichetti pelo ensino de como ver imagens e por todo o conhecimento compartilhado; Professora Doutora Marli dos Santos pelos pertinentes conselhos de ensino aprendizagem e vida; Professor Doutor José Eugênio de Oliveira Menezes por ser a doçura de pessoa que ele é, associado ao grande conhecimento; Professora Doutora Ana Luiza Coiro Moraes que pelo seu amor à Literatura faz as aulas serem muito melhores.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação, Daniel de Souza Brito, Andreia Munhoz Lopes Fernandes, Ana Cristina de Macedo Pantaleão Rocha, e do protocolo Alessandra, por toda a prestatividade no atendimento;

Aos meus colegas de mestrado que se tornaram meus amigos, de estudos e jornada; e com quem eu espero poder brindar outras muitas conquistas.

Ao meu amigo e padrinho Professor Doutor Evandro Faustino cujas observações do ponto de vista histórico e didático me fizeram pensar cada palavra usada no Projeto de Pesquisa.

...a honra pode ser imerecida, a alegria nunca o é. [...] a “inocência” moderna fala do poder como se ele fosse um: de um lado, aqueles que tem, de outro, os que não tem.

A linguagem é uma legislação, a língua é seu código.

(Roland Barthes - Aula Inaugural, 1977)

Minha liberdade é escrever. A palavra é o meu domínio sobre o mundo.

(Clarice Lispector)

RESUMO

O assunto do nosso estudo se inicia e tem relação com a inquietude sentida diante de conteúdos presentes em matérias, imagens, entrevistas, pronunciamentos gerados pela mídia e que envolvem mulheres no poder, política, discursos e ideologias principalmente nos anos de 2015 e 2016 e que abrange o Supremo Tribunal Federal. De alguma forma passam pela nossa experiência de leitura enquanto gênero feminino, enquanto educadores, estudiosos da Literatura, da Filosofia e da Retórica e do jornalismo, pelo crescente interesse pelo estudo das imagens na cultura das visualidades, pela relevância científica e social que o tema desperta e, desencadeia a devolutiva do nosso olhar como resposta crítica sobre os fatos. Nossa maior inquietação é a figura da ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha enquanto discursa ao tomar posse como presidente do Supremo Tribunal Federal no ano de 2016. O intuito com essa pesquisa é demonstrar como a mídia constrói um mito social através da divulgação da imagem da ministra Cármen Lúcia junto com a explanação do seu discurso de posse. A pesquisa percorre os anos de 2003 a 2018, através do acompanhamento de artigos publicados na mídia, nos veículos Revista *Veja* e *Folha de S.Paulo*, e um diálogo com os fatos publicados nos órgãos oficiais STE, STF e CNJ. O referencial teórico contém três autores principais, Roland Barthes com o livro *Mitologias*, Guy Debord com *Sociedade do Espetáculo* e Chain Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca como o *Tratado da Argumentação - A Nova Retórica* e outros apoios bibliográficos sugeridos para exploração e aprofundamento do e para garantir que o processo de posicionamento do pesquisador seja ético e específico, atitudes que conduzem o trabalho acadêmico.

Palavras-chave: Supremo Tribunal Federal. Retórica. Poder. Mídia. Mito. Sociedade do Espetáculo.

ABSTRACT

The subject of our study begins and is related to the restlessness felt in the face of content present in articles, images, interviews, pronouncements generated by the media and involving women in power, politics, speeches and ideologies mainly in the years 2015 and 2016 and covering the Supreme Court of Brazil. In some way, they go through our reading experience as women, as educators, as Literature, Philosophy and Rhetoric and journalism scholars, by the growing interest in the study of images in the culture of visualities, by the scientific and social relevance that the subject awakens, and trigger the return of our gaze as a critical response to the facts. Our greatest intrigue is the figure of Minister Carmen Lúcia Antunes Rocha as she speaks as president of the Supreme Court of Brazil in 2016. The purpose of this research is to demonstrate how the media builds a social myth through the dissemination of the image of Minister Carmen Lúcia along with the explanation of her inauguration speech. The research covers the years from 2003 to 2019, through the tracking of articles published in the media, in the vehicles magazine *Veja* and newspaper *Folha de S.Paulo*, and a dialogue with the facts published in the official bodies STF and CNJ. The theoretical reference contains three main authors, Chain Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca with the *The New Rhetoric: A Treatise on Argumentation*; Guy Debord with *Society of the Spectacle*; and Roland Barthes with the book *Mythologies*, in addition to other bibliographic support suggested for exploring and deepening the theme and ensuring that the researcher's positioning process is ethical and specific, attitudes that conduct the academic work.

Keywords

Supreme Court of Brazil; Rhetoric; Power; Media; Mytho; Society of the Spectacle.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|-----|
| Figura 1 - Recado dado ao STF..... | 41 |
| Figura 2 - Triunfo Histórico | 60 |
| Figura 3 - <i>Slogan</i> do Mandato Lula | 61 |
| Figura 4 - Mensalão entra para a História - 06/06/2005 - Capa Folha de S.Paulo | 65 |
| Figura 5 - Joaquim Barbosa – menino pobre | 69 |
| Figura 6 - Dilma é a eleita - 1/11/2010 - Capa Folha de S.Paulo | 71 |
| Figura 7 - <i>Slogan</i> do Primeiro Mandato Dilma | 72 |
| Figura 8 - Cerimônia de transição da faixa presidencial | 74 |
| Figura 9 - Condenados do Mensalão - 10/10/2012 - Capa Folha de S.Paulo | 77 |
| Figura 10 - Protestos de Rua - 20/06/2013 - Capa Folha de S.Paulo | 78 |
| Figura 11- Dilma é reeleita - 26/10/2014 - Capa Folha de S.Paulo | 81 |
| Figura 12 - <i>Slogan</i> do Segundo Mandato Dilma | 83 |
| Figura 13 - <i>Impeachment</i> – 05/12/2015 - Capa Folha de S.Paulo | 85 |
| Figura 14 - <i>Slogan</i> do Governo Temer | 86 |
| Figura 15 - Zavascki – perda lamentável, diz Temer | 88 |
| Figura 16 - Presidente indica a 2ª mulher ao STF - 11/05/2006 - Folha de S.Paulo | 98 |
| Figura 17 - Lula indica a advogada mineira Cármen Lúcia | 99 |
| Figura 18 - Solenidade de Entronização no Supremo Tribunal Federal | 104 |
| Figura 19 - Cármen Lúcia é acolhida por Lula | 105 |
| Figura 20 - Cármen Lúcia inova com calça comprida em sessão | 108 |
| Figura 21 - Detalhe da foto de Cármen Lúcia com calça comprida | 110 |
| Figura 22 - Como efetiva no TSE | 113 |
| Figura 23 - Abraço entre Dilma e Cármen Lúcia | 114 |
| Figura 24 - “Tenho uma mãe superiora dentro de mim” | 117 |
| Figura 25 - Discurso de agradecimento ao desempenho da ministra | 119 |
| Figura 26 - STF de portas abertas para o futuro | 121 |
| Figura 27 - Detalhe da imagem STF de portas abertas para o futuro | 122 |
| Figura 28 - Dia das crianças no STF em 2016 | 123 |
| Figura 29 - Cármen Lúcia com crianças em evento no STF em 2016 | 124 |
| Figura 30 - "Não nos deixam falar" | 125 |
| Figura 31 - Primeira vez como interina | 127 |
| Figura 32 - Cármen Lúcia assume como interina | 128 |
| Figura 33 - Foto do G1 de primeira vez como interina | 129 |
| Figura 34 - Segunda vez como interina | 131 |
| Figura 35 - Terceira vez como interina | 133 |
| Figura 36 - Terceira vez como interina: Cármen Lúcia prefere discricção | 134 |
| Figura 37 - Quarta vez como interina | 136 |
| Figura 38 - Detalhe da Agência Brasil - quarta vez como interina | 137 |
| Figura 39 - Quarta vez como interina: assinatura de decreto de segurança pública | 138 |
| Figura 40 - Quinta vez como interina | 139 |
| Figura 41 - Evento "Educação: Saber e Poder" | 141 |
| Figura 42 - A roda das mulheres | 142 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 - Quadro de Matérias selecionadas | 22 |
| Gráfico 2 - Quadro Geral | 22 |

LISTA DE QUADRO

| | |
|-------------------|----|
| QUADRO 1 - Teoria | 39 |
|-------------------|----|

SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|----------------------|---|
| ADI 3197 | Cotas de ingresso para a Universidade de Brasília |
| ADC | Ação Declaratória de Constitucionalidade |
| ADC 29 e 30 ADI 4578 | Relacionado a Lei da Ficha Limpa e mudança de partidos/legendas |
| ADI | Ação Direta de Inconstitucionalidade |
| ADI 3510 | Pesquisa e Terapia com células tronco embrionárias congeladas, não mais adequadas para fertilização |
| ADI 4815 | Limites das liberdades de expressão - Liberação/autorização para publicação de biografias não autorizadas |
| ADPF | Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental |
| ADPF 132 e ADI 4277 | União Homoafetivas |
| ADPF 186 - 2 | Sobre Cotas Raciais e ADI 3197 e ADPF 186 - 2 |
| ADPF 187 e ADI 4274 | Liberdade de manifestação relativa a Marcha da Maconha |
| ADPF 54 | Possibilidade de interrupção da gestação de fetos anencefálicos relacionado ao HC 124 306 |
| AI-5 | Ato Institucional número cinco (AI-5) |
| AP 470 | Ação Penal 470 - Ação referente ao Processo do Mensalão |
| CCJ | Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - do Senado |
| CF | Constituição Federal, art. 102 e 103, 1988 |
| CNJ | Conselho Nacional de Justiça |
| Conjur | Consultor Jurídico |
| DC | Democracia Cristã |

| | |
|------------|---|
| DEM | Democratas |
| ENEM | Exame Nacional do Ensino Médio |
| FAB | Força Aérea Brasileira |
| HC 124 306 | Discriminação do aborto consentido, no início da gestação |
| MDB | Movimento Democrático Brasileiro |
| MP | Ministério Público |
| NOVO | Partido Novo |
| OMSTT | Homenagem com medalha - Supremo Tribunal Federal |
| PAC 1 | Pacote de Aceleração do Crescimento |
| PAC 2 | Pacote de Aceleração do Crescimento |
| PCB | Partido Comunista Brasileiro |
| PCdoB | Partido Comunista do Brasil |
| PCO | Partido da Causa Operária |
| PDT | Partido Democrático Trabalhista |
| PFL | Demóstenes Torres (PFL-GO) |
| PL | Partido Liberal |
| PMB | Partido da Mulher Brasileira |
| PMDB | Pedro Simon (PMDB-RS) |
| PMN | Partido da Mobilização Nacional |

| | |
|---------------|---|
| Podemos | PODE |
| PRG | Procuradoria Geral da República |
| PRG-MG | Procuradoria Geral da República de Minas Gerais |
| Progressistas | PP |
| PROS | Partido Republicano da Ordem Social |
| PRTB | Partido Renovador Trabalhista Brasileiro |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| 1 FRAGMENTOS DE UM DISCURSO E A RETÓRICA DO PODER | 22 |
| 1.1 Com Quem Fala Cármen Lúcia e Meu Problema da Pesquisa | 22 |
| 1.1.2 Porque ela dialoga com a sociedade - Liberdade de Expressão | 28 |
| 1.1.3 Trajetória por Referências Culturais | 30 |
| 1.1.4 Valores, Votos e Produção Acadêmica | 32 |
| 1.2 Da descrença da sociedade a um voto de fé - O que a mídia viu e falou | 40 |
| 1.2.1 O que espera a sociedade - Problematização da justiça | 41 |
| 1.2.2 Uma prévia de resposta a sociedade – Ela responde | 43 |
| 2 STF - DO OUTRO DESCONHECIDO A ESSE OUTRO ESPETACULARIZADO | 46 |
| 2.1 Ontem e Hoje - Da Independência à Constituição de 1988 | 49 |
| 2.2 A Redemocratização e os Poderes | 52 |
| 2.2.1 Presidente do STF e Presidente Interino | 55 |
| 2.2.2 Atribuições e Foro Privilegiado ou Foro Especial por Prerrogativa de Função | 55 |
| 2.2.3 Primeira e Segunda Turmas | 56 |
| 2.2.4 CNJ e Comunicação no Supremo | 57 |
| 2.2.5 Do Tribunal Superior Eleitoral | 57 |
| 2.3 Governo Lula - Da Última Campanha à Transição da Faixa Presidencial | 59 |
| 2.3.1 O mensalão | 63 |
| 2.3.2 Visibilidade do Supremo e Ministro Joaquim Barbosa como espelho | 68 |
| 2.4 Dilma é a eleita, ex guerrilheira, petista, presidenta | 70 |
| 2.4.1. Jornada de junho e outros protestos | 77 |
| 2.4.2 Reeleita num mandato que começa agonizante rumo ao <i>Impeachment</i> | 81 |
| 2.4.3 Temer assume com "Ordem e Progresso" - Teori do STF ao TÍTULO | 86 |
| 2.4.4 Cármen Lúcia nas Eleições de 2018 | 89 |
| 3 A IMAGEM PERPETUADA PELA MÍDIA - LEITURA DO MITO E INTERPRETAÇÃO | 92 |
| 3.1 A imagem fotográfica de Kossoy e a imagem mítica de Barthes | 92 |
| 3.2 Justiça e Poder - Vestida de Mulher | 102 |
| 3.3 Ensaio de Gestão - Presidente no TSE em 2012 e no STF em 2016 | 112 |
| 3.4 Representação como Presidente Interina do Brasil | 126 |
| 3.4.1 Primeira vez como interina - abril de 2018 | 127 |
| 3.4.2 Segunda vez como presidente interina - junho de 2018 | 131 |
| 3.4.3 Terceira vez como presidente interina - julho de 2018 | 133 |
| 3.4.4 Quarta vez como presidente interina - julho de 2018 | 135 |
| 3.4.5 Quinta vez como presidente interina - agosto de 2018 | 139 |
| 3.5 O que se reivindica e o que se comemora - Os discursos finais | 140 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 144 |
| REFERÊNCIAS | 152 |

INTRODUÇÃO

A proposta desta dissertação de mestrado tem como tema a mudança da imagem do Supremo Tribunal Federal na mídia, e de quem assume a sua presidência, como a divulgação que a mídia faz da imagem da ministra Carmem Lúcia, representante da justiça nacional e que se traduz enquanto linguagem em seu discurso de posse, em 12 de setembro de 2016, para a gestão do biênio 2016 a 2018. E como delimitação do tema, assistíamos neste momento na sociedade brasileira à queda da primeira mulher presidente do Brasil, eleita e reeleita popularmente, representante do poder máximo executivo e que em março de 2016 sofre o *impeachment* conduzido pela Câmara, mesmo ano e época Cármen Lúcia do judiciário emerge como figura feminina no poder, representante do judiciário nacional. Dessa forma, nesta dissertação analisamos como a mídia representou o Supremo tendo em vista a construção da imagem da ministra Carmem Lúcia levando em consideração as suas estratégias discursivas ao assumir como mulher a mais alta Corte do país.

Numa sociedade pautada pelos diversos meios de comunicação, nunca como agora foram tantos e tão intensos em matéria de produção e veiculação de mensagens disponíveis, de teor informativo e formativo. Quando nos referimos a meios de comunicação, ampliamos a essa interferência de avaliação, as ideologias de poder que mescladas a uma pauta atrativa e com respaldo social, colaboram com essa formação. Cada vez mais a ideia de poder veiculada pela mídia vem permeada de conteúdos com itens pressupostos do que é atrativo e voltado ao “entretenimento”. A proliferação dos discursos na mídia, quer sejam discursos construídos por imagens ou quer textos, em mídias impressas e eletrônicas, nem sempre traz um sinônimo de realidade. A abundância de imagens constitui, muitas vezes, vertigens e consolida “verdades” nem sempre comprovadas no fato histórico.

Quanto à produção e consumo de imagens, Guy Debord (2012), autor que compõe o referencial teórico, fala sobre a perpetuação do presente que se instala a partir da excessiva divulgação de imagens. Com essa perpetuação do “presente” perdemos de certa forma a construção linear de fatos históricos relevantes, como a pensar que sempre aquilo que intriga ou inquieta faz parte da realidade sem contexto. Ou pior, a partir do “presente que se perpetua”, aliena-se sem maiores questionamentos. (DEBORD, 2012, p.10). Ainda segundo o autor de *Sociedade do Espetáculo*, "a linguagem do espetáculo é constituída por signos da produção reinante que são ao mesmo tempo a finalidade última desta produção" (DEBORD, 2012, p.10). E ressalta: "Onde o mundo real se converte em

simples imagens e simples imagens tornam-se seres reais, e motivações eficientes de um comportamento hipnótico. [...]. Onde quer que haja representação independente, o espetáculo reconstitui-se”. (DEBORD, 2012, p.19)

A pesquisa explorou as mídias no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010 com dois mandatos). Desde 2006 o Brasil passava por momentos de forte movimento em combate à corrupção no país. O escândalo do Mensalão tomou as mídias e o Supremo Tribunal Federal tornou-se o epicentro da sociedade da qual se esperava Justiça. Em 2011 Dilma Rousseff, sucessora de Lula, assume a Presidência do Brasil, sendo a primeira mulher no Planalto. Enquanto a mídia divulgava escândalos de corrupção relacionados à Lava Jato, que envolvia membros do mesmo partido político da presidência. A partir de 2013 já se estampam em todas as capas de revista, um governo do Brasil em queda. E em 2015 e 2016, assistimos em todos os meios de comunicação a primeira mulher presidente, em seu segundo mandato, a sofrer o *Impeachment*.

Outro acontecimento importante desencadeado a partir de 2013, amplamente divulgado pelas mídias digitais e meios de comunicação são as disputas de poder: por um lado o poder público e políticas relacionadas ao presidente e por outro as instituições de aplicações da lei cada vez mais autônomas. Consequentemente, ao sairmos da teoria crítica e dos estudos sociológicos que estruturam o pensamento moderno sobre a política dominante e suas principais ideologias, nos deparamos na prática com uma grave crise política no Brasil. Ora os ministros do Supremo Tribunal Federal estavam a votar contra o maior esquema de corrupção já visto na história do país. Enfatizando um gigantesco consumo de aspiração de Justiça pelos cidadãos brasileiros.

Cármem Lúcia em sua trajetória profissional, desde a sua indicação ao STF por Lula em 2006 e, após dez anos como Ministra, inclui sua passagem ao Tribunal Superior Eleitoral em época de eleições. Enquanto Presidente da mais alta Corte do Brasil assume juntamente a responsabilidade do Conselho Nacional de Justiça. Percurso que tendeu ser significativo para a resposta que antevemos de como a mídia representou o Supremo, tendo em vista a construção da imagem da ministra Carmem Lúcia, neste contexto político.

Diante de fatos considerados de grande relevância social e crítica entre os anos citados, principalmente, como escândalos sobre corrupção de membros de partidos atuantes nos governos. Vimos a atuação do judiciário, juntamente com o papel da mídia na divulgação dos fatos como nunca antes. Exatamente quando o judiciário esteve em grande evidência, e gerou uma enorme repercussão de seus membros. E assim

entendemos que os meios de comunicação jornalístico se tornaram o núcleo central da reprodução exagerada de imagens midiáticas. Esse domínio da mídia se estendeu não só àquilo que chamamos de jornalismo, mas à sociedade como um todo, perpassando todos os processos sociais como os campos econômicos, políticos, educacionais, culturais e jurídicos.

E a partir deste contexto sociopolítico e cultural, questionou-se como a imagem de Cármen Lúcia foi divulgada e apresentada à sociedade. E acreditamos que a mídia construiu uma imagem de Cármen Lúcia muito próxima a ideia de um mito social. Sendo a principal questão: Como a mídia representou o Supremo, de modo geral, e a ministra Cármen Lúcia em especial, tendo em vista o discurso proferido por ela na ocasião de sua posse.

O objeto que a pesquisa pressupôs foi a imagem da ministra Cármen Lúcia enquanto membro do STJ, e mais propriamente, o objeto do nosso estudo foi justamente demonstrar como a mídia representou a sua imagem. E a principal hipótese, ou a mais evidente, é que a imagem divulgada pela imprensa é de que a ministra é muito austera e que agia principalmente contra a corrupção no País. Entretanto acreditamos como hipótese primária que Cármen Lúcia é construída pela mídia como uma pessoa simples que ascende ao Supremo em defesa da Constituição. Em matéria dos estudos das visualidades consideramos no discurso imagético a possibilidade de leitura conforme Barthes (1995) vem elucidar: “dando por natural aquilo que é historicamente construído” (BARTHES, 1995, p.11). E nos artigos e matérias de jornal, trazem em sua construção, como eixo central da divulgação da imagem da ministra, a Constituição da República Federativa do Brasil como livro-ícone máximo da justiça no país contra a corrupção.

Sem dúvida alguma, foi o direito constitucional que impulsionou os estudos de Cármen Lúcia, com muitos livros e mais de setenta artigos publicados, com muitos estudos relacionados ao campo da Constituição Brasileira datada de 1988, e que são fundamentais para manter a ordem no país, e processos de cidadania, divulgados pela mídia principalmente relacionados ao combate da corrupção. Contudo, nessa pesquisa trazemos a hipótese de que Cármen Lúcia traduz uma imagem ainda mais abrangente de guardião da justiça como representante das liberdades e da liberdade de expressão. Em defesa do que é justo nos fez acreditar ser importante apresentar a Magistrada, recém empossada na Presidência do STJ, em seu contexto histórico-social e, também, com o entorno literário e o cenário filosófico no qual está inserida. Defendemos a ideia de que a ministra se mostrou a favor das liberdades e apresentou um discurso precursor de

mudança, principalmente no campo de mudanças de posturas, relacionados a um novo comportamento e educação, no sentido de emancipação como pessoa e cidadão.

A partir da interpretação, do agrupamento de temas e ideias, da análise das reportagens e seleção do corpus, nosso objetivo foi demonstrar como a mídia constrói um mito social através da divulgação da imagem da ministra Cármen Lúcia. E salientar a mudança da imagem do Supremo na mídia, e quais os momentos dessa mudança; além de demonstrar como a mídia representa o Supremo tendo em vista a construção da imagem da ministra Cármen Lúcia, e considerando as premissas do discurso ao assumir a Suprema Corte; pretendeu-se também identificar no discurso da ministra os seus principais argumentos comentados na mídia que vem ao encontro ao objetivo da pesquisa.

Justificamos esta dissertação a partir da inserção na Linha de Pesquisa “Jornalismo, Imagem e Entretenimento”, da área de concentração “Comunicação na Contemporaneidade” da Faculdade Cásper Líbero, e consideramos de grande relevância no campo da comunicação, a investigação metodológica do que foi proposto pela mídia, ou seja, o que disse, a ênfase que foi dada a imagem de Carmem Lúcia relacionada ao Supremo, como foi construída e, o que demonstrou dialogar em suas relações com o discurso escrito e publicado. Acreditamos também como pressuposto básico de estudo que a pesquisa se enquadrou nos estudos de Análise de Discurso das correntes francesas, de interpretação relacionada a discursos jurídicos no campo dos estudos da Retórica na Filosofia fundamentados em Chain Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2002) *Tratado da Argumentação – A Nova Retórica*.

Dialogamos neste trabalho com o livro de Roland Barthes (1985) *Mitologias*. Barthes afirma que “mito é uma fala escolhida pela história: não poderia de modo algum surgir da “natureza” das coisas, e que “tudo pode se constituir um mito, desde que seja suscetível de ser julgado por um *discurso* (grifo nosso). A teoria de Barthes (1995) é de relevante importância, enquanto aliada ao estudo de Chain Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2002). O campo de estudos de ambos os autores se interseccionam no que repercute com o momento político e social. Da mesma forma que acreditamos, que esses autores podem ser conjugados ao pensamento contemporâneo sobre *A sociedade do espetáculo*, teoria desenvolvida por Guy Debord (2012).

Quanto à relevância social do tema, o discurso jurídico da ministra Cármen Lúcia no noticiário, constituído de retórica, e da divulgação na mídia, cuja questões levantadas trazem à tona a ideia de justiça, traz também uma série de outros argumentos com grande ênfase educacional e relacionado à questões de postura cidadã. Dialoga de alguma forma

com os acontecimentos pertinentes do momento político dos anos que o antecederam, e consolida o seu pensamento e a construção da sua imagem no momento e posterior aos fatos. Outros assuntos que foram levantados dizem respeito à população e ação social e tendo em vista todo o percurso de publicações pela mídia da imagem da ministra. Justificando dessa forma, a importância desse estudo, pela visibilidade que o STF adquiriu constituindo-se em espaço político, protagonizado por Carmem Lúcia enquanto figura pública, e que ao nosso parecer, ganhou amplo critério de noticiabilidade.

O referencial teórico relacionado à pesquisa e o levantamento bibliográfico, partiu preliminarmente de diversos espaços acadêmicos tanto físicos como virtuais. Inicialmente começamos a pesquisa nos bancos de teses e dissertações como EBISCO e Scielo, e não encontramos qualquer prévia de conhecimento produzido com similitude do tema exposto. E embora não estejam diretamente interligados ao tema, comunicamos a contribuição que encontramos de autores que são: Alexandre Marques Silva, com a dissertação *A imagem por trás do mito: estratégias discursivas e construção do ethos no discurso político presidencial*; Rodrigo Fontanari. *Como ler imagens? A lição de Roland Barthes* e Eugênio Bucci, com o artigo *Dissonâncias estruturais na comunicação do Poder Judiciário no Brasil: perguntas*.

Como base de análise do trabalho, tivemos com o aporte teórico na dissertação a ser desenvolvido, exatamente três os autores e conceitos que constituíam e colaboraram com a interpretação que pretendíamos desenvolver: Roland Barthes (1985) para a interpretação das imagens e a relação de construção do mito social; Chain Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2002) com o entendimento dos âmbitos que determinam um discurso, ou dos meios utilizados pelo orador com a finalidade de induzir, influenciar e convencer o seu auditório; e Guy Debord (2012) para a compreensão e leitura dos fatos quanto à espetacularização da sociedade.

Da mesma forma que a dissertação se configurou no embasamento do estudo de linguagens e suas relações, imagens como discursos e discursos como construção e divulgação da imagem, também trouxemos no seu contexto sociocultural, a investigação das relações entre jornalismo e espetáculo, sendo, a produção do texto do discurso considerado como um produto/resultado de interesse do jornalismo e informação, da mesma forma que a fotografia - para o fotojornalismo e documentação. Assim, consideramos as fronteiras das áreas da comunicação para o estudo integral dos códigos inseridos nos discursos e os possíveis significados da ação política nele inseridos.

Roland Barthes (1985) foi um dos autores que consideramos importante para suporte teórico e “lente” de ampliação do conhecimento pressuposto. Quanto a leitura sobre a produção do mito na sociedade contemporânea ela colabora com o aprofundamento da compreensão a partir da Semiologia e conseqüentemente da Linguística sobre a interpretação das imagens que circulam como discursos imagéticos na nossa sociedade e não são percebidos *per si*, mas esvaziados de seu contexto histórico.

Outra “lente” pelas quais esse estudo foi desenvolvido e que temos como um importante referencial teórico e de grande importância são os autores Chain Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2002) com o livro *Tratado da Argumentação – A Nova Retórica*. Utilizamos o livro com caráter teórico e metodológico de Análise de Discurso, considerando a abordagem dada pelo próprio autor.

Sobre o suporte de mais uma "lente", outro autor importante como um pensamento de base já mencionado foi Guy Debord (2012). Consideramos que, após vinte e cinco anos de sua morte, ele ainda contribui sobre uma descrição de como vivemos em nossa sociedade, “sociedade do espetáculo”. Quanto à produção de imagens, excesso e circulação, sua teoria exerce uma função determinante, e que acaba por satirizar a própria política.

Não houve qualquer pretensão de se esgotar a matéria que alude ao assunto da pesquisa, mas de construir pressupostos mais ou menos coerentes que façam sentido metodológico para que esse trabalho cumpra a rigor, a pretensão de pesquisa acadêmica a que se dispôs.

Entretendo com o avanço da análise do *corpus* acrescentamos mais dois pensadores fundamentais que ajudaram no progresso e amadurecimento da pesquisa. Boris Kossov (2007) e John B. Thompson (2002) conseqüentemente passaram a fazer parte do aporte teórico no que tange à análise da imagem relacionados aos estudos fotográficos e na colaboração de um fio condutor quanto à conceituação relacionada ao termo ideologia.

Dessa maneira, consideramos como prisma elementar neste trabalho ter um conceito de ideologia como fio condutor para entendimento comum e para extensão do raciocínio. Ao partimos do princípio da necessidade de estudarmos instâncias superestruturadas como é o caso do STF no Brasil, ou seja, o Supremo Tribunal Federal que encontra-se como um defensor da Lei e do Estado em grau máximo no país, compondo um nível jurídico e político de grande importância, supõe-se que o comportamento que envolve esse órgão, de representação da Justiça em última instância,

encontra-se envolvimento de ideologias em graus divergentes, ou seja inspirações e interesses éticos, filosóficos, jurídicos, políticos, religiosos em diferentes níveis e entendimentos.

Sabemos que as normas no Brasil são formuladas pelo Poder Legislativo. Ao Poder Judiciário cabe as garantias de direito e às sanções, principalmente na atualidade, questão em evidência, junto com o STF, como foco da mídia, alvo de notícias. Quanto à abordagem de temas, cabe à Legislação a manifestação dos conceitos jurídicos básicos de uma sociedade democrática, e a organização do Estado e da descrição dos Três Poderes. O conjunto de regras que compõem e acompanham o judiciário como tal instância, também se configura no maior apoio pretendido como legitimador e regulador máximo dos comportamentos humanos *in judice e ex judice*.

No entanto, órgãos e leis são formados, aplicados e seguidos por pessoas. No tocante à ministra Cármen Lúcia, na maioria de suas falas e de seus artigos ela sempre se manifestou embasada na Legislação, contudo a interpretação dada por ela remete aos direitos humanos, e no tocante a sua fala ela os traz no nosso parecer, como uma estratégia de discussão, ou ‘acordo de valores’ a sensibilização da população. E nosso interesse nesse trabalho é demonstrar com a nossa leitura, fatos decorrentes do comportamento discursivo de Cármen Lúcia, o que pode ser entendido a partir de posicionamentos de interesses que se transparecem.

A contribuição de John B. Thompson (2002) à cultura moderna expande o pensamento sobre o conceito de ideologia no livro *Ideologia e Cultura Moderna - a Teoria social na era dos meios de comunicação de massa*. A visão crítica de John B. Thompson (2002) redefine a perspectiva marxista e problematiza o conceito, por exemplo, veiculado pela Escola de Frankfurt, quanto ao entendimento da transformação cultural e sociedade industrial nas formas de cultura da sociedade moderna. Nosso posicionamento também abrangeu os desafios que o conceito de ideologia desenvolve principalmente quando estudamos a relação que pode existir entre a ideia de discurso e de poder. Escolhemos dessa forma o conceito de ideologia explanado por John B. Thompson (2002) para tentar compreender a descrição do interesse pela 'vida social' axiomática apresentada ou representada por Cármen Lúcia.

A Metodologia utilizada referente ao material e análise subentendeu desde o início da pesquisa a Revista *Veja* e o jornal a *Folha de S.Paulo*. Demais publicações relevantes ao trabalho, dos chamados Sites Oficiais, ou seja, Site do STE, STF e do CNJ, foram consideradas como justaposição ou complemento do tema enfatizado. Utilizamos “outras mídias” e assim contabilizamos no trabalho 160 artigos *a priori* para valorizar os

resultados, apresentados no Quadro de Análise. Consideramos a cobertura de amplo período, a saber, de 2003 a 2018, com o intuito de fazer uma possível construção / reconstrução dessa “representação” da imagem da ministra desde o princípio de sua indicação e introdução ao STF. A análise do material foi feita a partir do mote de como Cármen Lúcia se apresentou à sociedade em seu discurso como Presidente do Supremo Tribunal Federal, em 2016, em comparação de como a sua imagem foi veiculada pela mídia. A técnica de análise utilizada para a leitura da sua imagem divulgada por ela mesma e pela mídia já foram esboçadas a partir do referencial teórico descrito.

Gráfico 1 - Quadro de Matérias selecionadas

| Número de notícias utilizados de acordo com cada mídia Período abrangido - 2003 a 2018 | |
|--|-----|
| Matérias selecionadas 160 artigos <i>a priori</i> | 160 |
| Matérias utilizadas | 130 |

Autoria

Gráfico 2 - Quadro Geral

| | Veja | Folha de S.Paulo | STF | CNJ | TSE | Outras Mídias | Capítulo De Livro | Resultado |
|--------------|-------------|-------------------------|------------|------------|------------|----------------------|--------------------------|------------------|
| 2003 | 1 | 2 | | | | | | 3 |
| 2004 | | | | | | | | |
| 2005 | | 1 | | | | | | 1 |
| 2006 | | 1 | | | | 2 | | 3 |
| 2007 | | 1 | | | | | | 1 |
| 2008 | 2 | 1 | | | | | | 3 |
| 2009 | 2 | 2 | 1 | 1 | 2 | 4 | | 12 |
| 2010 | 3 | | | | | | | 3 |
| 2011 | 1 | 1 | | | | | | 2 |
| 2012 | 1 | 1 | 1 | | 3 | 5 | | 11 |
| 2013 | | 3 | | 1 | 2 | 2 | | 8 |
| 2014 | 3 | | 2 | 1 | | 1 | | 7 |
| 2015 | 6 | 1 | 3 | | | 14 | | 24 |
| 2016 | 2 | 3 | 6 | 3 | 2 | 10 | | 26 |
| 2017 | | 1 | 2 | | | 3 | | 6 |
| 2018 | 8 | 2 | | | | 7 | | 17 |
| * | | | | | | | 3 | 3 |
| Score | 29 | 20 | 15 | 6 | 9 | 48 | 3 | 130 |

Autoria

Apresentamos a pesquisa e resultados em caráter exploratório e objetivo. A partir do levantamento bibliográfico de material publicado, cuja constituição principal são imagens (fotografias que foram publicadas e que acompanharam os artigos disponibilizados na internet). E priorizamos a abordagem qualitativa na análise do material. E após a coleta de dados, fizemos a triagem do material. A coleta e seleção de dados foi feita a partir dos assuntos relevantes e com maior concentração dos temas apresentados pela mídia como fontes de caráter primárias, publicações escritas com temas de relevância imediata ao proposto, imagens fotográficas, que se relacionaram diretamente à figura de Cármen Lúcia enquanto ministra e que apresentaram direta relação com o proposto na pesquisa. Também foram considerados como fontes primárias dois artigos escritos pela ministra, como fonte documental consultada, que emitem opinião e colaboraram com o assunto estudado. E principalmente, fragmentos de seu discurso de posse escrito e pronunciado em 2016, texto em primeira pessoa publicado pelo site do STF.

Os locais de coleta das fontes incluíram bibliotecas do governo e particulares, instituições governamentais, e que entramos em contato presencialmente e por e-mail em diversos momentos diferentes durante a pesquisa. Incluíram a Biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo, no Largo São Francisco – São Paulo Capital, a Biblioteca do Ministério Público e Senado em Brasília, Biblioteca Prof. José Geraldo Vieira da Faculdade Cásper Líbero. Os acervos de documentos como os Relatórios de Gestão do Supremo são publicados anualmente e podem ser consultados no site do STF. E as demais publicações nos veículos já mencionados. O universo do material analisado foi considerado universo finito delimitado aos anos já descritos e selecionado de acordo com a relevância do tema: a mudança da imagem do Supremo na mídia, a divulgação que a mídia faz da imagem da ministra Cármen Lúcia no momento de sua posse como presidente, repercussão do seu discurso visto pela mídia.

O corpus da pesquisa teve como analogia a seleção de imagens veiculadas nas mídias escolhidas e pautadas quanto ao tema do projeto, que ajudaram na construção de sua figura pública, nos assuntos pautados pela ministra Cármen Lúcia e que tendem a revelar a construção do mito de que dispomos demonstrar. E o principal critério de seleção compreendeu o período a partir do momento em que a mídia divulgou o seu nome como uma das possíveis pessoas a serem indicadas ao Presidente da República, como candidata ao cargo de ministra que vagava na aposentadoria de membros antigos do Tribunal, compreendendo um período de quinze anos de publicações.

O conteúdo analisado integrou como a mídia veiculou a sua imagem numa abordagem qualitativa, que tendeu a investigar o discurso dos títulos, dos subtítulos que reforçam a comunicação, notícias e reportagens e, de algumas legendas, que circundam as fotos. Com seleção das principais imagens e fotos das matérias relacionadas aos acontecimentos de maior relevância social ao tema abordado – STF e Cármen Lúcia, enquanto finalidade discursivas na construção da imagem da ministra. Foram abordados os fenômenos que tendem descrever a representação da ministra Cármen Lúcia na mídia e que poderiam pressupor relações de poder. O corpus compreendeu sobretudo, como contraponto ou efetivação à sua imagem veiculada na mídia, seu discurso de posse.

O trabalho contém três capítulos: No primeiro capítulo Fragmentos de um Discurso e a Retórica do Poder abordamos o Discurso de Posse da ministra Cármen Lúcia ao assumir como Presidente o Supremo Tribunal de Federal em 2016 para uma gestão de dois anos e, buscando compreender a sua dimensão ideológica. Desenvolvemos em linhas gerais, como principal objetivo, a análise do discurso de posse da ministra enquanto ela se dirige aos seus pares, no ambiente do STF. Nossa principal hipótese era que o seu discurso contivesse elementos mais amplos do que o assunto dirigido ao jurisdicionado, ou seja, aquele que busca os seus interesses através da justiça ou está sob o julgamento de um juiz. Também acreditávamos que a Constituição Federal não fosse o principal eixo do seu discurso, à vista disto tentamos demonstrar os principais elementos que o estruturaram. Na nossa leitura, os interesses de Cármen Lúcia sobre a 'vida social', parecem perpassar, particularmente seus interesses pessoais. Neste capítulo usamos a teoria do *Tratado da Argumentação – A Nova Retórica* de Chain Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2002) sobre Análise de Discurso como principal apoio teórico.

No segundo capítulo sobre o STF - Do outro desconhecido a esse outro espetacularizado trazemos um cenário geral da história do Supremo Tribunal Federal, como ele se estrutura internamente e como foi mostrado na mídia. Quanto à sua exposição, começamos essa demonstração através da história contado por um ministro da época da ditadura, Aliomar Baleeiro, como o STF era visto na década de 60 e como a sua exposição foi gradativamente sendo exibida na mídia de acordo com os fatos que se sucederam nos governos de Lula, Dilma e Temer. A partir do mensalão, caso de denúncia por corrupção apresentada no Supremo Tribunal Federal em 2006, desde então, toda a

sociedade manteve seus olhos no que noticia a mídia e que põe em foco o STF como único respaldo da justiça no país.

Como recurso de agravamento sobre os interesses da política, entendemos que a imagem social sobre o *impeachment* de Dilma por incompetência ou corrupção tem como contraponto a imagem, notoriedade e a notável justiça representada por Cármen Lúcia, numa consolidação de um embate entre Executivo e Judiciário. Para esse fenômeno utilizamos a principal teoria pensada por Guy Debord (2012) que se denomina *A sociedade do espetáculo*. Desta forma acompanhamos e enfatizamos a exposição do STF e seus membros na mídia. E numa elucidação sobre ideologia e escândalos políticos utilizamos John B. Thompson (2002).

No terceiro capítulo A imagem perpetuada - Mídia, Mito e Interpretação enfatizamos a ideia de a imagem da ministra ser construída pela mídia como um mito social. Nossa explanação sobre mito está baseada em Roland Barthes (1985) a partir da teoria desenvolvida no livro *Mitologias*. Simultaneamente com a construção do mito através da fotografia, faremos a leitura da imagem da ministra inerente à sua divulgação e construção pela mídia. Empregamos os estudos de Boris Kosoy (2014) *Os tempos da fotografia _ o efêmero e o perpétuo* para análise da imagem construída durante os principais momentos da trajetória da ministra Cármen Lúcia e em outros fatos que consideramos pertinentes à construção de sua representação.

1 FRAGMENTOS DE UM DISCURSO E RETÓRICA DO PODER

Temos a hipótese que a ministra Cármen Lúcia não tem apenas a Constituição de 1988 como ponto central do seu discurso (como o combate à corrupção) e que ela não fala apenas ao seu auditório, que corresponde ao Jurisdicionado. Nossa função neste capítulo é de levantar as principais premissas do discurso de Cármen Lúcia para que nos ajude a compreender a retórica empregada a favor da imagem de poder que se pretende perpetuar.

Seguindo o referencial teórico da linguística estruturalista da década de 70 otimizou-se a partir daí várias teorias de Análise do Discurso que fazem pensar nos distintos domínios ideológicos de desigualdade e subordinação explorando a natureza linguística discursiva. Escolhemos Chain Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2002) para nos ajudar na abordagem quanto ao discurso de posse da ministra, devido à maior familiaridade de Chain Perelman na construção e desconstrução de estruturas retóricas advindas de base considerada jurídica.

1.1 Com Quem Fala Cármen Lúcia e Meu Problema da Pesquisa

Nos âmbitos da argumentação, a partir do estudo de Análise de Discurso de Chain Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2002), procuramos analisar quem é o auditório de Cármen Lúcia, ou seja, com quem ela fala, como foi levantado na Introdução. Segundo a teoria do autor, para a compreensão de quem são aqueles a quem o discurso é dirigido, o pressuposto de que exista um auditório. E há o 'primeiro contato do orador com o seu auditório'. Esse contato estabelece o "ponto de partida" para início da conversa que ele chama de Acordo. O 'acordo' é um dos mais importantes pressupostos da construção do pensamento Retórico e faz parte do início do desenvolvimento do discurso, pois é nesse elemento que o discurso irá se basear. O Acordo descrito por Chain Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2002) pressupõe que haja valores aceitos. Valores conhecidos e acordados por todos. Fatos ou hipóteses validamente relevantes. Através do que é chamado de 'acordo' estarão contidos os valores a serem negociados, estabelecidos, é por assim dizer, o vínculo estabelecido a partir do orador como o seu auditório. A linguagem em comum que pode haver entre quem emite o discurso e quem o ouve.

Logo nos primeiros parágrafos do Discurso de posse da Ministra Cármen Lúcia na Presidência do STF, ela se dirige ao seu auditório, e insere o processo de indução retórica que se conduz através do verbo na primeira pessoa, como num primeiro contato

com o seu auditório, com o firme intuito de buscar a sua aderência. Esse primeiro momento, conforme a teoria de Chain Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2002), é fundamental para o processo discursivo de aderência de quem está a ouvi-la. Ou seja, ela inicia o discurso falando por si e não em terceira pessoa como se falasse pela própria instituição

1 - Início quebrando um pouco o protocolo ou, pelo menos, interpretando a norma protocolar diferente de como vem sendo interpretada e aplicada: determina se comecem os cumprimentos pela mais elevada autoridade presente. E é justo que assim seja. (STF - Relatório de Gestão 2016)

Com o intuito de influenciar através do seu discurso, e calcada no processo indutivo, quando o orador se dirige ao auditório com a finalidade de convencê-lo, é por assim dizer, uma forma de buscar a aderências dos espíritos. Nesta parte do livro sobre os âmbitos da argumentação, Chain Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2002) discorrem sobre o orador e o auditório, e a escolha de dados no processo discursivo, então percebemos que ao iniciar o discurso quebrando o protocolo já está contido nessa ideia um posicionamento de protesto político e social e demonstrado através de atitudes, numa postura que busca a aderência a sua tese que será apresentada, não com o caráter de uma conclusão irrevogável, mas com a tarefa de abrir uma presunção que pode ser verdadeira ou falsa mas que, busca fortalecimento.

Ao introduzir o primeiro parágrafo com o verbo "Início", na primeira pessoa, sugerindo começo ou provocação, abertura e inauguração, nascimento, estreia, Cármen Lúcia está a dizer “abro”, enceto, abertura de um código ou doutrina, dou início a algo, início uma nova sessão ou reunião (no segundo parágrafo também, coincidentemente começa o parágrafo com a palavra "Principio" repete a ideia no terceiro com um advérbio "inicialmente"). Nas duas palavras que são verbos, indicam ação. O fato de estar na primeira pessoa a coloca no centro do movimento dinâmico de sua comunicação. Ainda enfatiza que está a interpretar a norma protocolar de outra forma. Pode interpretar quem possui pressupostos de comparação, demonstrando a sua dinâmica de pensamento, estudo bem elucidado por Patrícia Perrone Campos Mello (2015) em amplo estudo *Nos bastidores do Supremo*. A ‘letra da lei’, como dizem, é ‘preto no branco’, clara mas cabe interpretação. Acredita-se hoje que a interpretação do judiciário passa por “processos subjetivos”, leitura diferente a um mesmo termo escrito (MELLO, 2015) A ‘letra’ é

distinta, mas a suposição passa por quem a lê. E Cármen Lúcia demonstra que ela tem pressuposto para interpretar, quer seja como pessoa civil ou como magistrada no poder.

No primeiro parágrafo ainda quebra o protocolo, ou seja, quebrar, como o termo que ela mesma escolhe para enfatizar a dinâmica da sua mensagem. Os outros termos são relacionados à ação: interpretar, protocolar, aplicar, determinar, cumprimentar. É do verbo Ser combinado com o adjetivo justo "É justo que assim seja". Contudo, o protocolo quebrado diante da "mais elevada autoridade presente", assume uma postura desafiadora, o lugar representado por ela como a maior autoridade judiciária diante do Executivo

2 - Princípio, pois, meus cumprimentos dirigindo-me ao cidadão brasileiro, princípio e fim do Estado, senhor do Poder da sociedade democrática, autoridade suprema sobre nós, servidores públicos, em função do qual se há de labutar cada um dos ocupantes dos cargos estatais. Cidadão muito insatisfeito hoje, como, estou convencida, todos nós estamos, por não termos o Brasil que queremos, o mundo que achamos que merecemos, mas que é nossa responsabilidade direta colaborar, em nossos desempenhos, para construir. (STF - Relatório de Gestão 2016)

No segundo parágrafo a ministra constrói uma empatia com o cidadão brasileiro a quem ela se dirige. Também constante das teorias da argumentação e bem elucidada por Chain Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2002), na busca por aderência a sua fala, e ela enfatiza, "cidadão muito insatisfeito".

Ao se colocar como compreensiva ou empática e conhecedora dos problemas cotidianos do cidadão, mostra-se aberta e relevante aos seus problemas. Outros tantos sinônimos podem ser acrescentados aqui: aborrecido, contrariado, descontente, desgostoso, malcontente, desagradado, "por não termos o Brasil que queremos, o mundo que achamos que merecemos". Põe o seu saber na ordem dos conflitos sociais não a ser demonstrado de forma lógica dedutiva, mas na linha da imperativa retórica.

A ministra se adequa ao seu discurso, se coloca no lugar do cidadão, nega o seu papel superior. Nesse trecho desabilita temporariamente a sua função de ministra, se revela desagradada com o governo pois merecemos mais, como se revelasse "por quem nos representa", talvez numa alusão ao próprio presidente Temer, merecemos mais por quem está diante do "cidadão brasileiro".

Ao ser extremamente enfática ao falar como pessoa física, amplia e ampara a sua autoridade e a organização que representa, o STF, como amplia o contexto das preocupações sociais, as possíveis preocupações políticas e econômicas apresentadas pelos jurisdicionados. Embora a tentativa de ampliação do seu auditório seja estendida ao

jurisdicionado, a mensagem deixada a cada pessoa insatisfeita já está registrada, na pauta para ser explorada no transcorrer do seu discurso.

Dessa forma, a ministra não modifica a sua linha de argumentação. E comparativamente o terceiro parágrafo contém a mesma ordem de noções reorganizadas onde cada elemento compõe amplificadamente o quadro de ideais que ela pretende desenvolver. Com essa atitude, ela passa do cidadão comum, ou da população em geral ao jurisdicionado e assim firma um contrato de lealdade

3- Cumprimento, pois, inicialmente, Sua Excelência, o povo, querendo que cada cidadão brasileiro se sinta individualmente saudado por mim e pelo Supremo Tribunal neste momento. Especialmente o jurisdicionado, aquele que procurou ou anda à procura do Judiciário na luta pelos seus direitos. Com ele me comprometo – como é o compromisso de todos nós, membros deste Supremo Tribunal –, firme e fielmente a trabalhar até o limite de nossas forças e de nossa capacidade para que a jurisdição seja devidamente prestada, e prestada para todos. (STF - Relatório de Gestão 2016)

"Me Comprometo e é o compromisso de todos" considerando o Supremo Tribunal Federal como a instituição, Órgão de Governo democrático, em que ela se respalda como representante da justiça, contudo sem se apresentar como autoridade máxima, mas como pessoa a seu serviço, são argumentos lógicos selecionados para enriquecimento da sua zeladoria em relação ao direito de todos. No empenho de servir até o limite de suas forças e capacidade, encerrando em três parágrafos a sua saudação inicial dirigida à população. Utilizando dos meios de comunicação para fazer a sua mensagem chegar a quem ela elegeu ser a sua maior preocupação com a oportunidade de se fazer aliada de cada um que a quem ela, como pessoa, possa prestar serviço ou simplesmente oferecer a sua atenção. Quando ela se dirige a sua Excelência o Povo, e ao todo o cidadão insatisfeito...

1.1.2. Porque ela dialoga com a sociedade - Liberdade de Expressão

O discurso dirigido à sociedade no dia 12 de setembro de 2016, no momento de sua posse como presidente da corte, na nossa interpretação, contém uma estrutura mínima lógica e formal, de acordo com os discursos retóricos apresentados por Chain Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2002), dessa forma a Ministra Cármen Lúcia passa aos cumprimentos formais "cumprindo o que é a forma regulamentar" e apresenta a maior das listas de nomes de autoridades dos outros órgãos e instituições do governo representados por seus líderes presentes em sua cerimônia de posse, como nunca visto antes. No discurso oficial divulgado pelos órgãos oficiais de governo, demonstra que o discurso foi escrito por ela, contudo a lista dos nomes protocolares estava à parte. Um

fato curioso é que o único nome ressaltado como especial é o de Ricardo Lewandowski, assinalado como "seu amigo fleumático", a quem ela dedica especial atenção. Encerrando dessa forma os cumprimentos com o seu quarto parágrafo

4 - Passo aos cumprimentos, cumprindo o que é a forma regulamentar, e com todo o gosto, cumprimento ao presidente da República, presidente Michel Temer, a cuja presença agradeço, ao presidente do Senado, senador Renan Calheiros, na pessoa de quem cumprimento os membros do poder legislativo, o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Rodrigo Maia, ministros do Supremo Tribunal Federal, de ontem e de hoje, e peço licença para destacar entre todos o meu querido amigo ministro Ricardo Lewandowski, de quem fui vice, e que agora voltando à bancada tenho certeza que continuará a colaborar como sempre colaborou com toda fleuma e com todo o empenho, para que tivéssemos e continuarmos a ter um STF comprometido com a Constituição e com os desígnios da sociedade. [...]

Sei que este Supremo Tribunal Federal, de história proba e republicana, há de ser honrado pelos que ocupam, hoje, as cadeiras deste Colegiado, não se deixando ser refém de especiais dificuldades momentâneas que vão de conceitos a serem recriados até modelos e práticas inovadoras. A transformação há de ser concebida em benefício exclusivamente do jurisdicionado, que não tem porque suportar ou tolerar o que não estamos sendo capazes de garantir.

Em tempos cujo nome é tumulto escrito em pedra, como diria Drummond, os desafios são maiores. Ser difícil não significa ser impossível. De resto, não acho que para o ser humano exista, na vida, o impossível. Impossível é apenas o caminho novo que, por covardia ou indolência, não se é capaz de buscar para se realizar o que precisa ser feito. Para o Juiz, impossível é não pensar que ele existe só e só para o jurisdicionado, o qual acredita, espera e tem direito seja julgado o que acredita ser seu direito. A jurisdição é serviço público essencial o que a ideia mesma do Estado de Direito não tem como prosperar. (STF - Relatório de Gestão 2016)

Segundo a teoria de Chain Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2002), no capítulo *As técnicas Argumentativas* eles tratam sobre o ridículo, ou a ironia, e o seu papel na argumentação. Esse elemento tem uma função social, “é aquilo que merece ser sancionado”, o riso de exclusão” (PERELMAN, OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p.233). Ao excluir o Presidente Michel Temer dos cumprimentos iniciais, a ministra Cármen Lúcia demarca um posicionamento. E acreditamos que anuncia uma disputa de poder ideologicamente construído, escrito, falado, discursado, relevante e ocultado na “forma regulamentar”. É uma forma de ironia e técnica relacionada que quer dar a entender uma ideia contrária ao que se diz.

Uma transgressão a uma regra aceita é forma de condenar um comportamento (excêntrico) por exemplo, ou que está em conflito com uma opinião aceita, e pode ser considerado como ridículo (acusatório). Mas a afirmação que Cármen Lúcia faz sobre “cumprimentar primeiro” ao cidadão brasileiro não está alienada e nem goza de menor crédito. Também não passa despercebido a sua atitude. Aqui o ridículo entra em prol da

conservação do que 'é admitido', uma forma de oposição. Mas a oposição não entra simplesmente na negação, e sim como uma espécie de eufemismo. Mas não deixa de ser uma escancarada oposição ao presidente vigente Michel Temer. “O ridículo ‘é uma arena poderosa de que o orador dispõe aos que podem atrapalhar-lhes [...]”. E “é mais eficaz quando dirigido”. A ironia exige um conhecimento prévio das posições do orador, e que foram postas. Tudo demonstra uma figura feminina no poder, perspicaz, representante da justiça nacional, lugar de onde ela pode falar para ser ouvida que se baseia entre a sua imagem e a sua linguagem, a sua imagem e o seu poder. (PERELMAN, OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p.233 a 235)

George Balandier (1999, p.25 a 28) em *O poder em Cena* já descrevia sobre a teatralidade do judiciário e de como ele não cede o seu lugar como centro do poder. Fala da construção da cidade de Brasília e dos percursos do poder e do sagrado. Na mesma proporção que se pensa os espaços políticos, hoje como o STF, com o poder simbólico dos ministros de 'gestão diária' da justiça, como construção de demonstração de poder, projeta-se o STF como centro da expressão, da revolução e do poder no Brasil, nas últimas décadas.

1.1.3 Trajetória *por* Referências Culturais

Cármen Lúcia é mineira, nascida em Montes Claros, Minas Gerais, no dia 19 de abril de 1954. Terceira filha entre seis irmãos. Até chegar ao discurso de posse, a ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha teve anteriormente uma jornada que passou pela Procuradoria Geral da República de Minas Gerais - PRG, por dez anos, no governo de Itamar Franco. Sua trajetória profissional, desde a sua indicação ao STF por Lula em 2006 e, após dez anos como Ministra, inclui sua passagem ao Tribunal Superior Eleitoral em época de eleições. E enquanto Presidente da mais alta Corte do Brasil assume juntamente a responsabilidade do Conselho Nacional de Justiça. Todo esse percurso tendeu ser significativo para a resposta que antevemos de como a mídia representou o Supremo, tendo em vista a construção da imagem da ministra Cármen Lúcia, no contexto político.

Formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - (PUC-MG). Sempre dedicou-se ao direito, e tem o título de mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especializou-se em Direito de Empresa pela Fundação Dom Cabral. cursou o doutorado em Direito de Estado pela Universidade de São Paulo, mas não defendeu o título devido a outros compromissos.

Sempre se dedicou à carreira jurídica. Mesmo tendo atuado como advogada, por breve período de tempo. Atuou também como professora da PUC de Minas Gerais por mais de 20 anos, onde também coordenou o Núcleo de Direito Constitucional. Tem uma extensa produção literária com mais de cinco livros escritos e mais de setenta artigos publicados, além de participações em outras obras com capítulos. Fala fluentemente cinco idiomas: inglês, francês, italiano, alemão e espanhol. Conhecida pelos seus alunos por ser muito eloquente e firme em suas defesas.

Em junho de 2015 quando escreveu sobre a autorização prévia para publicação de biografias não autorizadas, posicionou o seu voto em 300 páginas, e fez um resumo de 108 páginas. Posicionou-se em defesa da liberdade de expressão e do direito à informação, e contrária à censura. Ela enfatizou também sobre o seu voto que eventuais danos causados à imagem dos biografados poderão levar o biógrafo a indenizá-lo. Matérias sobre esse assunto foram publicadas em 2015 no UOL, e podem também ser exploradas em *A história Libertada*, e *Direito de Resposta e Resposta do Direito*, ambas da revista VEJA. (VEJA, 12/07/2015) (VEJA, 08/2015)

Em seu discurso de posse, a ministra Cármen Lúcia enfatiza algumas referências literárias e culturais que demonstram a sua formação e cultura. Ao longo do texto do seu discurso usa da metalinguagem para enfatizar as ideias que defende. Ao utilizar essa estratégia de linguagem, e de intertextualidade, se manifesta a partir desses recursos expressivos para ilustrar através da arte literária brasileira a sua fala. Começa e andarilha com autores nacionais, principalmente mineiros e termina com a Constituição Brasileira, fundamento da sua formação jurídica. E não deixa de enfatizar aspectos da situação socioeconômica e política do Brasil. Através de cada poema, romance ou trecho de música, ela aborda pontos cruciais da situação atual pela qual passava a nação.

A primeira obra é a narrativa em verso de Cecília Meirelles, *Romanceiro da Inconfidência*, lançada em 1953. “Se, no verso de Cecília Meireles, a liberdade é um sonho, que o mundo inteiro alimenta, parece-me ser a Justiça um sentimento, que a humanidade inteira acalenta”.

Em seguida cita Carlos Drummond de Andrade, outro escritor mineiro sempre lembrado por Cármen Lúcia, com referência ao poema “Nosso Tempo”. “Em tempos cujo nome é tumulto escrito em pedra, como diria Drummond, os desafios são maiores. Ser difícil não significa ser impossível. De resto, não acho que para o ser humano exista, na vida, o impossível”.

Da obra de Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*, a ministra menciona Riobaldo, personagem central da narrativa. Cujas histórias muitas vezes é lida como a saga do brasileiro, principalmente o mineiro, em busca de uma oportunidade melhor com uma jornada ao desconhecido

Riobaldo afirmava que "natureza da gente não cabe em nenhuma certeza". Mas parece-me que natureza da gente não se aguenta em tantas incertezas. Especialmente quando o incerto e a Justiça que se pede e que se espera do Estado. Esse só existe e se justifica para garantir a efetividade do justo, como concebido e plasmado no ordenamento jurídico. (STF - Relatório de Gestão 2016)

Traz também uma referência ao "Poema Didático".

Também faz menção a Paulo Mendes Campos e traz uma referência "O Judiciário brasileiro sabe dos seus compromissos e de suas responsabilidades. Em tempo de dores multiplicadas, há que se multiplicarem também as esperanças, à maneira da lição de Paulo Mendes Campos". Essa referência a esse autor é citada em outra obra sua como o primeiro artigo de que temos acesso como *Cidadania e Constituição: as cores da revolução constitucional do cidadão* de 1997. Em suas entrevistas também traz mais citações desse autor como *O amor acaba*.

A quinta referência de Cármen Lúcia é o compositor Caetano Veloso. Com o trecho da música de Caetano Veloso, ela fala pela boca dele que "alguma coisa está fora da ordem". A passagem da canção é uma referência a obra "Fora de Ordem", de Caetano Veloso

Alguma coisa
Está fora da ordem
Fora da nova ordem
Mundial...(4x)

Num diálogo com os fatos do momento, a ministra se posiciona junto ao cantor quando esse se manifestou contra o governo do presidente Michel Temer, em 2016, nas vésperas da cerimônia de abertura das Olimpíadas. A ministra chega a conclamar, fazendo jus 'a voz do cantor' e talvez de outros artistas em protesto com referência a Caetano

Caetanos e não caetanos deste Brasil tão plural concluem em uníssono: alguma coisa está fora de ordem, fora da nova ordem mundial. O que nos cumpre, a nós servidores públicos em especial, é questionar e achar resposta: de qual ordem tudo está fora... (STF - Relatório de Gestão 2016)

Como a mais popular das referências que fazem parte do seu discurso, está a composição dos Titãs, com a música “Comida”, de Arnaldo Antunes, um dos compositores da canção. A banda de rock dos anos 1981 a 1992 foi lembrada com o trecho

Cumpre-nos dedicar-nos de forma intransigente e integral a dar cobro ao que nos é determinado pela Constituição da República e que de nós é esperado pelo cidadão brasileiro, o qual quer saúde, educação, trabalho, sossego para andar em paz por ruas, estradas do país e trilhas livres para poder sonhar além do mais. Que, como na fala do poeta da música popular brasileira, ninguém quer só comida, quer também diversão e arte. (STF - Relatório de Gestão 2016)

Ao citar Arnaldo Antunes podemos também fazer uma inferência ao *Pequeno Cidadão* sempre com o interesse posto na crítica social. Cármen Lúcia mostra-se solidária, o que poderia ser facilmente comparado a mero "populismo"

Justiça é sentimento de que tem fome o ser humano porque sem ela a dignidade humana é retórica. Sem Justiça sobre a força de uma pessoa sobre a outra; a violência pessoal, que não respeita o que de humano distingue o homem de outras espécies. E como repito tanto, fome dói. Nosso encargo e compromisso é supri-la. (STF - Relatório de Gestão 2016)

Estruturalmente o seu discurso pode ser considerado um discurso jurídico construído com a estrutura necessária à exposição de ideias que se quer apresentar com o intuito de convencer. Não iremos explorar a totalidade de ideias trazidas no discurso todo, mas apenas as ideias chaves que pertencem aos eixos e premissas que pretendemos demonstrar. Dessa forma passamos para um segundo ponto importante que a teoria de Chain Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2002) engloba na segunda parte do seu livro *O ponto de partida da Argumentação* que são o acordo e os fatos ou hipóteses relevantes como elementos chaves para que a conversa possa desenrolar. A ministra quer ser lembrada e, ela escreve que ninguém "deslembra" o que se faz. Uma outra observação que pode ser acrescentada aqui é como os dados, ou elementos selecionados para a continuidade do desenvolvimento da argumentação levantada pela ministra serão apresentados, se há ou não a intenção de causar emoção com a seleção, combinação e apresentação das ideias que fazem parte dos elementos que compõem o raciocínio.

1.1.4 Valores, Votos e Produção Acadêmica

Nesse ponto, ao considerar quais serão os valores aceitos, ou seja, os valores nacionais em jogo, do momento sócio-político, lembramos que a ministra Cármen Lúcia

chega ao Supremo em 2006 com um currículo de uma vida toda dedicada ao direito e com vasta produção acadêmica. Dessa forma, ao trabalharmos esse trecho do seu texto, estaremos relacionando a todas as hipóteses que se pretende neste capítulo. Trazendo apenas algumas outras frases que possam elucidar ou exemplificar as premissas selecionadas.

Para entender um pouco a sua trajetória, exploramos um dos primeiros textos de autoria da ministra. E de acordo com a nossa consulta o texto mais antigo que faz parte da sua produção bibliográfica já contém o seu pensamento e posicionamento. *Cidadania e Constituição: as cores da revolução constitucional do cidadão* publicado em 1997 na Revista Trimestral de Direito Público, traz o conceito de revolução cidadã, que seria uma conscientização da população sobre os seus direitos. Nesse artigo ela fala sobre um *Direito Humanizado* baseado na consciência da pessoa de um modo transcendente, que vai além da lei e do tríduo Liberdade, Igualdade, Fraternidade, mas ao justo conviver a partir de um amor, respeito e solidariedade que se compreende necessário à vida em sociedade. (Revista Trimestral de Direito Público, 1997, n. 19, p.19 a 37)

Outro artigo que enfatiza o seu pensamento é *O princípio da dignidade da pessoa humana e a exclusão social* (CARMEN LUCIA,2000). Apresentado na Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil em 2000, evento realizado em Brasília e que partilha o tema Justiça, realidade e utopia. O que é possível a partir do Direito e o que é apenas elucubração.

Ao fazer jus a sua carreira registrada em quarenta anos de vida profissional no discurso, ela comprova também aqui, o primeiro argumento de sua autoridade, para em seguida deixar claro que ela não está para julgar. Sua função como ministra não é de juíza que deverá julgar e condenar em qualquer instância, mas de promotora, como quem está a promover a paz, revela assim, mais uma vez, o seu mais natural *espírito solidário*. Trazemos a sequência do parágrafo inteiro e discorreremos nos próximos pois acreditamos que neste trecho se encerram todos os valores necessários e que definitivamente contém um resumo de toda a sua postura e posicionamento

5 - Quase quarenta anos de minha vida profissional, de peleja constante no Direito, instrumento de pacificação social, pergunto-me hoje se será a Justiça, ela mesma, um direito. Direito é o produto de valores culturais. Mas não tenho notícia de um ser humano que não aspira à Justiça. Ou uma ideia de Justiça. Como se ela fosse não um valor cultural, que pode acontecer ou não numa sociedade, mas um sentimento. Se, no verso de Cecília Meireles, a liberdade é um sonho que o mundo inteiro alimenta, parece-me ser a Justiça um sentimento que a humanidade inteira acalenta. Isso explica cedermos nós, humanos, espaços de liberdade para sermos e vivermos com o outro na crença sentida, até ao mais

incrêdo dos homens, de que, com os outros, se alcança relação de Justiça. Não há prévia nem permanente definição do justo para todos os povos, em todos os tempos e em todo lugar. Mas há o credo da Justiça, sem predefinição, necessária apenas por acreditarmos não ser possível vivermos sem Justiça. É ela que permite supor que a dor de viver é superável pela suavidade do justo conviver.

6 - É o juiz o depositário desta fé, garantidor da satisfação desse sentimento. Com homens lidamos nós, os juízes. O homem é a nossa matéria, sua vida, sua morte, seus sonhos, suas dores, suas alegrias e dissabores. A este dever nunca faltará o verdadeiro juiz, muito menos o juiz brasileiro, menos ainda este Supremo Tribunal Federal, que atuará com rigor e respeito à Constituição e a todos os valores que predominam e que forjaram este ordenamento hoje em vigor. (STF - Relatório de Gestão 2016)

Das questões que levantamos como as ideias centrais para serem trabalhados nesta dissertação, temos representados no discurso da seguinte forma: o direito como garantidor de ser um instrumento de pacificação social, produto de valores culturais; a justiça como aspiração, sentimento; a liberdade como sonho (alimentado) a ser satisfeito e a fé como crença sentida, como um “credo da justiça”, quase como um anúncio de fé, acreditar sem temor, bem enfatizado pela ministra.

Entendemos que Cármen Lúcia sempre apresentou textos publicados relacionados ao Direito, em toda a sua trajetória profissional e preocupação com a defesa das liberdades. Esse tema da Liberdade é o seu mais caro assunto. Ao enfatizar no seu discurso que necessitamos de "espaços de liberdade", não apenas pessoais, para falar e expor ideais, mas para construir canais de comunicação sociais que destaquem posições de cidadania. Esse tema que será amplamente trabalhado por ela, antes e durante a sua gestão no Supremo Tribunal Federal com a defesa na ADI 4815, favorece sua demanda em favor das exigências de autorização para liberação de publicação das biografias (STF, 11/06//2015), por exemplo. Sua dedicação lhe rendeu posteriormente o Prêmio *Faz Diferença* de Personalidade do ano em 2015 (Globo, 23/09/2016). Condecoração da Associação Nacional de Jornais (ANJ) sobre trabalhos que defendem Liberdade de Imprensa. Também chamou a atenção a sua participação no Seminário "*30 anos sem censura: a constituição de 1988 e a liberdade de imprensa*" a favor da imprensa e do jornalismo, como uma pessoa que defende a verdade garantidora da democracia. (CNJ, 11/07/2018)

Dessa forma, destacamos aqui que a ministra trabalha o tema da liberdade como sonho e um valor aceito e a sua imagem está de alguma forma relacionada a de quem está na luta baseada no Direito, ‘instrumento de pacificação social’ tendo-a como pacificadora ou porta voz nesse momento político. E como defensora da justiça e do direito, que

contém os produtos de valores que representam o povo. E, mais uma vez, podemos entender que ela, ao compreender o momento pelo qual passa o Brasil, sua atitude é de defensora da liberdade de imprensa e de expressão (CNJ, 11/06/2018), das liberdades de opinião e manifestação. Defende a liberdade como sonho e o justapõe a ‘Fé’ no ‘Credo da Justiça’ descritos em outros trechos do seu discurso.

Ao trazer os versos de Cecília Meireles, ela não só introduz um valor cultural numa sociedade, mas procura desenvolver empatia como conterrânea, ou aos seus conterrâneos, chama a atenção para a sua origem e dialoga como essa área física geográfica. Com os versos de Cecília Meireles, ela se coloca como defensora da cultura e dos valores culturais, da expressão através da arte nacional e regional, busca reforços para a sua condição de mulher e mineira no Supremo e anuncia que a justiça como sentimento será acalentada, segura (no que tange à liberdade). É como assumir junto a sua origem um reconforto à ideia de Cultura e de Liberdade. Acrescenta a noção de espaços de liberdade contrário ao aprisionamento, como um direito ao justo viver. Também lembramos que em seu primeiro artigo de 1997 em que ela enfatiza a ‘liberdade de alma’.

Poderíamos aqui também trazer todos os aspectos inerentes ao poema de Cecília Meireles, mas o espaço para o desenvolvimento desse raciocínio não nos permite agora. Ela, na verdade, dialoga com as diversas regiões do Brasil através de cada nome e obra dos artistas selecionados.

Entendemos que a ministra se apresenta como uma defensora da aspiração humana, da “crença” e “dos mais incréus dos homens”, de quem acredita e de quem dúvida, em sua afirmação “não tenho notícia de um ser humano que não aspira à Justiça, ou uma ideia de Justiça”. Ao apresentar a justiça como um sentimento, ela a coloca num contraponto, rol do impalpável ou transcendente, ou o mais importante, no âmbito de quem aspira e tem Fé. Como defensora do sentimento humano e da correspondência da liberdade como sonho e da aspiração do que é justo, respaldando “que o mundo inteiro alimenta”. Da crença de viver bem como o outro e do justo viver “que a humanidade inteira acalenta”. Coloca-se como uma porta-voz da humanidade, defensora da liberdade e do sonho, conhecedora das dores da humanidade em tempos e lugares diferentes “*em todos os tempos e em todo lugar*” bem exposto em seu discurso.

Quanto à sua principal referência como centro do seu discurso, a Constituição Brasileira de 1988, a ideia de justiça vem como necessária para se defender uma Pátria justa. Porém, suscitam questões quanto à comparação escolhidas como ‘metáforas’, e

quanto aos outros elementos que permeiam o seu discurso, ou o que podemos inferir deles. A ideia de defender uma pátria justa é, e talvez sempre será, um dos principais problemas ligados ao pensamento jurídico.

Ao tratar do processo argumentativo do orador em seu discurso a favor do Direito, destacamos os mecanismos de construção do raciocínio tão bem selecionados e tecidos, que enfatizam o processo de seleção, combinação e exposição dos dados, numa demonstração que supõe a existência de valores aceitos. As palavras Fé e Justiça andam juntas no discurso, ou termos defendidos.

Acreditamos que a seguinte relação identificada na teoria de Chain Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2002) que favorecem a argumentação da ministra

Quadro 1- Teoria

| | | | |
|--|--------------------|------------------|--|
| A está para B assim como C está para D | A _ B C _ D | tema foro | Fé _para _ Liberdade Direito _para_ Justiça |
|--|--------------------|------------------|--|

Autoria

Assim descrevemos a legenda: a letra A (Fé) representa a Fé e existe para a letra B (Liberdade), assim como a letra C (Direito) existe para D (Justiça). Enquanto seu discurso transparece o foro defendido, ou seja, que o Direito existe para a Justiça, no entanto acreditamos que toda a sua retórica defende a Liberdade, seu principal tema de discussão.

A maior antinomia à Justiça, está contido na ideia de crença. Enquanto que acreditar na justiça faz a Justiça estar viva, o "credo da Justiça, sem predefinição", enfatiza essa justiça viva. Enquanto Cármen Lúcia traz a premissa de que o Direito existe para a Justiça, Direito como "instrumento de pacificação social" entendemos segundo a teoria de Chain Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2002) que a mensagem central do discurso e defendida por ela é a de Liberdade. O Direito e a Justiça estão no âmbito de foro, aquilo que compreendemos como regras numa sociedade e plausivelmente acordável. O que tentamos revelar, é que a Liberdade está sendo defendida a partir da crença no Direito. Acreditar no Direito como um credo a ser seguido. O verdadeiro tema do seu discurso é a Liberdade.

A premissa que consideramos como Fé, ou crença, será utilizada pela ministra para compor a continuidade do seu discurso, com o desenvolvimento da sua argumentação retórica. O Juiz é posto como o depositário dessa fé, "o verdadeiro juiz",

“o juiz brasileiro”, garantidor da satisfação desse sentimento, defensor dos sonhos e das dores do homem. A partir do sexto parágrafo, Cármen Lúcia irá fazer um desdobramento da ideia central imposta por ela no parágrafo anterior. Não nos cabe aqui a desvendamento de todo o texto a não ser naquilo que nos ajude a enfatizar as quatro premissas levantadas: Direito e Justiça, Fé e Liberdade. Apenas trazemos como observação que a ministra somente depois de trazer o Direito e o Juiz, além dos outros valores descritos até o momento, ela apresenta o Supremo Tribunal Federal e a Constituição Federal como elementos formadores do seu discurso.

1.2 Da descrença da sociedade a um voto de fé - O que a mídia viu e falou

Antes da posse, Ophir Cavalcante Junior traz uma opinião com o título *Cármen Lúcia no STF: um bom exemplo*:

A posse da ministra Cármen Lúcia na Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) é um daqueles exemplos de meritocracia que julgávamos inexistente em um país pouco afeito a reconhecer o valor do trabalho, do conhecimento, do esforço e da obstinação pelo resgate dos princípios éticos. Não bastassem os profundos conhecimentos que a credenciaram como uma das juristas mais respeitadas de sua geração, a alma simples, humilde e cheia de “mineirices” confere a essa mulher, aparentemente frágil, uma força inesgotável de fazer o bem, especialmente porque conhece o drama humano. (Correio Brasiliense, 10/09/2016. Opinião, p. 11)

Enfatiza a importância de ter-se uma nação forte e próspera com caráter ético e exalta a ministra prestes a assumir a corte. Ele se manifestou na imprensa mais de uma vez na ocasião de sua posse. Já havia se manifestado como representante da Ordem dos Advogados e agora como Procurador

Ao lado disso, Cármen Lúcia sempre foi de lutas, abraçando as grandes causas do Brasil e da Ordem dos Advogados (OAB) em defesa das liberdades e do aperfeiçoamento da democracia. Em tempo de eleições, é oportuno reproduzir aqui suas declarações que explicam, em boa medida, as origens da atual crise política.

No STF, os votos bem lavrados, muitas vezes com um toque poético, exteriorizam o compromisso da ministra Cármen Lúcia com o direito e com a Justiça ao sempre se pautarem na defesa dos direitos fundamentais, sobretudo em relação às liberdades democráticas. Mas, ao mesmo tempo, são compromissados com a transformação do direito como instrumento de diminuição das desigualdades. (Correio Brasiliense, 10/09/2016. Opinião, p. 11)

Na Folha de S. Paulo foi mais comentado sobre o impasse entre o Presidente Temer e Lula estarem do mesmo local do que sobre a Ministra (Folha de S. Paulo, 12/09/2016 - 19h31). Em outro título é noticiado Diante de Temer e Lula, ministro crítica 'organizações criminosas' em posse, numa referência ao discurso de Celso de Melo como

decano (Folha de S. Paulo, 12/09/2016 - 19h02). Quando a referência é a ministra Cármen Lúcia, a matéria vem intitulada *Em posse no STF, Cármen Lúcia pede nova Justiça* (Folha de S. Paulo, 12/09/2016 - 21h). A notícia veiculada pela mídia UOL enfatiza os convidados (UOL, 12/09/2012). A revista VEJA comenta desde o título da matéria que Carmen Lucia se dirige ao povo, no título *Cármen lúcia assume e fala à 'Sua excelência, o povo'* (VEJA, 12/09/2012).

Assim foi noticiado um dia depois. Já no Editorial da Folha de S. Paulo em 13 de setembro de 2016: *Recado dado ao STF*. (Folha de S.Paulo, 13/09/2016)

Figura 1 - Recado dado ao STF

| Editorial | Folha de S.Paulo, 13 set. 2016 |
|--|---|
| <p>Poucas vezes a posse de um presidente do Supremo Tribunal Federal se revestiu de tanto simbolismo quanto a de Cármen Lúcia, cuja chegada ao comando do órgão de cúpula do Judiciário se consumou nesta segunda-feira (12).</p> <p>Em uma cerimônia simples, a ministra quebrou o protocolo já no início de seu discurso. Em vez de cumprimentar primeiro o presidente da República, Michel Temer (PMDB), Cármen Lúcia considerou que a maior autoridade presente era "Sua Excelência, o povo" – e, por isso, saudou antes de todos o "cidadão brasileiro".</p> <p>Partisse de outrem, o gesto talvez pudesse ser considerado mero populismo; vindo da nova presidente do STF, guarda coerência com outras iniciativas de valor simbólico semelhante, como abrir mão de carro oficial com motorista ou dispensar a festa em sua própria posse.</p> <p>Como se pudesse haver dúvidas a respeito disso, Cármen Lúcia deixa clara a intenção de, no próximo biênio, conduzir o STF com a mesma austeridade que pauta sua conduta pessoal. "Privilégios são incompatíveis com a República", disse a esta Folha no ano passado.</p> <p>É de imaginar, assim, que a nova presidente de fato reveja uma das principais bandeiras da agenda corporativista de seu antecessor, Ricardo</p> | <p>Recado dado ao STF</p> <p>Lewandowski: o indefensável aumento salarial para os ministros do Supremo.</p> <p>Não há de ser esse o único contraste entre as gestões. Espera-se que Cármen Lúcia moralize os gastos com diárias de viagens oficiais no STF, amplie a transparência e a previsibilidade das decisões do Judiciário e, acima de tudo, resgate o papel disciplinar do Conselho Nacional de Justiça, esvaziado sob a batuta de Lewandowski.</p> <p>Desfrutando de sólida reputação no meio jurídico, a ministra suscita altas expectativas ainda por outro motivo: ela relatou o processo do ex-deputado federal Natan Donadon, condenado por desvio de dinheiro público e primeiro político a ter sua prisão determinada pelo STF desde a promulgação da Constituição de 1988.</p> <p>Daí por que o ministro Celso de Mello se sentiu à vontade para, antes do discurso de Cármen Lúcia, proferir palavras duríssimas contra "os marginais da República, cuja atuação criminosa tem o efeito deletério de subverter a dignidade da função política e da própria atividade governamental".</p> <p>No plenário do Supremo, diversos figurões da política investigados ou processados por crimes contra o patrimônio público apenas ouviam, constrangidos. Que o recado da gestão Cármen Lúcia possa ir além do plano simbólico.</p> |

Recorte ilustrativo retirado da Prova do Vestibular PUC de 2017. PUC-SP-Verão 2017

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) se utilizou da matéria publicada na Folha/UOL de setembro de 2016 para ser tema da prova no vestibular do ano seguinte. Quase dez questões discorreram sobre o editorial. Outro fato interessante relacionado ao discurso de posse e provas destinadas aos jovens é que o tema foi recorrente em outras questões de simulação para provas do ENEM¹.

¹ <https://enem.estuda.com/questoes/?resolver=&prova=1040&q=&inicio=13&q=&cat=&dificuldade=>
<https://olhonavaga.com.br/questoes/questoes?ma=308&as=1150&tc=4>

Um dia depois do discurso, Luma Poletti (UOL, 13/09/2016) faz análise sobre parte do conteúdo do discurso, e cita os trechos literários que foram utilizados como referências.

A mídia repercutiu o simbolismo que o seu discurso anunciou. Desde a ideia de simplicidade por parte da ministra de não aceitar a cerimônia dada aos magistrados, apenas a recepção oficial até a esperança de moralização no governo partindo do STF. A fé popular, numa construção de popularidade e competência depositada em sua pessoa é transmitida pela mídia. A esperança de uma mulher simples e austera e com liderança na gestão para acerto de contas no momento político. Insere nas entrelinhas do seu discurso uma mentalidade idealizada de mulher no poder.

1.2.1 O que espera a sociedade - Problematização da justiça

Quando assume o STF e o Conselho Nacional de Justiça, a Ministra Cármen Lúcia anuncia que é necessário que algo mude. Ela se refere a um passado com “prateleiras emboloradas” em outro trecho de seu discurso, mas ela fala principalmente sobre o posicionamento do judiciário na demora dos processos. Defende uma maior celeridade para o cidadão:

O Judiciário brasileiro reclama mudanças e a cidadania exige satisfação de seus direitos. É tempo de promover as mudanças, diminuindo o tempo de duração dos processos sem perda das garantias do devido processo legal, do amplo direito de defesa, de garantia do contraditório[...] (STF - Relatório de Gestão 2016)

Ou num outro trecho do seu discurso:

[...] nossa obrigação e nossa responsabilidade, o que o Judiciário não deu certo e, reconheça-se, em muito ainda não deu há que se mudar para fazer acontecer na forma constitucionalmente prevista e socialmente justa. Não procuro discutir problemas. Minha responsabilidade é fazer acontecer as soluções necessárias. (STF - Relatório de Gestão 2016)

Dessa forma questionamos, se, o seu discurso se dirige principalmente ao jurisdicionado, ao menos a quem assiste ao espetáculo do Supremo, continuamos explorando o texto e seus desdobramentos. Cármen Lúcia traça uma realidade da justiça na atualidade

Nosso olhar recai hoje sobre realidades inéditas. E até a capacidade de ver a si e ao outro não é mais tão fácil. Olhos vidrados, virtuais, nem sempre virtuosos em ver o igual em sua diferença piscam sem reter o antes visto.

Porque a busca pela Justiça é atemporal, mas o pensar o que e como a Justiça é engajada. Cada povo tem o seu ideal do justo. O que todos os povos de todos os tempos têm em comum é a inaceitação do injusto. Nosso tempo é de maior cuidado, prudência para saber ouvir e entender e coragem para enfrentar que

precisa ser mudado, a despeito de interesses superados ou desconexos com as demandas sociais legítimas.

Há uma boa nova a chamar a atenção do juiz. A luta pela Justiça hoje é mais firme, fruto, no caso brasileiro, talvez da experiência democrática que experimentamos desde a década de 80. Mais especificamente desde o início de vigência da Constituição de 1988. (STF - Relatório de Gestão 2016)

"Cada povo tem o seu ideal de justo" e qual o modelo que está sendo apresentado no momento? A ministra Cármen Lúcia ao enfatizar o insucesso, demonstra que está disposta a enfrentar o necessário para arrumar a casa, mudar o rumo das coisas, assumir as responsabilidades, sejam elas quais forem. A 'inaceitação do injusto' está posta aqui como um desafio, e não apenas como uma constatação. Passamos por um *impeachment*, pelo combate à corrupção da sistemática prática do mensalão, pela Lava Jato, todas ameaças ao posicionamento do judiciário, mas a justiça é atemporal. Cármen Lúcia na sua retórica do poder fala que não estamos vendo mas ouçam o que estou dizendo, como para traduzir também o que a mídia mostra, mas o que se diz é mais enfático, ao piscar perdemos informação, mas saber ouvir é um ato importante da comunicação que se quer fazer. E é como uma sabedoria religiosamente preparada para o que ela está a dizer em sua fala: a *boa nova*, destinada principalmente ao juiz. O poder do judiciário em cena que cumpre o seu ofício desde a entrada.

Dos valores defendidos em seu discurso que pautam toda a sua vida até o momento da posse, incluem seu comprometimento com a Constituição Brasileira

comprometida com a Constituição e com os desígnios da sociedade
A transformação há de ser concebida em benefício exclusivamente do
jurisdicionado
[...]
Nosso tempo é de maior cuidado, prudência para saber ouvir e entender e
coragem para enfrentar que precisa ser mudado (STF - Relatório de Gestão 2016)

Demarcadamente a crise do poder já havia sido instaurada. Desde o governo de Dilma Rousseff, ainda mais a partir de sua fragilização com o *impeachment* poucos meses antes, em março de 2016. Os contornos da cena política vão se fechando e a narrativa de "golpe parlamentar" parece ainda mais evidente, escreve Oscar Vilhena Vieira (2018) em *A batalha dos poderes: da transição democrática ao mal-estar constitucional*, e "é inegável que a expressão carrega uma enorme força retórica e uma conotação pejorativa. Mas, dada a natureza prevalentemente política do processo de *impeachment*". (VIEIRA, 2018, p.59)

O *impeachment* foi fruto de uma utilização estratégica das regras da Constituição para ferir um adversário político. A ação conjugada de Eduardo Cunha, Michel Temer e inúmeros outros líderes de partidos de oposição pode ser configurada como uma conspiração política contra a ex presidente, o que afeta a qualidade de nossa democracia. Mas isso não permite equiparar o *impeachment* (da presidente Dilma) um golpe de estado. (VIEIRA, 2018, p.60)

Existia na mídia um forte apelo à justiça no país, tendo como base a Constituição Federal de 1988, e os direitos a ver combatida a corrupção no país que parecia ter sido instaurada pelo governo vigente. A imagem de Cármen Lúcia emerge como uma figura de esperança para o futuro.

1.2.2. Uma prévia de resposta à sociedade e ela responde

Para essa exposição, primeiro capítulo em que dissertamos sobre o discurso de Cármen Lúcia, consideramos importante demonstrar que ao compor a sua escrita, Cármen Lúcia escolhe seus axiomas, e os combina por meio de uma retórica moderna sem se contradizer ou deixar dúvidas do raciocínio que ela quer expor para seu auditório, com o intuito de convencê-los. Ela trata como um dos seus assuntos primordiais a importância do direito do jurisdicionado estar pautado na Constituição Brasileira. Mas, encontramos também embutido nos seus conceitos, uma relação das peças "A Fé, Liberdade, Direito e Justiça" dentro do discurso como exemplo de técnica argumentativa utilizada pela Ministra, e já exposto.

Em trabalho escrito como *Cidadania e Constituição: as cores da revolução constitucional do cidadão* de 18 de agosto de 1997 apresentado em Belo Horizonte, e publicado pela Revista Trimestral de Direito Público no coluna Doutrina, Cármen Lúcia, como professora de Direito Constitucional escreve que “a injustiça não se resolve pela teoria da Constituição (nem político democrático, nem jurídico democrático)” mas [...] é necessário um constitucionalismo praticado com respeito e seriedade. Ela sempre invoca também que para ter “vigor para a luta” é necessário o “conhecimento”. E ressalta fazendo uma alusão à frase ‘a Deus o que é de Deus, e a César o que é de César’ “Parte do homem é dada ao mistério que a transcendência guarda é que enlaça a versão mais perfeita do que é viver com o outro no espaço público” (CARMEN LUCIA, 1997, p.20), tentando tornar o espaço público uma arena não de embates de interesses mas de “justo conviver” (STF - Relatório de Gestão de 2016, p.). Sempre acentuando que “A convivência é o que traça o

marco da humanidade”, também em alusão a Paulo Mendes Campos. Demonstrando um pensamento e posturas fortes como sua constituição repetitiva de ideias.

Considerando todo o entorno do seu discurso de posse e o que foi divulgado pela mídia como um ‘voto de esperança’ na imagem da ministra como defensora da justiça nacional relacionada a corrupção e privilégios, vemos ainda em suas atitudes uma forma de corresponder com o esperado, ou ao menos manter uma conduta condizente com suas afirmações e a sua imagem construída pela mídia. Quando questionada por jornalista sobre a dispensa da cerimônia oficial oferecida aos magistrados, ela responde: “*“Não gosto de festa, gosto de processo”* - Justificou-se a ministra Cármen ao rejeitar a tradicional festa oferecida por entidades de magistrados”.

Cármen Lúcia assumiu a presidência do STF por um mandato de dois anos e o seu vice foi o ministro Dias Toffoli. Lembramos os muitos convidados entre os presentes na cerimônia de sua posse, inclusive o ex-presidente Lula

O ex-presidente Lula, responsável pela indicação dela ao Supremo, em 2006, compareceu ao evento de hoje. Foi a primeira vez que Lula e o presidente Michel Temer dividiram o mesmo espaço público desde o rompimento do PT e do PMDB que resultou no *impeachment* da agora ex-presidente Dilma. Ao longo do processo de cassação da petista, Lula chamou o peemedebista de “golpista” e “traidor”.

Os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), além do ex-presidente José Sarney (PMDB), entre outros, também prestigiaram a posse da segunda mulher a comandar o Supremo. A primeira foi Ellen Gracie, no biênio 2006/2008. (Folha de S.Paulo, 12/09/2016)

“*Temer e Lula evitam contato na posse de Cármen Lúcia*” artigo de Gabriel Mascarenhas e de Mariana Haubert, publicado na Folha de S.Paulo em 12/09/2016. Em contrapartida, a ex-presidente Dilma que também tinha sido convidada, não pode comparecer e manda avisar que não tinha um carro disponível para ela.

Mesmo tendo presente na cerimônia de posse os mais importantes magistrados do país, autoridades dos governos estaduais, e o maior número de presidentes (e ex presidentes) da história do Brasil reunidos no mesmo lugar, ela se manifesta e simplesmente mantém a recepção oficial de parabenização pela sua posse, talvez tentando enfatizar um justo conviver anunciado em seu discurso. Mas não se esquecendo que o maior tema defendido por ela é a livre manifestação.

Todo o seu discurso está a favor de sua imagem: ser, representar e agir. Discurso que tende a interferir nas práticas sociais, sugerindo mudanças. O momento do discurso de posse tem a ver com o momento sócio político em que se passava a sociedade. Embora o discurso da ministra Cármen Lúcia não pareça estar engajado numa disputa de poder, consideramos um discurso ideológico no sentido de tomada de posição, já que nenhum ministro pode ser partidário. Como apresentar um discurso precursor de mudança, também aludido como hipótese desta dissertação, verificamos que a ministra Cármen Lúcia traz um discurso precursor de mudança aos jovens. Ela fala “Não temos o Brasil que queremos”. E deixa a esperança de como é necessário construí-lo. Assim dialoga com os acontecimentos pertinentes do momento político.

2 STF - DO OUTRO DESCONHECIDO A ESSE OUTRO ESPETACULARIZADO

Neste capítulo pretendemos comentar a mudança quanto à visibilidade do Supremo Tribunal Federal na mídia. Seleccionamos alguns fatos relevantes que ocorreram no período pretendido para essa pesquisa que abrange desde 2003 a meados de 2018. Nesse período ocorreram na mídia acontecimentos relacionados ao STF de forma geral e, mais precisamente, enquanto relacionados de forma específica à ministra Cármen Lúcia.

É sobejamente conhecido que os políticos, desde a década de 70, recorrem ao espetáculo e à personalização como recurso da política. Já apontava para uma sociedade do espetáculo o autor Guy Debord (2012). A teoria de Debord (2012) foi ainda mais enfatizada com o “*one-man show*” como aponta os escritos do teórico francês Roger-Gérard Schwardzenberg (1979), que na sua ideia, desenvolvida sobre o *star-system*, faz parte desse cenário, o líder maior como um herói, um pai, um líder de charme representante de um partido, plataforma ou programa. Cujo resultado é o Estado transformado em teatro e o cidadão transformado em simples espectador”. Que Schwardzenberg acredita, como Guy Debord, que o cidadão estava a ver passivamente um poder em representação.

Por um conceito de ideologia

Nessa composição de órgãos, pessoas e interesses, surge a necessidade de uma leitura pautada em estudos que combinam esses elementos tentando explicar do ponto de vista teórico qual a ideologia que embasa os comportamentos. O artigo que aborda *O objeto da ideologia na teoria crítica do discurso* de Maria Eduarda Gonçalves Peixoto estuda o conceito de ideologia na segunda metade do século 20 e descreve como o tema conquistou lugar de destaque nos estudos críticos da linguagem, assuntos presentes no centro de estudos das humanidades. No seu artigo a autora enfatiza também o termo negativo empregado pela Escola de Frankfurt entendido como ideologia uma falsa consciência da realidade (PEIXOTO, 2018, p. 215-233).

Depois de um certo *modus operandi* composto por Marx e Engels (sujeito e consciência de um lado e realidade de outro) observados em certos discursos ideológicos, desencadearam-se na década de 60 novos estudos, e que foram desenvolvidos por Althusser, consolidando o estruturalismo nas Ciências Humanas e Sociais. Althusser (1985) entende a presença da ideologia a partir do que ele chama de AIEs, Aparelhos Ideológicos de Estado, presentes no interior da vida social, e que desempenham um papel

político decisivo. Neste sentido, para estes autores que estudam discursos, a ideologia não é apenas um fenômeno negativo, uma falsa consciência, mas algo dotado de materialidade, estando sempre presente nas ações (práxis) sociais.

Segundo John B. Thompson (2002, p.17) a reformulação do conceito de ideologia proposta passa pelo entendimento de um amplo estudo das maneiras complexas de como o sentido do termo é mobilizado para manutenção de relações de dominação. Não perde o total caráter crítico, contudo adquire novos meios de comunicação que o inviabilizam de ser o mesmo. Nessa reformulação Thompson (2002) possibilita pensar a ideologia como uma característica de formas simbólicas ou de sistemas simbólicos em seus usos sociais. Contudo não se trata dessas formas ou sistemas que eles sejam obrigatoriamente ideológicos pois isso também depende de contextos sociais específicos. Para que sejam entendidas as suas características. Segue o texto

Esse enfoque pode levar-nos a olhar uma forma simbólica ou um sistema ideológico num contexto e como radical subversivo, contestador noutro. Pode levar no saber o discurso sobre direitos humanos, por exemplo, apoiando o status quo num contexto e como subversivo noutro. A análise das formas simbólicas como ideológicas pede que analisemos em relação aos contextos sócio históricos específicos Nos quais elas são empregadas e persistem. (THOMPSON, 2002, p.18)

Ainda mais, a reformulação proposta do conceito nos possibilita evitar a tendência de pensar a ideologia apenas, ou mesmo primariamente, em relação à formas de poder que estão institucionalizadas no estado moderno. As instituições do estado moderno e as numerosas outras organizações (partidos políticos, grupos de pressão, etc), que nas sociedades modernas ocupam o território comumente chamado de política, são territórios extremamente importantes de poder e dominação. Mas elas não são os únicos territórios, nem mesmo necessariamente os mais importantes, para a maioria das pessoas na maior parte do tempo. (THOMPSON, 2002, p.19 e 20)

Então John B. Thompson (2002) discorre longamente sobre a vida cotidiana das pessoas considerando as suas inter-relações, desigualdades e assimetrias em cada contexto. Pois cada forma simbólica é empregada e articulada no entrecruzamento dessas relações contextuais em que cada um de nós vivemos. Não pode ser considerada uma pura ilusão como aponta a literatura teórica nem como uma imagem invertida e distorcida do que é real como alguns teóricos sociais e políticos abordaram o termo. "As formas simbólicas através das quais nós nos expressamos e entendemos os outros não constituem um outro mundo etéreo, que se coloca em oposição ao que é real; ao contrário, elas são parcialmente constitutivas do que em nossas sociedades é "real"". (THOMPSON, 2002, p.19 e 20.

Quando evocamos que a vida social é formada através de palavras e símbolos, parte integrante e constitutiva da nossa trajetória histórica, consideramos que a linguagem da ministra Cármen Lúcia se utiliza de uma narrativa baseada em fatos do cotidiano, e do momento político, que se misturam aos valores aceitos ou doxa, numa tentativa de entender o mundo de hoje mais atravessado por redes institucionalizadas de comunicação e em que a experiências das pessoas está cada vez mais mediada por sistemas técnicos de produção e transmissão simbólica

Ao desenvolver uma interpretação da ideologia, estamos fornecendo uma interpretação que pode divergir da compreensão cotidiana que tem as pessoas que constituem o mundo social. A interpretação da ideologia pode possibilitar que as pessoas vejam as formas simbólicas diferentemente, sob uma nova luz e, por isso, que as vejam a si mesmas de modo diferente. Pode capacitá-los a reinterpretar uma forma simbólica em relação às condições de sua produção e recepção, em relação às suas características estruturais e organização. Pode capacitá-las a questionar ou revisar sua compreensão anterior da forma simbólica e, com isso alterar os horizontes da compreensão de si mesmas e dos outros. Descrevo este processo, a possibilidade daquilo que está implícito na interpretação da ideologia, como a *transformação interpretativa da doxa* - isto é, a transformação interpretativa das compreensões, das atitudes e das crenças cotidianas das pessoas que constituem o mundo social. (THOMPSON, 2002, p.38)

O autor contextualiza ainda o potencial crítico e reflexivo que o conceito de ideologia implica no campo da pesquisa sócio histórica. Ao apoiar-se no campo da hermenêutica histórica relacionada à metodologia de pesquisa e estudo sobre a ideologia, John B. Thompson (2002) garante a explicitação do pensamento a partir dos acontecimentos de uma forma subjetiva que ele chama de *campo sujeito*. Que é construído parte pelo sujeito no curso rotineiro de suas vidas, que estão interessados em compreender a si e aos outros. Procedimento elucidado por Patrícia Perrone de Campos Mello (2015) *Nos bastidores do Supremo*. O campo da hermenêutica de Thompson (2002), por assim dizer, compreende o objeto domínio da pesquisa sócio histórica como um campo pré interpretado, cujos processos de compreensão fazem parte do seu próprio cotidiano. Essa explicação vem ao encontro do tema de pesquisa proposto que engloba as proposições, narrativas e interpretações da ministra Carmen Lucia num espectro de acontecimentos sob o seu ângulo particular de observação e posicionamento. Boris Kossoy (2014) também trata sobre o campo da hermenêutica particular. E assim vamos reconhecendo as coordenadas para a leitura das proposições escritas e imagéticas sobre a ministra Cármen Lúcia.

Há aqueles que acreditam que a história é manipulada pelos donos do poder. Que se manifesta através de um marketing personalizado ou construindo heróis da nação. Essa manipulação da exibição imagética pode não ser consciente para todas as pessoas. Nem por isso acreditamos trazer a “morte da democracia”. Ou que seja necessário decretar a derrubada do Estado, “Estado Espetáculo” na opinião de alguns autores que utilizamos ou de possíveis interesses relacionados ao tema. Nossa função aqui, é mais uma vez trazer reflexão sobre os acontecimentos. É demonstrar a partir do estudo de Análise de Discurso e da “Análise da Imagem” veiculadas pela mídia, uma retórica de poder que permanece.

Trazemos uma contribuição a partir do importante estudo sobre a imagem do presidente da professora doutora Simonetta Persichetti na *dimensão ideológica e política da fotografia e a imagem do presidente do Brasil* publicado em *Política, mídia e espetáculo* [recurso eletrônico] sob a organização de Cláudio Novaes Pinto Coelho e Simonetta Persichetti – 1. ed. – São Paulo: Cásper Líbero, 2018. Consideramos para esse aporte os mais importantes canais de comunicação que trabalham em suas colunas essa “relação de poder” pertencente principalmente à mídia digital. O apoio norteador deste capítulo são as relações centradas na imagem dos presidentes e que fazem alguma interação com a imagem da ministra Cármen Lúcia, revelando de alguma forma uma interação de poder desde a indicação de ministros para o Supremo ou nas interrelações de poder que se sucedem dessa interação.

2.1 Ontem e Hoje - Da Independência à Constituição de 1988

O Supremo Tribunal de Justiça no Brasil originou-se na transferência da família real e da nobreza portuguesa em 1808. Na Europa, a grande circunstância que motivou a família real a sair foi a invasão do reino de Portugal pelas tropas francesas comandadas por Napoleão Bonaparte. O Príncipe-regente Dom João Maria de Bragança que mais tarde, ainda em terras brasileiras se tornaria o Rei Dom João VI, transferiu a capital de Lisboa para o Rio de Janeiro, então capital do Estado do Brasil entre os anos de 1763 a 1815. O Rio de Janeiro permaneceu como capital da colônia portuguesa, e em 1808, virou a sede de todo o Império Português, com a vinda da monarquia de Lisboa. O Rio de Janeiro era, então, capital do império que incluía Angola e Moçambique, na África; Goa, na Índia; Timor, Sudeste Asiático; e Macau, na China, enquanto o Brasil ainda era uma colônia do chamado Império Português.

Inicialmente, era chamado de a Casa da Suplicação, mesmo nome pelo qual era chamado o Supremo Tribunal de Justiça de Portugal. Esse fato ajudou a consolidar a

transferência de todos os órgãos do Estado português, e foi um marco para o Império. O Rio de Janeiro, com a Casa da Suplicação do Reino de Portugal, passa a ser o centro do Império Português. E, enquanto história do Brasil, em 1822, após a proclamação da independência do Brasil em relação a Portugal, o filho do Rei Dom João VI, Dom Pedro de Alcântara de Bragança outorga a primeira Constituição brasileira.

Em 1824, o artigo 163 da Constituição diz

Na Capital do Império, além da Relação, que deve existir, assim como nas demais Províncias, haverá também um Tribunal com a denominação de Supremo Tribunal de Justiça, composto de Juizes letrados, tirados das Relações por suas antiguidades; e serão condecorados com o título de Conselho. Na primeira organização poderão ser empregados neste Tribunal os Ministros daqueles que se houverem de abolir. (CONSTITUIÇÃO, art. 163)

E em 1828 e 1829, a determinação constitucional dizia que essa corte deveria ser chamada de "Supremo Tribunal de Justiça" e foi regulamentada pela Carta de Lei Imperial de 18 de setembro de 1828 e instalado no dia 9 de janeiro de 1829 funcionando na Casa da Câmara do Senado e posteriormente no Palácio da Relação, na rua do Lavradio na cidade do Rio de Janeiro. Com a Proclamação da República do Brasil em 1889, a denominação "Supremo Tribunal Federal" foi adotada na Constituição Provisória publicada com o Decreto nº 510, de 22 de junho de 1890.

No prédio localizado na Avenida Rio Branco, nº 241 no Rio de Janeiro, onde funcionou a sede do tribunal de 1909 a 1960, foram levados a julgamento casos que tinham especial relevância nacional, como a extradição da companheira de Luís Carlos Prestes, Olga Benário, em pleno regime Vargas. E ainda o mandado de segurança impetrado pelo presidente Café Filho, que, adoentado, fora hospitalizado e teve que ausentar-se do cargo, mas que, em razão de uma conspiração arquitetada pelo presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, no exercício da presidência, ordenou que tanques do exército cercaram o hospital onde estava o presidente, impedindo sua saída e evitando assim o retorno ao exercício do cargo após a recuperação. No antigo prédio passaram juristas, tais como Aliomar Baleeiro.

Brasília e Ditadura Militar

Com a mudança da capital federal para Brasília, o Supremo Tribunal Federal passou a ocupar o atual edifício sede, localizado na praça dos Três Poderes, realizando sua primeira sessão em 21 de abril de 1960. A concepção do edifício-sede é do arquiteto Oscar Niemeyer, e o cálculo estrutural foi feito pelo engenheiro Joaquim Cardozo. Ocupa também os edifícios anexos I e II.

Na ditadura militar, em 1965, o número de assentos foi aumentado de onze para dezesseis, buscando diluir o poder dos ministros indicados por João Goulart e Juscelino Kubitschek.

Nesse período, lembramos aqui, a atuação de Aliomar Baleeiro que em 1968 escreve o livro *O Supremo Tribunal Federal, Esse outro desconhecido*, publicado pela editora Forense na cidade do Rio de Janeiro. E a última parte do livro vem com um grande número de páginas com dados biográficos de todos os Ministros do STF, entre os anos de 1891 a 1967, composto em colaboração de José Pedroso. Baleeiro era na época, professor na Universidade Federal de Brasília e Ministro do Supremo Tribunal Federal. Em Justificativa na Introdução da obra, Aliomar conta a sua história, relacionada às campanhas presidenciais de Rui Barbosa e Epitácio Pessoa - e a seus correligionários, em 1919, quando ele ainda tinha 13 anos e a marcante decisão do Supremo Tribunal Federal em conceder o *Habeas Corpus* aos candidatos para que continuassem a campanha. O autor conta que após o Hino, e a ruidosa saudação do povo ele foi compreender que o STF era o “órgão”, grande garantidor das liberdades públicas. Nas palavras do autor

Ouvi ... Foi assim que tomei consciência ...

Acredito que uma área de respeito e veneração cerca o Supremo Tribunal Federal neste país irreverente por excelência. As vozes dissonantes, ainda quando partiram de homens de prol, como João Mangabeira, perderam-se sem eco na opinião nacional. (BALEIRO, 1968, p.10).

O Ministro Aliomar Baleeiro (1968) indaga sobre a época e enfatiza grandemente sobre a escassa literatura acerca do STF

Mas há espaço vazio e imenso entre acatamento e conhecimento. Conhecerá o povo seu Tribunal mais elevado, supremo por nome e definição?” - “Alimento minhas dúvidas, fruto de observações duma vida já longa em contato com os vários grupos da população”. [...] Em geral, a obra do Supremo Tribunal jaz ignorada mesmo nos círculos de alta cultura jurídica. Essas cogitações me encorajaram a publicações dessas páginas com o espírito apenas de divulgação no seio do grande público. Não trazem nada de novo aos juristas. Endereçam-se aos cidadãos, e sobretudo, aos jovens. (BALEIRO, 1968, p.11).

No seu livro Aliomar Baleeiro (1968) faz uma retrospectiva sobre o *habeas corpus*, que embora não tenha nenhum caráter “histórico e exaustivo” mas apenas informativo dos antecedentes. Contudo, para *esse outro desconhecido* com aproximadamente 75 anos de história, “*Mas um halo de mistério ou, pelo menos, de desconhecimento interno, tem velado o Supremo aos olhos da opinião nacional*”. Hoje, o Supremo Tribunal Federal tem o seu lugar bastante visível na mídia nacional e diante da opinião pública. O autor achava que os brasileiros desconheciam os meandros do tribunal e até mesmo os próprios advogados – inclusive em relação aos trâmites e acrescenta que – por causa disso se avolumam os processos – de certa forma endereçados ao lugar errado. Mas, endereçar o seu interesse em deixar uma obra aos jovens traz a intenção de suscitar a esperança em questões do Direito e voltados para a sociedade independentemente dos quais problemas pudessem passar o governo em matéria de política e atuação no poder.

A dúvida surge no ano de 1968, remotamente compreendemos que ele escreveu o livro um pouco antes. A data de julho de 1967 consta no prefácio. Hoje, após exatos 51 anos da obra nos perguntamos se o que estamos assistindo na mídia sobre o Supremo Tribunal Federal não é fruto de que algo está fora do lugar. Na fala de Cármen Lúcia

Talvez estejamos vivendo tempos mais difíceis que experiências históricas anteriores. Talvez porque também talvez cada geração tenha a ilusão e um pouco de soberba de achar que o seu (tempo) é o maior desafio. Apenas por ser o seu e ter de ser resolvido com o empenho que cada situação impõe. Mas é certo que se modificaram, na raiz, os paradigmas antes adotados. Exauriram-se os modelos estatais e sociais antes aproveitados. O sonho de ser feliz e de viver numa sociedade justa é o mesmo, o de sempre: o que e como ser feliz e qual o modelo de sociedade justa não é do sempre. (STF - Relatório de Gestão 2016)

Ainda fazendo uma relação a Aliomar Baleeiro, o autor toma uma posição de legitimidade ao tratar do STF, afirmando que apenas quer demonstrar as ideias e aspirações, doutrinas e interesses, em diversos capítulos do seu livro como *As raízes na colônia e no império, Os pensamentos do governo provisório, Os debates na constituinte de 1890/91, 2ª instância das causas à União até 1937, Os percalços da 1ª fase* e fala em nome de seus avós que ajudaram na fundação do Supremo Tribunal Federal. (BALEIRO, 1968, p.11).

Guy Debord (2012) enfatiza a linguagem apropriada que descreve acontecimentos relacionados à sociedade e elucida a nossa análise investigativa sobre os fatos relevantes que destacam a atuação e acontecimentos relacionados ao Supremo hoje, como uma

sociedade do espetáculo. Assim como Cláudio Coelho Pinto Novaes (COELHO, 2014) em seu livro *Teoria Crítica e Sociedade do Espetáculo*, enfatiza a importância da linguagem e dos processos comunicacionais, e suas possíveis implicações no uso do poder. Cláudio Novaes (2014) traz uma reflexão sobre o método dialético aplicado à percepção da vida social e amplia a compreensão sobre como se articula a economia, a política, a cultura e a ideologia em contextos históricos.

Nos pautamos em datas e fatos, para continuar, trazendo de volta à memória que, em 1969, fazendo uso do Ato Institucional número cinco (AI-5) vários Ministros foram aposentados compulsoriamente, entre eles Hermes Lima, Evandro Lins e Silva e Victor Nunes Leal. A ação visava diminuir o poder dentro do tribunal dos Ministros indicados pelos governos anteriores. Alguns Ministros como Antônio Gonçalves de Oliveira renunciaram ao cargo em protesto e solidariedade aos outros que saíram. Outro ministro, Lafayette de Andrada, apresentou resistência ao novo governo militar e também se aposentou. Nessa crise, o STF voltou a ter o número de Ministros como na origem.

A revista VEJA nasceu em plena ditadura em 1968 e completou 50 anos em 2018, atravessando o período em estudo. No número comemorativo, edição 2601, descreve toda a sua trajetória e a trajetória política do país, com seus embates pelo regime das liberdades. A matéria especial *Brasília 50 anos*, em nome da Democracia todos os governantes se manifestaram, e a revista enfatiza ‘processo de conquista da Democracia, ameaças e fragilidades da democracia no Brasil e o seu futuro. Inclusive a revista inclui a campanha presidencial entre Bolsonaro e Haddad, e suas disputas pelos votos de centro. (VEJA, 26/11/2018)

2.2 A Redemocratização e os Poderes

A Redemocratização no Brasil absorveu três questões fundamentais: Projeto de governo, manifestação da sociedade civil e (os azares) do processo eleitoral. A pauta mais marcante relacionada ao ‘Futuro da Democracia’ é a liberdade, vindo em seguida a justiça social (VEJA, 26/11/2018). Hoje a democracia está relacionada a uma sociedade igualitária, que busca seu princípio na educação de qualidade, e que se manifesta através de uma forte expressão social, que ainda peca pela falta de organização e expressão política. E atualmente a mais presente expressão acontece pela comunicação direta e instantânea através da internet.

Para lembrar a Nova República desde 1985 até o momento, tivemos oito Presidentes:

(1985-1990) - José Sarney
(1990-1992) - Fernando Collor de Mello
(1992-1994) - Itamar Franco
(1995-2002) - Fernando Henrique Cardoso
(2003-2010) - Luiz Inácio Lula da Silva
(2011-2016) - Dilma Rousseff
(2016-2018) - Michel Temer
(2019-Hoje) - Jair Messias Bolsonaro

O contexto que se faz presente nesta dissertação compreende os últimos três presidentes. O governo de Jair Bolsonaro não entra na análise pois compreende o ano de 2019. Fazemos poucas referências à sua campanha em 2018. Ao contrário disso, Lula, Dilma e Michel Temer são bastante citados devido às suas relações com o STF ao longo do trabalho. Dessa forma, descrevemos aqui, como se configurou o Supremo Tribunal Federal – STF a partir de José Sarney, pois essa dimensão permanece desde a redemocratização. Mesmo a reforma do judiciário e suas prerrogativas ser uma discussão desde 1974 (VEJA, 26/11/2018).

O Supremo Tribunal Federal - STF

Criado após a Independência do Brasil, como comentado, como Supremo Tribunal de Justiça, e renomeado como Supremo Tribunal Federal após a proclamação da República, o STF exerce uma longa série de competências, entre as quais a mais conhecida e relevante é o controle concentrado de constitucionalidade através das ações diretas de inconstitucionalidade. Compete julgar de acordo com a Constituição os conflitos que surgirem de questionamentos a determinada lei ou norma federal ou estadual. Tem o poder independente dos outros poderes do Estado, a saber, o Legislativo e o Executivo. É considerada dentro do Brasil, a mais alta instância do poder judiciário brasileiro. Além de acumular as competências típicas de uma suprema corte, ou seja, um tribunal de última instância. Sua função institucional fundamental é de servir como guardião da Constituição Federal de 1988, apreciando casos que envolvam lesão ou ameaça à Constituição.

Na composição atual do STF, de José Sarney a Michel Temer, todos os ministros do STF foram indicados pelos presidentes da República eleitos desde a redemocratização do país, com exceção de Itamar Franco, que não nomeou ninguém. Ou seja, não há nenhum ministro da época da Ditadura de 64, na atual composição do Supremo Tribunal

Federal. Pois em 2003, com a aposentadoria do ministro Moreira Alves, que fora indicado pelo presidente Ernesto Geisel o tribunal passou a ter uma composição inteiramente formada por ministros indicados por presidentes do período democrático. Moreira Alves foi o último ministro da época militar.

A atual composição do STF contém onze ministros. O decano e ministro que acaba de aposentar-se é Celso de Mello, perfazendo uma gestão de 31 anos. Em 2020 acontece a primeira indicação do Presidente Jair Bolsonaro. Alguns nomes foram cotados na mídia. (VEJA, 10/2020). E entre eles Kassio Nunes Marques, que assume em 5 de novembro de 2020.

No momento, a instituição já teve 167 ministros e 168 nomeações (em conta do ministro Francisco Rezek, nomeado duas vezes), uma média de 8,4 por vaga (vinte vagas), desconsiderando 10 ministros do Supremo Tribunal de Justiça que ingressaram ao STF quando da Proclamação. Os onze juízes do tribunal são chamados de Ministros, apesar de o cargo não ter nenhuma semelhança com os ministros dos órgãos do governo. Eles são nomeados pelo Presidente da República, devendo ser aprovados pelo Senado Federal. A idade para aposentadoria compulsória era de 75 anos (aposentadoria contestada atualmente em 70 anos pela PEC 159/19, mas que já foi 75 anos).

O Poder Executivo - É o Poder que tem a responsabilidade de governar o povo e administrar os interesses públicos de acordo com o estabelecido na Constituição. O presidente da República é o chefe do Poder Executivo Federal. Nos Estados, temos os governadores, e nos Municípios, os prefeitos.

O Poder Legislativo - É o Poder que tem a atribuição de fazer as leis. No âmbito federal, é representado pelo Congresso Nacional, que é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Nos Estados, pela Assembleia Legislativa, no Distrito Federal, pela Câmara Legislativa e, nos Municípios, pela Câmara Municipal.

O poder Judiciário, como estamos desenvolvendo neste trabalho, é composto de juízes, ministros e desembargadores. De acordo com a instância em que atuam. Todos são denominados de Magistrados. O Plenário, As Turmas e o Presidente são os Órgãos do Tribunal. O Presidente e o Vice-Presidente são eleitos pelo Plenário do STF, dentre os Ministros, e têm mandato de dois anos. Cada uma das duas turmas é constituída por cinco ministros e presidida pelo integrante mais antigo no tribunal, por um período de um ano.

Chamados de *membros da corte*, referidos como ministros do STF são escolhidos pelo presidente da República entre os cidadãos com mais de 35 e menos de 65 anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada. Depois de aprovada a escolha pela maioria

absoluta do Senado Federal, os indicados são nomeados. O cargo é privativo de brasileiros natos e não tem mandato fixo: o limite máximo é a aposentadoria compulsória como já comentado.

A remuneração (no valor bruto de R\$ 39.200 até o início de 2019) é a mais alta do poder público, e serve de parâmetro para estabelecer a remuneração (menor) de altos funcionários públicos — fenômeno conhecido como escalonamento de subsídios, vez que os demais funcionários públicos têm sua remuneração atrelada a percentuais do subsídio de referidos ministros. E por isso há tanta contestação em relação ao aumento ou diminuição do salário deles.

2.2.1 Presidente do STF e Presidente Interino

O presidente e o vice-presidente do STF são eleitos por seus pares, em votação secreta, para um mandato de dois anos. A reeleição para um mandato consecutivo não é permitida. Por tradição, os membros do tribunal sempre elegem como presidente o ministro mais antigo que ainda não tenha exercido a presidência, e como vice-presidente o ministro que deverá ser o presidente no mandato seguinte.

Ao assumir a presidência do STF, cabe também ao mesmo ministro a incumbência de suceder o Presidente da República sendo o quarto na linha de sucessão. Numa escala de hierarquia o vice-presidente da República é o segundo a presidir, seguido pelo presidente da Câmara dos Deputados e pelo presidente do Senado Federal.

Historicamente registrados as ocasiões em que os presidentes do STF que já atuaram na presidência da República como substitutos em ocasiões de viagens oficiais do Presidente e impossibilidade do outros sucessores assumirem, em caso de mulheres foram apenas duas: Ellen Grace Northfleet assumiu a primeira vez como interina em 2006, substituindo o presidente Lula quando ele viajou para a Argentina. Na mesma viagem estava José Alencar, seu vice. Os presidentes da Câmara e do Senado, Aldo Rebelo e Renan Calheiros também participaram da mesma viagem. Cármen Lúcia, com o maior número de vezes.

2.2.2 Atribuições e Foro Privilegiado ou Foro Especial por Prerrogativa de Função

Todas as atribuições do STF estão pautadas na Constituição Federal de 1988, basicamente nos Artigos 102 e 103. Na Área Penal, destaca-se a competência para julgar, o Presidente e o Vice-Presidente da República, os membros do Congresso Nacional, os próprios Ministros do STF e o Procurador-Geral da República, em casos de crimes e

infrações penais comuns. E nos crimes de responsabilidade os ministros de Estado, os comandantes de Exército, Marinha e Aeronáutica (ressalvado o disposto no art. 52, I), os membros dos Tribunais Superiores e os do Tribunal de Contas da União, e os chefes de missão diplomática de caráter permanente. Em caso de crimes comuns os ministros são julgados pelos próprios colegas do tribunal e compete ao Senado Federal do Brasil processá-los e julgá-los em crimes de responsabilidade, quando o crime está correlacionado ao exercício da sua função. Até hoje não há, entretanto, casos em que o Senado brasileiro tenha processado um ministro do STF por crimes de responsabilidade. De suas decisões não cabe recurso a nenhum outro tribunal. (Constituição Federal, art. 102 e 103, 1988).

2.2.3 Primeira e Segunda Turmas

Tal como acontece com a presidência do STF, cada turma é presidida pelo ministro mais antigo dentre seus membros, por um período de um ano. A recondução é vedada até que todos os seus integrantes tenham exercido a presidência. O ministro mais antigo pode recusar a indicação à presidência, desde que antes de sua proclamação, como já ocorrido.

Por representar um tribunal de jurisdição nacional e por ser composto por apenas onze ministros, só devem ser apreciadas aquelas ações em que o interesse da nação esteja em jogo.

As ações hábeis à realização da verificação da Constitucionalidade das leis e normas em face da Constituição Federal são:

Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI);

Ação declaratória de constitucionalidade (ADC);

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).

Em sede recursal, a Constitucionalidade poderá ser apreciada pela via do Recurso Extraordinário (RE), interposto em face de provimento jurisdicional que represente afronta à Constituição, mas que, para poder chegar ao Tribunal, passa por um rigoroso filtro, primeiramente realizado pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais, para que, após verificada a admissibilidade do recurso, possa lhe ser dado seguimento, com o envio dos autos à Suprema Corte. Caso os referidos presidentes de tribunais neguem seguimento ao TRE, há a possibilidade de se interpor Agravo de Instrumento ao Supremo Tribunal Federal.

2.2.4 CNJ e Comunicação no Supremo

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi criado em 2002. Órgão que fiscaliza a forma como os tribunais do país são administrados e a sua presidência é exercida também por quem preside o STF. Sua função primordial é garantir que os juízes cumpram com seus deveres. Todo cidadão pode denunciar qualquer situação que diz respeito a um comportamento antiético ou incorreto praticado por magistrado em todo território nacional.

Assim como o CNJ, a TV Justiça foi criada em 2002. Todas as reuniões administrativas e judiciais do Supremo Tribunal são transmitidas ao vivo pela televisão desde essa data. Ampliando dessa forma a Comunicação do STF com o Judiciário e a população. O Tribunal também está aberto para o público assistir aos julgamentos.

2.2.5 Do Tribunal Superior Eleitoral

O Supremo Tribunal Eleitoral também faz parte do STF e é composto por sete membros, com mandatos de dois anos. A composição do TSE é por indicação dos ministros do STF. Eles devem indicar seis advogados com idoneidade moral e de notável saber jurídico, para que o presidente da República nomeie dois como ministros do TSE. Dentre os onze ministros do STF, três são eleitos por seus pares para compor também o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Outros dois são eleitos entre os membros do STJ (Superior Tribunal de Justiça). Para cada ministro efetivo é eleito um substituto, escolhido pelo mesmo processo e advindo da mesma origem.

2.3 Governo Lula - Da Última Campanha à Transição da Faixa Presidencial

“A esperança venceu o medo” declara Lula à imprensa em vídeo, em sua última campanha eleitoral em 2002. Os números anunciavam que a sua quarta candidatura havia dado certo. Em 27 de outubro do ano de 2002, entusiasmado declara “Se Deus quiser, esse dia entrará para a história do nosso país como o dia em que a esperança venceu o medo”. (Folha de S.Paulo, 27/11/2002)².

² (<https://www.youtube.com/watch?v=9nledIWARWM> - Vídeo com parte do último programa eleitoral do PT em 2002 - Ver a 1:45 min.)

Exatos 13 anos depois, em 2015, resgata o mote de vitória, a ministra Cármen Lúcia. Parafraaseia o Presidente Lula, mas, contudo, enfatiza outro aspecto

Houve um momento que a maioria de nós brasileiros acreditou, num mote segundo o qual uma esperança tinha vencido o medo. Depois deparamos com a Ação Penal 470 e descobrimos que o cinismo tinha vencido aquela esperança. Agora parece se constatar que o escárnio venceu o cinismo. O crime não vencerá a justiça. (Agência Brasil, 25/11/2015).

Nessa declaração, a ministra Cármen Lúcia se impõe contra a corrupção, se referindo aos processos do Mensalão no país, através de sua figura pública e representante do STF. E relaciona com a atual situação com as investigações da Lava Jato. Contudo, ao usar a citação de triunfo de Lula, ela não só traz a mensagem para a memória de um momento de esperança, que possivelmente ela mesmo tenha acreditado, mas aproveita o mote para subjugar uma ideologia e romper com o seu próprio passado. Afinal ela foi indicada pelo presidente Lula na gestão do PT ao governo do país. Cármen Lúcia se inclui como a maioria dos brasileiros, e fala em nome de todos "nós", estratégias muito comuns de sua imagem.

Para historicizar um pouco, em 1º de janeiro de 2003 assume seu primeiro mandato à Presidência da República no Brasil o então eleito presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), com 61,27% dos votos válidos, em segundo turno. Governou o país em dois mandatos, entre os anos de 2003 até 2006, e de 2007 a 2011, sucedendo ao Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Em sua campanha teve como seu vice José de Alencar. Foi apenas nesta 4ª candidatura que ele conseguiu ser eleito, tendo derrotado o candidato José Serra (PSDB). Ele encerrou o seu primeiro mandato em 2006. Concorreu novamente e foi reeleito para reassumir em 2007, derrotando no segundo turno o candidato Geraldo Alckmin (PSDB) obtendo mais de 60% dos votos válidos, noticiado pela Folha de S.Paulo - Ano novo - Lula e o Congresso. (Folha de S.Paulo, 01/01/2003). E permanecerá no poder até 31 de dezembro de 2010 quando transfere a faixa presidencial à sua sucessora Dilma em 1º de janeiro de 2011. Seu governo teve uma avaliação com 80% positivo embora não tenha conseguido melhorar os índices Saúde e Educação que ficaram abaixo do esperado.

Ainda durante campanha eleitoral, Lula redigiu a "carta ao povo brasileiro" onde assegurou que, em caso de sua vitória, a sua agremiação, o PT, respeitaria os contratos nacionais e internacionais. A carta foi lida no dia 22 de junho de 2002 durante encontro sobre o programa de governo do partido. Dessa forma, em seu governo tentou priorizar a pobreza no Brasil e diminuir os índices de desigualdade social. Desde a sua campanha

Lula tentou priorizar na sua plataforma as reformas constitucionais como prioridade. Uma das suas conquistas foi conseguir a aprovação da Emenda Constitucional 45 em 2004 ou "Reforma do Judiciário", com um ano de governo. E um dos grandes impactos do governo Lula também foi conseguir sediar grandes eventos esportivos que ocorreram em 2007, 2014 e 2016, os Jogos Pan-americanos, a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, respectivamente. Mais tarde esses eventos ocasionaram grandes polêmicas devido a prejuízos gerados no governo e constatação de fraudes (*Arenas da Copa do Mundo se revelam 'elefantes brancos'; e Um ano depois, Olimpíada do Rio continua polêmica* ambas noticiadas pela Folha de São Paulo).

As primeiras matérias publicadas nos jornais trazem a notícia da seguinte forma: Após três eleições, *Lula chega à Presidência da República*, noticiada pela Folha - Poder em 27 de outubro de 2002.

Figura 2 - Triunfo Histórico



VEJA, 30/10/2002

Lula na capa ostenta a Bandeira Nacional. Dentro da revista são quarenta e seis citações sobre o metalúrgico que chega a ser o mais novo Presidente da República do Brasil, numa mesma revista.

A capa intitulada *Triunfo Histórico* traz tão visivelmente as cores da Bandeira que o detalhe vermelho como cor demarcadamente histórica do partido se perde numa gravata (VEJA, nº 1775, 30/10/2002). A mesma revista VEJA publicará em 31 de janeiro de 2018, na edição nº 2567 a capa intitulada *O que falta para Lula ser preso* fazendo referência a uma derrota histórica. (VEJA, nº 2567, 31/01/2018)



Fonte WEB - Slogan: “Brasil: um país de todos”

O logotipo do Slogan “Brasil: um país de todos” foi escolhido para o governo Lula. E durante toda a sua gestão, que contempla dois mandatos (2003-2011), foi o mesmo. O Foco de destaque tinha a intenção de ser inclusão social. Chama a atenção para as cores que fogem aos padrões de Slogan nacional. Em relação à inclusão social, Lula tentou ter como carro-chefe grande ênfase a programas sociais.

Conseqüentemente Lula assume um governo em estabilização e terá a oportunidade de escolher sete novos Ministros que deverão compor a Suprema Corte do País. Nas especulações da mídia os nomes vão aparecendo pouco a pouco. Oito vagas no Supremo deveriam ser preenchidas em seu mandato. O nome de Cármen Lúcia aparece na imprensa pela primeira vez como um dos nomes cotados por volta de março de 2003 (Folha de S.Paulo - Judiciário _ Desembargador paulista pode ir para o STF - 09 de março de 2003). No mesmo ano em que a Revista VEJA anuncia, como uma referência a Joaquim Barbosa, o primeiro homem negro a ser escolhido como ministro do Supremo Tribunal Federal. (VEJA, 14/05/2003). E assumiu o seu mandato em 25 de junho de 2003 até 31 de julho de 2014. Tendo sido o 56º Presidente do Supremo Tribunal Federal, no Biênio de 2012 a 2014, quando se aposentou antes de terminar o mandato.

Consideramos que faz parte da trajetória da ministra e de seu desempenho na imprensa, a própria história da “Suprema Corte de Justiça” e “seus pares”. No caso, Joaquim Benedito Barbosa Gomes, mais conhecido como Joaquim Barbosa, é juntamente com Cármen Lúcia, uma figura que investimos em uma leitura um pouco mais detalhada. Ambos foram indicados por Lula e estiveram em diversos momentos envolvidos em julgamentos do Supremo e compartilharam opiniões semelhantes. Joaquim Barbosa foi o primeiro negro a ser indicado ao Supremo e a Cármen Lúcia a segunda mulher, ambos com a vontade expressa de Lula.

Um dos Programas Social bastante popular criado no governo do Presidente Lula foi o Bolsa Família, criado por meio da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e que tinha como finalidade atender a população pobre e famílias pobres em extrema miséria. O programa foi uma reformulação e ampliação do programa Bolsa Escola do governo FHC. E o Minha Casa, Minha Vida, lançado em abril de 2009, devido ao déficit habitacional no Brasil quanto à moradia própria, através da popularização de habitações baratas, já contando com oito anos do governo Lula. (UOL: Economia: Últimas Notícias, 08/02/2008).

O problema da favelização de grandes cidades brasileiras, principalmente as grandes metrópoles, incide diretamente em outros problemas sociais como o que causa transtornos e dificuldades em áreas variadas, segurança, saúde e educação, que conseqüentemente são impactados pela falta de trabalho. Além de infraestrutura, gera conseqüentemente desemprego e favorece a criminalidade.

Junto com todos os problemas sociais são diversas os artigos e matérias que tratam do momento "Lula indica a advogada mineira Cármen Lúcia para vaga de Jobim no STF - Migalhas Quentes" (Folha S.Paulo, Migalhas Quentes, 11/05/2006), "Presidente indica a 2ª mulher ao STF, Cármen Lúcia Antunes Rocha" (Folha de S.Paulo, 11/05/2006), "Procuradora de Minas Gerais é a segunda ministra do STF" (UOL. 11/05/2006), "Senado aprova indicação de Cármen Lúcia para STF" (Estado de São Paulo, 24/05/2006) que serão analisados no próximo capítulo. Num espaço de tempo relativamente muito pequeno, vemos estampado em todas as mídias o escândalo do Mensalão. E nesse momento pretendemos demonstrar como a mídia representa o Supremo Tribunal Federal numa extensão de tempo.

2.3.1 O mensalão

Desde 2006, quando se iniciou o julgamento do mensalão, o STF ganhou um lugar de visibilidade através dos atos administrativos e judiciais do Supremo que são transmitidos ao vivo pela televisão do STF. O Tribunal também está aberto para o público assistir aos julgamentos, com agendamento prévio. Vários jornalistas, fotógrafos e repórteres participaram assistindo aos julgamentos. A partir do momento que o Ministro Joaquim Barbosa assumiu a relatoria da denúncia contra os acusados do mensalão, que essa visibilidade do Supremo aumentou. O mensalão foi o maior processo já julgado com mais de 53 mil páginas, acumulando em papéis mais do que dez anos em documentos no Supremo. Iniciado com a acusação do Procurador-Geral da República, Antônio Fernando de Souza, Joaquim Barbosa apoiou as denúncias contra os quarenta réus acusados de receber propinas mensais, daí o nome do processo ser Mensalão. E, segundo consta na história do STF, desde sua criação em 1824, nunca condenou nenhum político. Joaquim Barbosa foi o relator do processo, seguido pelos seus pares em todas as ocasiões – e, em 96 delas, os votos foram unânimes em 112 sessões.

A ação penal proposta pelo procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, envolvendo quarenta pessoas - entre os quais o ex-ministro chefe da Casa Civil José Dirceu e o então presidente do Partido dos Trabalhadores José Genoíno, ambas figuras históricas e centrais do PT. (VIEIRA, 2018, p. 44)

Oscar Vilhena Vieira (2018) em seu livro *A batalha dos poderes: da transição democrática ao mal-estar constitucional* - no subcapítulo *Batalhas Institucionais* traça um excelente panorama sobre "o processo do mensalão e a operação lava jato" e julga que essas duas situações abriram uma batalha "sem precedentes entre o estamento jurídico e o político". (VIEIRA, 2018, p. 43)

O julgamento da ação penal 470 deu início a uma nova fase no relacionamento entre os poderes no Brasil _ a começar pela mudança de postura do Supremo Tribunal Federal, que passou a exercer de fato a competência que havia lhe sido atribuída pela Constituição de julgar altas autoridades governamentais e membros do parlamento, até então poucas vezes utilizada. Também surpreendeu no caso do mensalão a postura independente assumida pela Procuradoria Geral da República. Apesar da Constituição de 1988 ter ampliado os poderes e as garantias de independência do Ministério Público, o posicionamento da instituição, até o caso do mensalão, era marcada pela discricão no que se refere ao controle da cúpula do poder. Durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, o procurador-geral da República Geraldo Brindeiro ficou ironicamente conhecido como engavetador-geral da República, em razão da sua postura em relação às demandas apresentadas contra o governo". (VIEIRA, 2018, p. 44)

O que mais chama a atenção em todo o processo são as novas posturas institucionais, como o STF, por exemplo. A "posição do Supremo Tribunal Federal ao

receber tão ampla denúncia contra figuras centrais do governo nos termos propostos pelo Ministério Público surpreendeu a todos" diz Oscar Vilhena Vieira (2018). Desde o início do processo do mensalão o STF se recusou a fazer as sessões do julgamento em segredo, como propunha a defesa dos acusados.

Figura 4 - Mensalão entra para a História - 06/06/2005 - Capa Folha de S.Paulo



06.jun.2005

Mensalão entra para a história

Em entrevista à **Folha**, em junho de 2005, o então deputado federal Roberto Jefferson denuncia um esquema de compra de apoio de parlamentares. Segundo ele, a cúpula petista pagava R\$ 30 mil por mês para congressistas votarem a favor do governo. O mensalão foi o maior esquema de corrupção do governo Lula e a reportagem, vencedora do Prêmio Esso de Jornalismo.

Capas Históricas da Folha de S.Paulo_Folha de S.Paulo [1]

Além dessa repercussão na mídia sobre o Mensalão que continuará a repercutir. Outros escândalos ocorreram, inclusive em plena campanha eleitoral da então candidata Dilma Rousseff em 2010.

Em 2010 o Exame Nacional do Ensino Médio transformou-se em inquérito na Polícia Federal. Foram dois anos consecutivos de falhas no ENEM por motivos de fraudes e vazamento de avaliações. Os índices de educação estavam muito abaixo da média quando comparados com os demais índices da América Latina. E o ano termina com a maior taxa real de juros do mundo.

O que vemos então, baseados nos conceitos desenvolvidos por Guy Debord (2012) e que antes num passado quase remoto, os assuntos relacionados ao Judiciário no país não eram tão noticiáveis. E a partir de dado momento, tanto as ações da primeira e da segunda instância começam a ser noticiadas pela mídia com cada vez mais frequência. O foco não são mais os problemas sociais sempre presentes, mas como o Supremo, principalmente, age em determinadas situações. E o que se espera dele.

Resumidamente, também podemos inserir aqui as táticas de comunicação que percebemos estabelecidas nesta época. A ação da Justiça e do Ministério Público, no caso das operações do mensalão, contavam com o apoio da opinião pública, através de relação estratégica de meios de comunicação. E uma figura que muito influenciou esse processo na época foi o Procurador da República Deltan Dallagnol, que tinha uma formação acadêmica específica sobre ferramentas de investigação e doutrinas processuais aplicadas a crimes organizados. Até chegar nos meios de vazamento seletivos.

A pesquisa *O STF e a agenda pública nacional: de outro desconhecido a supremo protagonista?* dos professores Joaquim Falcão e Fabiana Luci de Oliveira, ambos do FGV-RJ trazem dados interessantes de como o Supremo é percebido pela sociedade. Realizadas nas capitais do Rio de Janeiro e de São Paulo abrange questões votadas no Supremo e como essas questões foram acompanhadas pelo público. Aponta para uma amostra de que determinados fatos só são percebidos quando trabalhados pela comunicação, no caso, a mídia. A pesquisa também considera a população como uma pré-intérprete da Constituição, quando acompanha com opiniões as pautas que estão sendo votadas no Supremo.

Enquanto crescia um verdadeiro alinhamento do judiciário brasileiro para obter resultados na operação de investigação, para vencer um padrão histórico de impunidades, outras realidades vão sendo construídas na mídia. Troca de e-mails / recados entre Cármen Lúcia e o Ministro Ricardo Lewandowski. Polêmica relacionada à vestimenta de Cármen Lúcia no Plenário (Folha de S.Paulo, 16/03/2007). Ano que também assumiu como Ministra substituta no TSE - Tribunal Superior Eleitoral. Ao mesmo tempo que caminham as ações do governo Lula, Joaquim Barbosa é critério de noticiabilidade na

mídia nacional e internacional. Tudo é noticiado dando visibilidade ao STF e aos seus ministros. Nesse período são votadas no Supremo as pesquisas e terapia com células tronco embrionárias congeladas, não mais adequadas para fertilização (VEJA 05/2008) (VEJA, 4/06/2008). Aqui, adiantamos o pensamento quanto a construção, fundamento e metodologia de estudo da imagem como aborda Boris Kossoy (2014, p.37) em relação ao *corpus conceitual* que circunda a imagem como por exemplo o panorama histórico. Esses fatos são alguns dos "elementos" que formam as coordenadas da análise da imagem que desenvolvemos no terceiro capítulo.

Em 2008 o Conselho Nacional de Justiça – CNJ havia iniciado e acompanhava as mudanças junto com o sistema carcerário e o CCJ (Comissão de Constituição de Justiça) do Senado. E foram sugeridas mudanças no Código de Processo Penal. No quesito Segurança, o país sempre apresentou problemas quanto à criminalidade. Através das fronteiras e portos, além dos aeroportos, o país sofre com entrada de drogas e armamento que favorecem o crime. Foi instalada uma CPI com especial atenção ao sistema carcerário brasileiro, A superlotação das prisões e a falta de projetos para a recuperação dos presos e, incentivos sociais à educação e ao trabalho, favorecem ainda mais a frágil situação do país. Esses fatores desencadearam as ações comentadas no capítulo 1 deste trabalho, quando tratado sobre votos julgados no STF quase 10 anos depois. E em 2018, quando Carmem Lucia irá governar o país como Presidente Interina, uma nova lei será assinada por ela, que irá favorecer o trabalho de egressos do sistema prisional.

Depois do escândalo dos Bingos, caso controverso que envolve o PT e seus aliados em 2004, com nomes como Waldomiro Diniz, assessor de José Dirceu, escândalo em 2005, sobre o assessor do Deputado Estadual do Ceará José Nobre Guimarães, irmão de José Genoíno, que foi preso com dinheiro na cueca, o escândalo do Mensalão é o maior julgamento feito pelo Supremo Tribunal Federal. No caso José Dirceu era então Ministro-chefe da Casa Civil do governo Lula, que será cassado em 2005, julgado pelo STF e condenado em 2012 a 10 anos e 10 meses de detenção. Ao ser acusado por Roberto Jefferson de ser coordenador de um esquema ilegal de pagamentos mensais para os congressistas, caso já comentado batizado como Mensalão. Através de Caixa 2, a denúncia envolvia a compra de votos de deputados no Congresso e o financiamento de campanhas. As investigações irão ocorrer até 2008 na Operação Satiagraha.

Também será aceita uma denúncia no STF contra Azeredo por mensalão mineiro no fim de dezembro de 2009. Mas a repercussão dos escândalos relacionados ao governo PT reaparece em 2009 e está relacionado a Antônio Palocci (PT) e o Supremo Tribunal

Federal. Médico sanitário, ex-prefeito de Ribeirão Preto e nomeado Ministro da Fazenda por Lula, foi denunciado pela mídia. Um dos casos conhecido como "Escândalo da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo". Mas na época o STF arquivou a denúncia após o pedido de demissão do ministro em 27 de agosto de 2009 - "*Por cinco votos a quatro, STF arquivou denúncia contra deputado Antônio Palocci*". (Notícias do STF, 27/08/2009).

2.3.2 Visibilidade do Supremo e Ministro Joaquim Barbosa como espelho

Mas foi em 2009 que um fato que marcou a opinião pública definitivamente em relação ao STF. A visibilidade do Supremo foi estampada em todas as mídias. A revista VEJA intitula a matéria como "*O Dia de Índio de Joaquim Barbosa*". (VEJA, 29/04/2009). Aconteceu em 22 de abril quando o ministro Gilmar Mendes e o ministro Joaquim Barbosa discutiram na sessão plenária do tribunal diante de um país inteiro. Barbosa acusou o presidente da Corte de estar "destruindo a credibilidade da Justiça brasileira" com um discurso inflamado: "Vossa Excelência não está na rua; Vossa Excelência está na mídia, destruindo a credibilidade do Judiciário brasileiro (...) Vossa Excelência, quando se dirige a mim, não está falando com os seus capangas do Mato Grosso, ministro Gilmar" durante um julgamento. E o Ministro Gilmar Mendes encerrou a sessão. Contudo essa discussão diante da mídia não foi a única, antes eles haviam discutido outras vezes e trocado "lição de moral". Todavia, dessa vez, o STF já sob os holofotes da imprensa e dos fotógrafos, Joaquim Barbosa, dois dias depois foi fotografado e saudado por diversas pessoas nas ruas do Rio de Janeiro enquanto almoçava.

A Suprema Corte do Brasil foi noticiada internacionalmente (*Brazil's supreme court: When less is more*». *The Economist*. 21 de maio de 2009). No Brasil a notícia ganha repercussão (*O DIA ONLINE - BRASIL - Reação popular ao bate-boca no STF*" e mais "*Bem Paraná - Após discussão, Joaquim Barbosa é elogiado na rua*". Acumulam-se notícias e vídeos: Ministros do STF batem boca; Barbosa diz que Mendes destrói credibilidade - Justiça. (Folha Online, 2009) O ministro Joaquim Barbosa e o Ministro Gilmar Mendes tornam-se notícia e são comentados nas mídias.

Como Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, sua atuação deu-se num intervalo muito pequeno de tempo e Joaquim Barbosa anuncia que vai renunciar ao cargo no Tribunal Superior Eleitoral, - TSE. Teve o seu mandato como vice-presidente de 06 de maio de 2008 a 17 de novembro de 2009 quando, alegando problemas de saúde, renunciou. Ele seria o próximo presidente do Supremo, tendo que assumir em abril do próximo ano, 2010, ano da primeira eleição com urna digital e com a vigência da Ficha

Limpa, ADC 29 e 30 ADI 4578. Foi sucedido por Edson Fachin. Cármen Lúcia atuava como ministra substituta do TSE e foi empossada como ministra titular em 19 de novembro de 2009 em seguida da renúncia do ministro Joaquim Barbosa.

Figura 5 - Joaquim Barbosa – menino pobre



VEJA, 12/10/2012

Em 2012 é noticiado *O menino pobre que mudou o Brasil* na revista VEJA, com a declaração de que o Supremo não era mais o mesmo. ‘Antes o assédio a eles era tímido, protagonizado basicamente por estudantes, de direito e advogados. Agora os ministros são reconhecidos em restaurantes, aviões e até na praia’, diz a matéria. O ‘decano Celso de Mello já até posou para foto com uma criança a pedido dos pais’. ‘As pessoas comentam que o Supremo está projetando uma imagem que dá muito orgulho aos cidadãos na medida em que demonstra intolerância ao fenômeno criminoso da corrupção. Esse é um processo impregnado de alto valor pedagógico’, diz o decano. *LAST ACT* foi um ato decisivo, a palavra final do ministro noticiado na ocasião pela revista. (VEJA, 12/10/2012)

2.4 Dilma é a eleita, ex guerrilheira, petista, presidenta

Dilma Vania Rousseff (PT) foi eleita em 31 de outubro de 2010, derrotando José Serra do (PSDB). Tendo como coligação PMDB, PDT, PCdoB, PSB, PR, PRB, PSC, PTC, PTN. E tendo Michel Temer como vice-presidente. Ter sido eleita a primeira mulher presidente do país é considerado um fato histórico. Assume em seu primeiro mandato a Presidência do Brasil em 1 de janeiro de 2011. E reeleita em 31 de outubro de 2014 e fica no poder até 31 de agosto de 2016, quando sai do governo através do *impeachment*.

Figura 6 - Dilma é a eleita - 1/11/2010



1º.nov.2010

Uma só Redação

As Redações do jornal impresso e on-line são unificadas, em 2010, e uma nova reforma gráfica reforça a unidade entre os cadernos. Novos recursos ampliam o destaque dos textos de análise e perfis.

- 1 Em outubro, Dilma é eleita a primeira mulher a ocupar a Presidência da República. Ex-guerrilheira, a petista nunca havia disputado eleição e era praticamente desconhecida dos eleitores quando foi escolhida candidata pelo presidente Lula.
- 2 A eleição da primeira mulher ao planalto abriu discussão sobre a nomenclatura do cargo, se presidente ou presidenta. Como ambos são corretos, a **Folha** adotou a forma mais usada, que é presidente.

Capas Históricas da Folha de S.Paulo_Folha de S.Paulo [2]

Desde o seu primeiro mandato, Dilma assumiu o governo enquanto o Brasil passava por uma forte recessão econômica mundial, com repercussões na economia do país. Mesmo tentando investir esforços no Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), em 2011, não teve apoio no Congresso Nacional das pautas propostas.

Figura 7 - *Slogan* do Primeiro Mandato Dilma



Fonte WEB - *Slogan*: “País rico é país sem pobreza”

Seu primeiro *Slogan* (2011-2014) foi “País rico é país sem pobreza”: enfatiza a necessidade da erradicação da pobreza. O lema do logo dá continuidade à tipografia de Lula, mas retorna às cores verde e amarela referentes aos símbolos nacionais destacados no plano. Cada detalhe é pensado para dar o *tom* de importância social. Dilma é eleita em sucessão a Lula e herda um governo caracterizado por problemas. Tem visibilidade como a primeira mulher eleita, cuja campanha foi de muito sucesso, contudo perde pouco a pouco sua popularidade.

Pensamos que, para não haver divergência, no pensamento desenvolvido neste capítulo da dissertação, concentrarmos nesse momento a nossa pesquisa na imagem de poder representada pela presidente Dilma e naquilo que se relaciona com o STF. Mantendo a linha de interesse dessa pesquisa no que tange à imagem da ministra Cármen Lúcia, relacionando os fatos do STF, interesses da sociedade polemizados e decisões no período que abrange a pesquisa e ao seu discurso de posse em 2016, já mencionado. Foram citados até aqui, relacionados ao governo Lula pelo menos oito fatos que envolveram a ministra Cármen Lúcia no período entre 2003 a 2010. Entretanto, a relação com o presidente Lula não carrega em si uma disputa de imagem direta, a não ser naquilo que tange o poder dado até então à ministra Cármen Lúcia desde a sua introdução ao STF.

Desde a espetacularização midiática na política, anunciada por Guy Debord (2012) e introduzida a problemática da representação por Roger Gérard Schwartzberg (1979), na política brasileira elucidada por Deysi Ciocari (2019) em *Espetacularização Política Brasileira: uma análise dos Políticos Midiáticos eleitos para o Congresso Nacional 2015-2019* passamos a compreender uma trajetória de personas do rádio e televisão que se candidatam a partidos políticos, e muitas vezes são eleitos com expressivos números de votos. A importância da imagem é levada mais a sério do que, anos de carreiras políticas investidos em discursos. Segundo Deysi Ciocari (2019),

Guy Debord já apontava nessa direção quando enfatiza que a "construção do espetáculo é uma forma de separação, alienação e dominação na sociedade para produzir uma falsa consciência de existir, na tentativa de se criar a ideia de uma sociedade unificada". (Apud CIOCCARI, p.1)

Quanto à espetacularização política exercida por aqueles que assumem o poder, não é um fenômeno novo. Encontramos em *O poder em Cena* de Georges Balandier (1999), breves linhas sobre isso. Contudo Deysi Ciocari (2019) nos lembra que, "mas desde o século passado é impossível ignorar as transformações advindas da onipresença dos veículos de comunicação de massa. Do outro lado vemos um receptor distante das decisões do poder e, em grande maioria, com baixo grau de sofisticação política que encontra no espaço midiático a forma mais fácil de se informar. Não obstante, o esforço do ator político em construir uma imagem se dá por dois motivos: para ser consolidado um "símbolo visível e tangível" que atraia a atenção do cidadão e para que a imagem seja usada como rótulo do "produto ou marca políticos," (CIOCCARI, p.2). O que difere da nossa análise investigativa é justamente que Cármen Lúcia não é uma candidata às eleições, mas uma representante do poder instituído.

Simonetta Persichetti aponta nessa direção e demonstra a importância da construção da imagem do Presidente. Estudamos dessa forma, seguindo também a interpretação de Persichetti da imagem vinculada a uma determinada cultura, sem desvencilhar-lá do momento histórico, político e econômico. Partindo assim, do próprio pressuposto, das relações sociais que se apresentam no momento das fotografias da presidente Dilma e como são apresentadas pela mídia ou pousadas por aqueles que a integram. Lembramos, também Boris Kossoy que "... a documentação iconográfica é uma das fontes mais preciosas para o conhecimento do passado: trata-se, porém de um conhecimento de aparência: as imagens guardam em si apenas indícios, a face externa de histórias que não se mostram". (KOSSOY, 2014, p.31)

Simonetta Persichetti ao estudar a imagem do presidente, a partir da fotografia, comenta: "Nasceu numa sociedade positivista, que substituiu o dogma religioso pelo dogma científico. Por uma necessidade histórica do momento e por motivos econômicos e industriais, foi dado a ela o status de espelho do real, de prova, de testemunho, de portadora de uma 'verdade' indiscutível." (PERSICHETTI, 2018, p.41). Ainda, com pressuposto de verdade, associada ao fotojornalismo. E no subcapítulo *Pensando a fotografia*, dos pressupostos levantados por Simonetta Persichetti, entendemos que a fotografia como propaganda política existe desde o seu início, no século XX, e permanece

destacando além da individualidade do personagem, reafirmam uma ideia de sociedade. (PERSICHETTI, 2018, p.43). Mas, quanto às representantes femininas que temos em construção? A Diva, um protótipo de *star system femele*. Ou prima donna. Depende da confluência de acontecimentos que deve ser representada pelo Estado ou Governo.

Figura 8 - Cerimônia de transição da faixa presidencial



The image shows a screenshot of a news article from the website VEJA. At the top, the VEJA logo is displayed in red. Below it, a navigation bar lists various categories: RADAR, COLUNISTAS, ECONOMIA, POLÍTICA, MUNDO, SAÚDE, PLACAR, and CULTURA. The article title is 'Cerimônia de posse de Dilma Rousseff' in a large, bold, black font. Below the title, there is a subtitle: 'Acompanhe as imagens da cerimônia de posse da presidente Dilma Rousseff em Brasília:'. A small line of text indicates the article was updated on July 18, 2016, and published on January 1, 2011. The main image shows President Dilma Rousseff in a white lace dress receiving the presidential sash from former President Luiz Inácio Lula da Silva. To the left of the image are social media sharing icons for Facebook, LinkedIn, Twitter, and WhatsApp. Below the image is a caption: '9/38 A presidente Dilma Rousseff recebe a faixa presidencial do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto, em Brasília (Paulo Whitaker/Reuters/VEJA)'.

VEJA, 1/01/2011

Dilma como Presidente do Brasil e tendo Michel Temer como seu vice, assume em solenidade no dia 17 de dezembro de 2010, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) onde foram Diplomados. O evento aconteceu em Brasília, com muitos convidados, como parentes e políticos. Com o lema da campanha “*Para o Brasil seguir mudando*” Dilma disse que iria “governar para todos”. E também prometeu “honrar as mulheres e cuidar dos mais frágeis”. (TSE, 2010) (VEJA, 01/2010)

O evento de posse contou com uma grande apresentação cultural e cinco cantoras brasileiras: Elba Ramalho, Fernanda Takai, Zélia Duncan. Figuras femininas da história do Brasil também foram homenageadas. Tudo foi preparado com grande expectativa, visto que Dilma foi a primeira mulher eleita a presidir o país. Além dos dois mil

convidados que compareceram no Congresso Nacional para a cerimônia. E desde o início de seu governo Dilma demonstra autonomia com a política interna e gestão econômica, mesmo com fortes laços que a ligavam ao governo interior de Lula.

Mas estamos questionando a construção da imagem, quanto a fotografia que sempre nos surpreende. Se Simonetta Persichetti questiona o fato da fotografia poder causar embate, susto ou desconforto (PERSICHETTI, 2018, p.55). Acrescentamos, aqui, espanto. Em *Máscaras e Rostos*, Simonetta Persichetti expande à ideia de poder e pensamos (PERSICHETTI, 2018, p.50), se do Presidente, a fotografia deve transparecer virilidade, populismo, força e modernidade, nessa construção cenográfica do poder, como funciona a caracterização da imagem feminina? Contudo, não há intenção nesse trabalho de análise da imagem fotográfica de Dilma Rousseff. Trazemos a sua imagem enquanto contraponto de “imagem de poder” de acordo com os problemas que ocorriam no país no momento político. O que introduzimos aqui é apenas a imagem que fica, Dilma Rousseff de vestido branco na sua cerimônia de posse. A “imagem feminina” é colocada em cena. E a cor branca, culturalmente remete a pacificação.

As imagens de Cármen Lúcia são ligadas a que? O maior elo pressupõe o poder. A representação de uma autoridade máxima transfigurada na imagem mignon e feminina. Talvez sendo um conceito, dentro dos muitos que poderíamos levantar, de criar uma personagem mulher contestatória a partir de sua estatura. E representante de um conhecimento considerado no momento evidente, como o conhecimento relacionado à justiça. Em que categorias podemos pensá-la? Simonetta Persichetti nos sugere a pensar em categorias (PERSICHETTI, 2018, p.56). E para descrever a imagem do presidente do Brasil, ela acrescentou categorias: Popularidade ou populismo (discurso); Liderança; e Competência. Dessa forma, foi concluído que a imagem do presidente se repete nas categorias selecionadas, independentemente das ideologias ou políticas do momento. Além dos partidos ou partidarismo, as imagens são criadas como uma construção da realidade permanente, através de uma imagem esvaziada. (PERSICHETTI, 2018, p.57).

Durante o governo Dilma, ao mesmo tempo em que são votados no Supremo as ADIn 4277 e ADPF 132 correspondentes a uniões homoafetivas em 5 de maio de 2011, de maio a novembro Palocci volta à cena no governo Dilma, ou nunca deixou de estar... *"Palocci multiplica por 20 seu patrimônio"; "ACM Neto quer que Palocci explique fortuna à Câmara"; "PSDB quer que Palocci se explique à comissão da Câmara"; "Oposição aciona Procuradoria no caso Palocci"; "Na Câmara, 266 votam contra convocar Palocci; 72 são a favor". (Folha.com Poder 15/05/2011) (Folha18/05/2011).*

Todos os movimentos da mídia focam como problemáticos o governo Dilma, como comentado "Aécio critica convivência do governo Dilma com corrupção". (Veja, 07/11/2011).

Em 6 de março de 2012 Cármen Lúcia foi nomeada presidente do Tribunal Superior Eleitoral, sucedendo ao ministro Ricardo Lewandowski. Ela tomou posse em 18 de abril, tornando-se a primeira mulher a presidir o tribunal em 67 anos de história. A ministra deixará a presidência do TSE em novembro de 2013, dando lugar ao ministro Marco Aurélio Mello. (TSE, 20/03/2012 e 18/04/2012).

O fato de Carmem Lúcia tomar posse foi amplamente divulgado na mídia. O assunto gira em torno de ser a "*Primeira mulher a comandar eleições brasileiras, Cármen Lúcia toma posse como presidente do TSE*". (Universo Online. 18 de abril de 2012). E será explorado em todos os canais de comunicação gerando entrevistas e expectativas. O que vemos nas categorias levantadas por Simonetta Persichetti nas mulheres que representavam o poder na mídia, em questão de Popularidade, Liderança e Competência, é que enquanto a mídia detona a figura de Dilma Rousseff, constatamos a imagem de Carmen Lúcia em destaque.

Em agosto de 2012 STF divulga na íntegra 69 sessões do mensalão na internet. Matéria divulgada pela Folha do dia 28/08/2012 - Atualizado em 12/12/2012. Basta ter acesso ao link específico para rememorar os quase 70 capítulos que fazem parte da história de um tribunal espetacularizado. O artigo intitulado *STF divulga íntegra das sessões do mensalão na internet* e compartilha o julgamento da maior história de corrupção do país. Desde o começo do julgamento, no dia 02 de agosto do mesmo ano, e começou com a leitura do resumo do relatório pelo ministro Joaquim Barbosa. Depois disso, seguiram-se 10 dias em que os advogados de defesa atuaram a favor de seus réus. O Canal Oficial do Supremo organizou e postou todos os vídeos na íntegra, com os votos e pareceres de cada ministro. Ricardo Lewandowski foi o revisor de todo o processo.

Muito próximo ao desfecho do julgamento do mensalão, e que o Brasil passava por forte momento político em combate à corrupção, houve ainda mais forte repercussão negativa no governo Dilma. Como contrapartida foi feito um corte recorde do Orçamento, o programa Minha Casa, Minha Vida - PAC 2. A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, agiu com relevante redução de despesas. Houve também intervenção sobre novas contratações relacionadas a cargos e funções públicas, através de Concursos como contenção de gastos.

Figura 9 - Condenados do Mensalão - 10/10/2012 - Capa Folha de S.Paulo



10.out.2012

Colarinho branco

Sete anos e quatro meses após o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB) revelar à **Folha** a existência do mensalão, a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal condena, em 2012, José Dirceu (PT), então ministro da Casa Civil e homem forte do governo Lula, e integrantes da cúpula do PT por esquema de corrupção de compra de votos no Congresso.

Nesse ano, o site passa a ter o mesmo nome e logotipo que o jornal, que é o primeiro do país a adotar “paywall” poroso, sistema que oferece ao leitor acesso gratuito a um número limitado de reportagens.

Capas Históricas da Folha de S.Paulo_Folha de S.Paulo [3]

Com a repercussão dos condenados do Mensalão, pela maioria dos ministros do Supremo, apontando também para a condenação de integrantes do governo Lula, a crise que apontava a gestão Dilma fica ainda mais noticiável.

2.4.1. Jornada de junho e outros protestos populares

Em 2013 a população vai às ruas do Brasil protestar contra o governo do país, na surpreendente Jornada de junho. Enquanto *"Barbosa se diz honrado e feliz por aparecer na lista dos cem mais influentes da Time - E em outra repercussão como "Dez brasileiros que foram notícia no mundo em 2013" (18/04/2013)* com indicadores apontando para as notícias de acontecimentos do Supremo e seus respectivos ministros, a partir de junho de 2013, os protestos populares e de movimentos sociais ganharam grande repercussão, e se estenderam por todo o Brasil. As ondas de protestos da população por todo o país incluíam índices de insatisfação aos Poderes Executivo e Legislativo principalmente. Outras questões que foram pautas dos protestos incluíam a volta da inflação, questões relacionadas à educação, segurança, e a falta de condições na saúde.

Dilma em meio aos protestos, se viu obrigada a convocar uma reunião de emergência em 21 de junho de 2013, com alguns dos seus ministros, o presidente da câmara dos deputados e o seu vice-Presidente. Nessa onda de protesto e falta de popularidade, ela anunciou num pronunciamento gravado, a criação de cinco pactos e uma proposta de plebiscito. Esses protestos também ocorreram entre março e junho de 2014. (*"Popularidade de Dilma cai 27 pontos após protestos"*) (Folha.com Poder, 29 de junho de 2013)

Em 26 de junho de 2013, a ministra Cármen Lúcia, ainda como presidente do TSE e relatora do processo com membro do STF expediu mandado de prisão ao deputado federal Natan Donadon (PMDB-RO), deputado federal condenado a 13 anos, 4 meses e 10 dias, em regime inicialmente fechado. Ele foi acusado e julgado pelos crimes de formação de quadrilha e peculato. Donadon perdeu também nesse momento os seus direitos políticos, além de ser condenado à prisão imediatamente.

Figura 10 - Protestos de Rua - 20/06/2013 - Capa Folha de S.Paulo



20.jun.2013

Telejornalismo premiado

O "TV Folha" é pioneiro no uso jornalístico de câmeras de vídeo "embarcadas" em drones para captar os protestos que se espalham pelo país por 13 dias consecutivos em junho de 2013 e forçam governos de São Paulo e do Rio a cancelar o reajuste dos transportes. O programa recebe o Prêmio Esso de "Melhor contribuição ao telejornalismo" pela cobertura das manifestações.

Capas Históricas da Folha de S.Paulo_Folha de S.Paulo [4]

Na problemática da representação introduzida por Roger Gérard Schwartzberg, ele cita "os políticos que colocam a própria pessoa antes do programa" - "existe ainda um problema de *casting*, de distribuição do elenco. Falta escolher um papel, uma imagem". "Cada político representado conforme o seu interesse ou o interesse de manter uma imagem idealizada".

Já George Balandier (1999) denuncia o ato, o drama, no seu livro *O poder em Cena* traz num dos seus trechos *O Ecrã*.

Convém repetir que todo o universo político é um palco ou de uma maneira mais geral um lugar dramático onde são produzidos os efeitos. O que mudou desde alguns decênios são as técnicas utilizadas para este fim cuja utilização se modifica segundo os tipos de sociedades. [...] A civilização das mídias permite-lhes dar a ver mais do que pensar, conduzir uma política da imagem que utiliza necessariamente a arte do espetáculo. (BALANDIER, 1999, p.98)

George Balandier (1999) se refere principalmente nesse trecho à ideia dos debates, quando as imagens são expostas a grandes discussões. Já trazemos, o caso dessa Dissertação, o discurso como guerra de palavras. Do discurso, aos debates descritos pelo autor. E aqui aplicamos ao discurso imagético que se constrói, repete, permanece.

Todo o poder político consegue finalmente a subordinação através da teatralidade; mais aparente numas sociedades do que noutras; porque as suas diferenças de civilização as levam a níveis desiguais "Espetaculares". Representa, em toda a acepção do termo, a sociedade que governa. Mostra-se como a sua imaginação, assegurando-lhe a apresentação no exterior, enviando-lhe uma imagem de si mesma idealizada e portanto aceitável. Mas a representação implica separação, distância: ela estabelece hierarquias; transforma os que têm esse cargo. E estes últimos dominam a sociedade oferecendo-lhe um espetáculo de si mesmas onde ela deve ou (deveria) achar-se enaltecida. (BALANDIER, 1999, p.25)

Entendemos também, a partir do livro de George Balandier (1999) como o mito é uma elaboração no estado espetáculo, palco político, e que traz a ideia de poder supremo guardado sob todos os símbolos "de gestão diária" num ecrã protetor. Começam desde os debates, "guerra de palavras" e se estendem depois das diferenças, na manutenção da imagem de poder. (BALANDIER, 1999, p.98 a 100)

Enfatizamos que a construção também passa pela mídia, enquanto transforma Temer, num personagem figurativo ao divulgar a sua carta endereçada a Dilma no final de 2015, e cuja expressão ele mesmo assume como vice decorativo, e tem como Cármen Lúcia uma promessa de futuro, desde o seu primeiro momento ao ser introduzida no STF. E com os seus diferentes procedimentos na manutenção da imagem do poder e de cada mito, sempre oferecendo uma imagética atuante, e fazendo aparecer a figura do mito (raça, massa, etnia, povo, império e missão histórica), regressando sempre à imagem do êxito e do sucesso. (BALANDIER, 1999, p.100 e 101). Dessa forma vemos o mito, que trabalharemos no próximo capítulo, mas que está imbricado em todo o percurso de estudo dessa dissertação.

Introduzimos, ainda aqui, para todos os escândalos citados e que contém um forte apelo de evento como o *'escândalo como acontecimento midiático'*, conceito desenvolvido por John B. Thompson em seu livro *O Escândalo Político: Poder e visibilidade na era da mídia*. (THOMPSON, 2002, p.90). Para o autor esse tipo de evento cumpre uma função dentro dos eventos midiáticos e da política no campo da comunicação.

O ano de 2014, ano de eleições, começa com os protestos anti copa divulgado pela mídia: "Protesto anticopa com público abaixo do esperado termina em confronto em SP", "Revista alemã diz que Copa pode virar fiasco: 'gol contra do Brasil" ambas matérias divulgadas pela UOL entre abril e maio. E sob o crivo da Folha de S.Paulo o governo Dilma é detonado como o pior "*Sob Dilma, Brasil tem menor crescimento entre os principais emergentes*" (27/02/2014) e "*Brasil é o pior em retorno de impostos à população, aponta estudo*" (3/04/2014). (Folha de S.Paulo, 27 de fevereiro e 3 de abril de 2014).

Em 29 de maio de 2014, o ministro Joaquim Barbosa avisou pessoalmente à Presidente da República na época Dilma Rousseff, sobre sua intenção de se aposentar. Joaquim Barbosa se adiantou pelo menos dez anos, pois poderia ficar como Ministro até o ano de 2024, quando atingisse a idade de 75 anos, e a aposentadoria seria compulsória (aposentadoria contestada atualmente pela PEC 159/19 em 70 anos). Sua atitude causou polêmica no pedido de aposentadoria, já que nenhum membro do STF se aposentou voluntariamente durante o mandato na corte. Tendo sido muito criticado pelo ministro Marco Aurélio de Mello. O ministro aposentou-se voluntariamente do Tribunal em 31 de julho de 2014, antes do término do mandato que durou 11 anos e 36 dias.

Com o escândalo da Petrobras em 2014, o governo da presidente Dilma teve uma significativa piora em matéria econômica e a sua popularidade despencou ainda mais. Se em julho de 2013 a popularidade de Dilma era de 30%, "o país assiste à mais rápida e profunda deterioração política desde o governo Fernando Collor de Mello". (Folha de S.Paulo, 2014). Ricardo Lewandowski toma posse como novo presidente do Supremo em 10 de setembro de 2014. E a ministra Cármen Lúcia é anunciada como vice. No fim do ano de 2014 a presidente do país Dilma tenta recorrer ao diálogo como compromisso do próximo governo anunciando o final do ano de 2014. (UOL, 26/10/2014).

2.4.2. Reeleita num mandato que começa agonizante - rumo ao *Impeachment*

Em seu segundo mandato como Presidente da República, Dilma Rousseff tomou posse no dia 1 de janeiro de 2015, quando anunciou o seu novo lema de Governo: "Brasil, Pátria Educadora". A sessão solene aconteceu na Câmara dos Deputados, na presença de Renan Calheiros, Henrique Eduardo Alves, e Ricardo Lewandowski, respectivamente presidentes do Senado, da Câmara, e do Supremo Tribunal Federal. E deveria governar até o final de 2018.

Figura 11- Dilma é reeleita - 26/10/2014 - Capa Folha de S.Paulo



26.out.2014

Recorde de audiência

No dia do segundo turno das eleições de 2014, a **Folha** foi o primeiro veículo a anunciar que a presidente Dilma estava reeleita, com base em projeção do Datafolha feita a partir da apuração do TSE. O jornal bate em outubro o recorde de audiência digital. Pela primeira vez, o site ultrapassa a casa de 30 milhões de visitantes mensais únicos – o número final foi 33,5 milhões.

Capas Históricas da Folha de S.Paulo_Folha de S.Paulo [5]

A capa não parece surpreendente, contém um título simples e a barra de um índice que indica a reeleição. As cores da barra podem chamar a atenção para o partido que vence, como o vermelho que indica o índice de vitória ou uma problemática.

“Brasil, Pátria Educadora”: foi o lema escolhido para o segundo mandato de Dilma (2015-2016). O seu governo tenta priorizar a Educação (lembrando todos os programas como PROUNI e PRONATEC desenvolvidos no governo PT). Dilma comenta sobre o *Slogan* que busca uma pátria cidadã “todas as ações do governo, um sentido formador, [...] um compromisso de ética e um sentimento republicano”. O que mais nos chama a atenção é o que emana do *Slogan* em relação à educação. Nunca nenhum *slogan* anunciou esse tema.

Figura 12 - Slogan do Segundo Mandato Dilma



Fonte WEB - Slogan: “Pátria Educadora”

Em março e abril de 2015 pesquisas anunciavam o governo Dilma como ruim e péssimo. E o ano não foi diferente, movimentos contra o governo Dilma se sucederam, nos dias 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2015, milhares de pessoas foram às ruas. “Paulista reúne maior ato político desde as Diretas-Já, diz *Datafolha*”. (Folha de S.Paulo, 15/03/2015). Em 11 de maio de 2015 a *Veja* não dá tréguas na coluna de Felipe Moura Brasil. A coluna enfatiza “Dilma Rousseff, eleita e reeleita com a imagem de “mãe” do Brasil, deu o exemplo no Dia das Mães deste domingo e amarelou para falar na TV.... [...] Dilma, de fato, piora o humor do Brasil. Um dia antes ela enfrentava o panelaço. (VEJA, 05/2015)

Na sequência de investigações, temos marcado o tempo das notícias que divulgam a corrupção denominada Lava Jato. 2015 gera como marca de protestos, o panelaço. Grandes conturbações geradas pelos rumores de *impeachment* da primeira presidente mulher. E na sequência de investigações, o final do ano de 2015 será marcado pelo início do processo. Quem assina o artigo será Gustavo Uribe; Ranier Bragon em 2 de dezembro de 2015: “*Eduardo Cunha acata pedido de impeachment contra Dilma Rousseff*”. (UOL, 02/12/2015).

Da mesma forma que acreditamos que na construção da imagem da ministra Cármen Lúcia, há um aproveitamento da mídia em relação a certas ordens relacionadas às coordenadas do momento político, por assim dizer, numa análise que parte das categorias levantadas por Simonetta Persichetti *Popularidade ou populismo* (ênfatisados em seus discursos, mas construído ao longo do tempo pela mídia, abordado principalmente no primeiro capítulo); *Liderança e Competência* que pretendemos demonstrar um pouco no segundo capítulo; acreditamos aqui, também, que possa existir um contraponto com a imagem de Dilma Rousseff, que cada vez mais aparece desgastada. Contudo enfatizamos que a imagem da ministra é construída na vertente do combate à corrupção (liderança em relação ao conhecimento da Lei e como promotora da ordem); e em matéria de competência, o próprio discurso da mídia que enfatiza determinadas ações, participações e prêmios, ajudam a concluir o fato.

Tentamos demonstrar quanto a construção discursiva, e não falamos em grandes comícios e nem em campanhas eleitorais, mas nos pequenos discursos cotidianos, marcados pela imagem de Cármen Lúcia. Com postura fortuita, em comentários deixados, em entrevistas estratégicas, em habilidosas reuniões. Que anteciparam o “Discurso de Chegada”. Ou atitudes que finalizaram, como deixar uma imagem visível de mulher na liderança, competente e que produz popularidade. E por não ser candidata, de certa forma, descomprometida com a política vigente. Mas com legitimidade no poder e com grande aproveitamento dos meios de informação, deixa mensagens de esperança a um destinatário oculto, fortalecendo a solidariedade de um interesse comum - a felicidade - a liberdade. Com muita experiência em governos fracassados, cuja força da palavra põe na sua própria autenticidade (feminina) que a circunstância favorece.

Cármen Lúcia fala sobre o *Impeachment* a uma entrevista à Folha de S.Paulo, Coluna Poder em 16 de agosto de 2015 e declara “não podemos chegar às vésperas das eleições (de 2016) com tanta instabilidade no país”, pois as campanhas municipais costumam ser muito fortes, e que a sociedade não poderia ficar imobilizada por incertezas e medos. Por fim declara: o “*Crime não vencerá a Justiça*” diz ministra Cármen Lúcia em 25 de novembro de 2015, mesmo título da matéria, ao apoiar a decisão do Ministro Teori Zavascki que valida prisão do senador Delcídio do Amaral (PT). Foi nesse mesmo momento político que a ministra Cármen Lúcia repercutiu o mote de esperança do Lula. E a ministra acrescenta “Aviso aos navegantes dessas águas turvas de corrupção e das iniquidades: Criminosos não passarão a navalha da desfaçatez e da conclusão que imunidade, impunidade e corrupção”. (Agência Brasil, 25/11/2015).

Nessa publicação os autores trazem a notícia

Ao votar hoje (25) pela validação da decisão do ministro Teori Zavascki, que decretou a prisão do senador Delcídio do Amaral (PT-MS) e do controlador do Banco BTG, André Esteves, a ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse que o crime não vencerá a Justiça. A ministra se referia às tentativas dos investigados de embaraçar as investigações da Operação Lava Jato e tentar interferir nas decisões do STF.

Em um dos votos mais críticos, a ministra relacionou as investigações da Lava Jato com o julgamento da Ação Penal 470, o processo do mensalão, e afirmou que a Corte não vai tolerar a corrupção. (Agência Brasil, 25/11/2015)

A maior repercussão a ser considerada nesse momento é a atuação do Ministro Teori Zavascki em relação à prisão de Delcídio, do chefe de gabinete, Diogo Ferreira, de André Esteves e do Edson Ribeiro, ex-advogado de Nestor Ceriveró. Em unanimidade, todos os ministros do Supremo Tribunal Federal se manifestaram. Em sessão extraordinária na manhã de quarta-feira, do dia 24 de novembro de 2015. Foram a favor da prisão os ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli, que presidiu a sessão. Na ocasião, Celso de Mello, o mais antigo na Corte, declarou que ninguém está acima da lei. Assim se manifestou o ministro:

Quem transgride tais mandamentos, não importando sua posição estamental, se patrícios ou plebeus, governantes ou governados, expõem-se à severidade das leis penais e, por tais atos, devem ser punidos exemplarmente na forma da lei. Imunidade parlamentar não constitui manto protetor de supostos comportamentos criminosos. (Agência Brasil, 25/11/2015)

Figura 13 - *Impeachment* – 05/12/2015 - Capa Folha de S.Paulo



dez.2015

Pedido de impedimento

Em dezembro, a primeira página da **Folha** trouxe na manchete que o pedido de impeachment contra a presidente Dilma foi acatado pelo presidente da Câmara Eduardo Cunha.

No mesmo mês, o site teve o dia de maior volume de visitantes únicos de sua história. No dia 16, foi publicada com exclusividade a reportagem ["Justiça determina bloqueio do Whatsapp no Brasil por 48 horas"](#). Em pouco tempo no ar, ela se tornou a mais lida de toda a história da **Folha**, tendo sido acessada por 4,5 milhões de aparelhos, sobretudo smartphones.

Capas Históricas da Folha de S.Paulo_Folha de S.Paulo [6]

Assim termina o ano de 2015 e o ano de 2016 terá grandes mudanças como consolidação do movimento anticorrupção no país. Alerta Oscar Vilhena Vieira (2018, p. 52) em *A Batalha dos Poderes* que a crise instaurada com o *impeachment*, também chamada pelo autor de "jogo duro", demonstra um verdadeiro embate entre o Executivo e o Legislativo. Curioso saber que dos 155 pedidos de *Impeachment* protocolados na

Câmara dos Deputados desde 1988 até meados de 2015, 50 pertencem ao PT contra outros presidentes. Seja como for, momento delicado e crítico da política nacional quando a adversidade política está ainda mais acirrada.

Lembrando que a Operação Lava Jato nas palavras de Oscar Vilhena Vieira (2018, p. 46)

... herdeira dessa transformação iniciada no processo do mensalão, também tem sido permeada pelo emprego cada vez mais contundente de prerrogativas institucionais por parte das agências de aplicação da lei. Muito embora a operação tenha derivado de um caso aparentemente fortuito em 2013, com a prisão do doleiro Alberto Youssef, não se trata de obra do acaso ou de uma iniciativa que possa ser atribuída à atuação exclusiva de um magistrado. A operação Lava Jato resulta de mudanças na cultura jurídica, no marco normativo e na postura institucional de agências de aplicação da lei nos últimos anos. Em grande medida, a Operação Lava Jato é tributária do processo do mensalão, que alterou o padrão de relacionamento entre as agências de aplicação da lei e o corpo político brasileiro, do amplo apoio popular obtido durante as manifestações em junho de 2013, assim como da incorporação do sistema jurídico brasileiro do instituto da delação premiada, por intermédio da lei n 12.850, sancionada pela ex-presidente Dilma, logo após a primeira onda de protestos. (VIEIRA, 2018, p. 46)

Ficou evidente que as jornadas de junho destacaram uma insatisfação da população. O início de um movimento que desencadeou ou destacou outras insatisfações. O desfecho da manifestação popular pode ter amplificado outras ingerências que desembocaram no *Impeachment*.

2.4.3 Temer assume com "Ordem e Progresso" - Teori do STF ao TÍTULO

Em 11 de maio de 2016 o ministro Teori Zavascki nega o recurso do governo para anular o *impeachment* de Dilma. Temer assume o comando com o *Slogan* “Ordem e progresso” igual a bandeira nacional. Lema totalmente inspirado no positivismo. A identidade do *Slogan* assumido por Temer gerou polêmica desde o início. Com as cores verde, amarelo, azul e com faixa branca e letras pretas, apresentava apenas 22 estrelas. A atual bandeira do Brasil tem 27 estrelas. O número de estrelas pode mudar de acordo com o número de estados brasileiros, que podem ser aumentados ou suprimidos, garantidos desde a primeira idealização da bandeira. Durante a Quarta República (1946-1964) e da Ditadura Militar (1964–1985) a bandeira nacional teve apenas 22 estrelas, daí o estranhamento.

Figura 14 - Slogan do Governo Temer



Fonte WEB - Slogan: "Ordem e Progresso"

Visando demonstrar a centralidade do STF na mídia, em 2017 ocorre a morte do ministro Teori Zavascki, principal responsável no Supremo pelo processo da Lava Jato. "Morte de Teori" visto por Vinicius Torres Freire colunista da Folha de S.Paulo um dia após o acidente traz o título *Zavaski e as entranhas do poder*. Comenta sobre a morte horrível de Teori num acidente de avião e os contornos que podem ter o processo sob sua relatoria. (Folha de S.Paulo, 20/01/2017). Dos autores Felipe Recondo e Luiz Weber (2019) no livro *Os onze – STF, seus bastidores e suas crises* trazem todo um relato de como se deu o impacto dentro do STF com a morte de Teori, demonstrando a importância dessa situação.

O site do Conjur não publicou imagens embora tenha publicado duas notícias sobre o fato, ao falar do velório. "Amigos e colegas se despedem de Teori Zavascki em velório em Porto Alegre" 22 de janeiro de 2017, 12h13 por Jomar Martins. A Revista Isto é também não ilustrou a matéria. UOL dia 19 de janeiro traz uma foto de perfil de Teori e no dia 20 publica uma foto de perfil da Ministra Cármen Lúcia com uma nota

A presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Cármen Lúcia, embarca na tarde desta sexta-feira (20) para Porto Alegre, onde o corpo do ex-ministro da Corte Teori Zavascki será velado. A informação foi confirmada pela assessoria da ministra. Cármen Lúcia deverá ficar em Porto Alegre até o enterro de Zavascki, cuja data ainda não foi divulgada. Ela vai à capital gaúcha em um voo da FAB (Força Aérea Brasileira)

No dia 21 a Folha de S.Paulo publicou sobre o início do velório em Porto Alegre. (Folha de S.Paulo 21/01/2017). Cármen Lúcia foi ao velório em Porto Alegre, e ficou com a família na sede do TRF. A mídia afirmou que ela não quis ser fotografada com Michel Temer. Folha de S.Paulo destaca o desejo de Cármen Lúcia: em velório "*Carmen Lucia pede fotografia depois de saída de Temer*". Cármen Lúcia saiu da sala onde o corpo estava sendo velado com a chegada do Presidente Michel Temer. E praticamente não se encontram no Velório. Ela quis voltar depois que o Presidente foi embora. (Folha de S.Paulo, 21/01/2017)

Figura 15 – Zavascki - perda lamentável, diz Temer

21/01/2017 13h04 - Atualizado em 21/01/2017 15h55

'É uma perda lamentável para o país', diz Temer sobre Teori em velório

Michel Temer saiu de São Paulo no final da manhã deste sábado (21). Mais cedo, uma coroa de flores em nome do presidente foi entregue.

Rafaela Fraga
Do G1 RS



O presidente do Brasil, Michel Temer, participa do velório de Teori Zavascki, ministro do Supremo Tribunal Federal, neste sábado (21) (Foto: REUTERS/Diego Vara TPX IMAGES OF THE DAY)

O presidente da República Michel Temer fez uma homenagem ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) **Teori Zavascki** neste sábado (21), dizendo que o país precisa de homens com a competência pessoal e moral dele.

"É uma perda lamentável para o país e, no particular, para a classe jurídica, e para o poder judiciário, e o ministro Teori, tenho dito com frequência, é um homem de bem. E o que o Brasil precisa é de homens com a têmpera, com exatidão, e com a competência pessoal, moral e profissional do ministro Teori", falou o presidente a jornalistas.

Folha de S.Paulo, 21/01/2017

Em apenas três dias após o velório, a Folha de S.Paulo já demonstra que a situação política no país continua com o STF no controle. Na coluna Poder é anunciado "morte na Lava Jato" com o título da matéria Cármen Lúcia autoriza auxiliares do ministro Teori Zavascki a retomar caso Odebrecht. (Folha de S.Paulo, 24/01/2017)

A imagem de poder da ministra Cármen Lúcia que tentamos destacar se mistura a todos os presidentes citados até então. Mas o maior enfrentamento se dá com a figura de Michel Temer. Embora a cisão da ministra Cármen Lúcia com o PT interfira definitivamente na imagem que ela irá tentar reconstruir, percebe-se desde o início da gestão de Temer no comando do país, que a representação de poder exercida por ela, de fato na construção de sua imagem, e enfatizada pela mídia, contém uma construção histórica como membro do STF e além dele, uma construção sócio política de representação contra o governo vigente.

Quanto à ocasião do enterro, obrigatoriamente lembramos Guy Debord (2012) "Eis porque o espectador não se sente em casa em nenhum lugar, porque o espetáculo está em toda parte". Boris Kossoy afirma que uma imagem (fotográfica) não pode ser jamais compreendida em suas "múltiplas facetas", sem ser abordado na trama sociocultural. (KOSSOY, 2014, p.25 a p.27), e nos lembra seu alcance e potencialidades enquanto instrumento imagético no momento político e que faz parte das coordenadas de tempo e espaço na 'desmontagem' fotográfica para o entendimento dos fatos. Annateresa Fabris ao discutir a imagem fotográfica nos faz lembrar e ensina que todo o corpo é território do político. Até a morte traz o ensejo da cena política. Cármen Lúcia ao negar-se ser fotografada com Temer nesse instante demonstra muito da sua postura de discordância. Do subcapítulo - *Aparência e evidência* de Boris Kossoy (2014, p. 44) podemos inferir que o assunto representado no velório não é hora de encenação, pensado pela Ministra. Contudo não esconde um ápice de tensão e desacordo e que revela uma ideologia com diferentes camadas de interpretação.

2.4.4 Cármen Lúcia nas Eleições de 2018

Em 3 de agosto de 2018 a Revista VEJA enfatiza em uma matéria o fato da ministra estar abaixo do peso de costume, com 41 quilos: "*Estado de alerta*". A maior relação sobre o título e conteúdo da matéria tem a ver com a preocupação com a ministra sobre as eleições e os candidatos presidenciais. Mas o título parece provocativo. A importância da democracia nesse momento de eleições é lembrada pela mídia através de sua fala e ela enfatiza essa preocupação através de sua imagem. A mistura de situações pessoais e de trabalho aparece desde a sua posição em relação a estar deixando a presidência do Supremo até a preocupação com o futuro do país. A influência exercida é a de que o público que a acompanha saiba votar e escolher o presidente. Sempre com frases estratégicas, ela demonstra o seu posicionamento e o seu suposto poder para gerar

influência na escolha. E a mídia participa dessa operação sempre com a normalidade de opinião anunciada. (VEJA, 03/08/2018)

Constatamos de tudo que foi exposto nesse capítulo que a proposta de Thompson nesta leitura sobre processos ideológicos vai depender dos sujeitos que recebem a informação, desenvolvem uma discussão em seus contextos, e partindo desse princípio circunscrito assimilam as formas simbólicas, e é o que pode dar sentido e significado aos acontecimentos. E é como podemos pensar na influência ideológica que está relacionada à situação.

Vimos então diversos escândalos políticos e como são divulgados na mídia, ainda que a nossa demonstração seja como uma visualização panorâmica de fatos que ocorreram relacionados ao Supremo. Os métodos de naturalização de como a imagem do Supremo e seus ministros são construídos e veiculadas, que parecem pertencer a uma parte da notícia como rotineira. De como cada símbolo é construído e divulgado. Diversos membros do governo envolvidos no mensalão, Ministros da Suprema Corte que trocam ofensas, e que depois são louvados ou vaiados nas ruas, e até o processo e intrigas gerado pela investigação do STF em outras denúncias de corrupção. Tudo é veiculado como espetacular.

Para cada ponto ou matéria apresentado neste capítulo, seguindo as pautas jornalísticas, apresentou também, uma teoria ou autor propícios para o seu entendimento ou ressalte de enfoque, de forma a ajudar na reflexão crítica sobre os fatos narrados que nos ajudam a pensar, principalmente sobre os processos de comunicação na contemporaneidade.

Lula foi eleito e com ele o sonho de ascensão do país a situações melhores. Até o fato de poder nomear sete ministros ao Supremo traz ares de esperança e de apoio ao governo. Mas o sonho da transição de governo com a faixa presidencial de Lula para Dilma não alinha com a expectativa de outros integrantes do governo e da população. A investidura de Dilma ao Planalto, e o anseio de continuidade do governo a faz sofrer o *impeachment*.

A partir do entendimento da estrutura, funcionamento e história do STF, podemos concluir que há uma dinâmica e multiplicidade da fala e atuação de Cármen Lúcia, neste contexto, em tentar fazer compreender que deve haver confiança na justiça, resguardada em 30 anos de vigência da Constituição, que o Direito ampara.

A pauta geral do assunto veiculado sempre foi a justiça. Iniciando com a reflexão sobre o desconhecimento da ação do Supremo Tribunal Federal e a mudança quanto a visibilidade da Corte na mídia, passamos por textos (autores e críticos) e contexto (de fatos marcantes registrado pela mídia) podemos verificar o descortinamento dos fatos pelos discursos da ministra, para cada ato ocorrido, em cada lugar (órgão do governo) em que ela atuou. Para cada situação ela teve uma postura, com modelos de comunicação compatíveis com cada cenário apresentado. Os níveis da sua atuante narrativas demonstram as estruturas dinâmicas do seu processo de comunicação, sempre com uma resposta pronta para cada campo problemático, dentro também da perspectiva histórica e das ciências sociais e humanas.

3 A IMAGEM PERPETUADA PELA MÍDIA – LEITURA DO MITO E INTERPRETAÇÃO

Neste capítulo, analisaremos a imagem fotográfica em dois aspectos fundamentais associados à construção desta dissertação: como documento de uma época e como atuante na construção de um mito social. Para análise da imagem como documento histórico e todas as suas implicações utilizaremos como metodologia de leitura fotográfica os estudos de Boris Kossoy (2014), *Os tempos da Fotografia, O Efêmero e o Perpétuo*; e para compreender a imagem como construção de um mito social e como pode estar disposta na mídia utilizaremos a teoria de Roland Barthes (1985) em *Mitologias*. Consideramos em matéria de historicidade, como a imagem fotográfica conta a história e torna-se parte da narrativa histórica de um país. Como pode ser vista, lida e interpretada.

3.1 A imagem fotográfica de Kossoy e a imagem mítica de Barthes

Os autores já citados como Boris Kossoy (2014) Roland Barthes (1985) nos ajudam muito a esclarecer a imagem construída, da personagem política, em *palcos* que substituem os tronos. Na simbologia que permanece. Como enfatiza Georges Balandier (1999) em *O poder em Cena*, os súditos morrem, mas os poderosos, mesmo depois de mortos, se transformam em mitos. Muitas vezes são construídos como mitos.

Em a “*Civilização da Imagem*” Boris Kossoy (2014, p.134) afirma a importância do desejo de cada indivíduo, em ver a sua própria imagem perpetuada num retrato fotográfico; e da civilização da imagem ter sido transformada numa indústria produtora e consumidora de conteúdos imagéticos, artísticos e documentais. Entendemos a importância dessa representação através da imagem, cumprindo o seu papel desde o registro (amadores, de cartões postais a fotografia encomendada) de “produção profissional e comercial incessante. [...] proporcionando o nascimento do fotojornalismo, porém, não raro, moldando - em função da manipulação das imagens/textos - a opinião pública segundo interesses e ideologias determinados. (KOSSOY, 2014, p.136).

No livro *Os tempos da fotografia* Boris Kossoy (2014) traz um panorama geral da sua obra comentando que em *Fotografia e História* ele "pretendia trazer uma contribuição teórica a iconografia, e enfatizava mais a ideia da imagem fotográfica enquanto *documento*, em *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica* outra obra sua consagrada, ele "explica melhor o caráter de representação". (KOSSOY, 2014, p.54). Mas o processo de criação e construção de realidades é abordado nos estudos *Os tempos da Fotografia, O Efêmero e o Perpétuo*. Quanto a essa construção, *construção de realidades*,

fundamento e metodologia de estudo da imagem seguiremos considerando, como Boris Kossoy (2014, p.37), os conhecimentos contextuais que a circundam e acabam por formar um *corpus conceitual*, como por exemplo o panorama histórico, as outras fontes escritas, gráficas e orais. Como estamos trazendo baseadas nos estudos das ciências humanas através da fotografia e da análise de discurso. Para Boris Kossoy (2014):

Toda a fotografia resulta de um processo de criação, ao longo desse processo, a imagem é elaborada, construída técnica, cultural e ideologicamente. Trata-se de um sistema que deve ser desmontado para compreendermos como se dá essa elaboração, como, enfim, seus elementos constituintes se articulam. Para tal proposta devemos perceber a abrangência epistemológica da imagem fotográfica enquanto representação e documento visual. [...] devemos nos referir à abrangência da expressão fotográfica e às amplas possibilidades de investigação que, acerca desse meio, podem ser encetadas, a partir do estudo de suas aplicações como *registro (fotográfico - grifo nosso)* das inúmeras atividades humanas. (KOSSOY, 2014, p.32 e 35).

No subcapítulo *A natureza indiciária da fotografia* Boris Kossoy (2014) traz o conceito sobre o *Paradigma indiciários* de Carlos Ginzburg, (do livro *Mitos, Emblemas, Sinais*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, apud KOSSOY, 2014, p.38), cujo conhecimento disposto para uma leitura fotografia se baseia em índices que remontam as estruturas do real, aos sintomas que a imagem pode suscitar e os sinais que ela contém e nos remetem a outras teorias que colaboram com a observação e contextualizam a análise fotográfica. O aspecto que tange ao índice do real da imagem fotográfica contém o *status* indicial da fotografia, espaço e tempo, lugar e época, ou seja, os índices formais da natureza, que permitem ver datas, geografia, história, diretamente observáveis. E são três os alicerces teóricos descritos por Boris Kossoy (2014): o sistema de representação visual e o fenômeno fotográfico; a experiência fotográfica: a produção e a recepção das imagens; e a trama fotográfica: realidade e ficções. (KOSSOY, 2014, p.38 e 43).

Seguindo a proposta de Boris Kossoy (2014) em *Aparência e evidência* outro subcapítulo do livro *Os tempos da Fotografia*, devemos observar então como são os diversos códigos de diferentes naturezas, como o assunto representado, o fato efêmero e que pode conter um instante de representação, onde o inatingível, desliza entre informação e representação. Nesses aspectos, feições e encenação ficam paralisadas no tempo. Podendo ser apenas um acesso a uma segunda realidade. Aqui, talvez podemos entender, também, quanto ao aspecto sintomático que a fotografia pode despertar, enquanto transmite emoção. (KOSSOY, 2014, p.44).

Da mesma forma que o registro fotográfico contém suas *características indiciárias* iniciais, também contém *seus limites*. Junto com a característica da fotografia documental, buscou-se associar valores morais como a *verdade*. Registro objetivo e neutro, e sem negligenciar o senso “comum de tomar o fragmento pelo todo” quando a ideologia influencia no enquadramento da foto, no recorte do editor de imagens muito comum na prática da imprensa. De ‘objetividade’ devemos nos lembrar sempre que muitas vezes o registro fotográfico vem de um recorte.

Um exemplo disso poderia ser a fotografia aplicada à atividade científica policial e jornalística que tem a finalidade de comprovar, pertence ao indício ao índice de “sinais”, que estabelece a evidência, e por extensão a verdade. Verdade iconográfica segundo Boris Kossoy, produto de uma lógica, técnico, cultural e estética. (KOSSOY, 2014, p.45).

Para aplicação prática Boris Kossoy (2014) descreve um *modelo metodológico de análise da imagem fotográfica* através da *desmontagem* considerado em *Construção e Desmontagem da Imagem Fotográfica* (sobre a análise iconográfica), Boris Kossoy (2014) considera que o primeiro nível técnico pertence à desmontagem de suas realidades e códigos e suas características englobam os seus elementos constitutivos como assunto (elementos iconográficos, ou seja, conteúdo da imagem); e as suas coordenadas (de situação como espaço e tempo, por exemplo). Seus indicadores constantes são: quem/que/ como/ quando/ onde no sentido de estabelecer identidade e unicidade. E o que podemos chamar de segundo nível, e engloba a interpretação, ou a dimensão cultural e ideológica, e pertence a categoria da hermenêutica particular.³ (KOSSOY, 2014, p.48).

Também aborda em *Códigos da imagem fotográfica* que a imagem reúne uma série de elementos icônicos formais e outras informações implícitas. Os elementos formais são explícitos, expõe um inventário social, político e econômico em contrapartida, as informações implícitas pertencem “A categoria das mentalidades, das heranças culturais e ideológicas que afetam os indivíduos” e “Não se fazem ver, são *invisíveis* e oculto da representação. (KOSSOY, 2014, p.52)

Tendo em vista o pensamento de Boris Kossoy (2014), sobre os elementos formais e as informações implícitas que estão presentes na imagem, acreditamos ser possível o estabelecimento de um diálogo entre as concepções deste autor e a visão de Roland Barthes (1985) acerca do mito. Roland Barthes (1985) questiona como a imagem, a

³ (idealizada por Boris Kossoy a partir dos estudos de Panofsky - Erwin Panofsky, *Estudios sobre Iconologia*, Madrid, Alianza Universidad, 1982, pp.24-25 apud KOSSOY, 2014, p.49).

mesma descrita por Boris Kossoy (2014), como registro fotográfico, por exemplo, pode ser disposta na construção de um mito. Roland Barthes (1985) explica em seu livro *Mitologias* o que é o mito para ele, e considera que o mito é uma fala, definida com condições especiais. Está baseada em como a linguagem está designada através de uma Forma, num sistema de comunicação. Não é apenas uma ideia, conceito ou objeto. E tem além da Forma limites históricos, condições de funcionamento e está sempre inserida na sociedade. Assim define Roland Barthes (1985) “tudo pode constituir um mito, desde que seja suscetível de ser julgado por um discurso. E mito não se define pelo objeto da sua mensagem, mas pela maneira como a profere: o mito tem limites formais, mas não substanciais”. (BARTHES, 1985, p.131)

Roland Barthes (1985) considera como uma forma a imagem representada, e aponta que nada podemos acrescentar ou retirar a essa forma, pois a matéria prima da fala mítica já está previamente trabalhada. A linguagem representativa quer gráfica ou escrita pressupõe um entendimento independente da “matéria”, ou seja, “representações: o discurso escrito, assim como a fotografia, o cinema, a reportagem, o esporte, os espetáculos, a publicidade, tudo isto pode servir de suporte à fala mítica”, como todos os elementos constitutivos do sistema Semiológico”. (BARTHES, 1985, p.131)

Uma vez essa imagem ou texto, pressupondo todas as formas de linguagem, inseridos na sociedade pela mídia, torna-se parte da história social e vistos pela teoria de Roland Barthes (1985), carrega uma ideologia. É possível aproximar esta visão dos conceitos-chaves trabalhadas por Boris Kossoy (2014): a imagem como representante de uma linguagem, construída e inserida em um contexto, tendo em conta o primeiro e o segundo nível do *modelo metodológico de análise da imagem fotográfica* descritos por Kossoy. (KOSSOY, 2014, p.48).

Mas, entender o mito pensado e constituído por Roland Barthes (1985, p.131) é imaginar que “logo, tudo pode ser um mito? De acordo com o autor, sim, entendendo também que o autor afirma que tenta “definir coisas e não palavras”. E dentro deste conceito cabe entender que o mito existe por toda a forma de linguagem, discurso, fala...

toda a unidade ou toda a síntese significativa, quer seja verbal ou visual: uma fotografia será, por nós, considerada fala exatamente como um artigo de jornal; os próprios objetos poderão transformar-se em fala se significarem alguma coisa [...] ou desenhos como os pictogramas, eram falas normais. Isto não quer dizer que se deva tratar a fala mítica como a língua: na verdade, o mito depende de uma ciência geral extensiva à linguística, que é a semiologia. (BARTHES, 1985, p.131)

O mito então para Roland Barthes (1985) depende substancialmente e faz parte do sistema semiológico. E inclui ideologia. Faz parte da ciência formal e contém uma ideologia como histórica e a fala mítica é formada por "uma matéria já trabalhada em vista de uma comunicação apropriada". É quando o mito é produzido, no caso pela mídia. E é por isso que não se pode raciocinar sobre isso independentemente da sua matéria (BARTHES, 1985, p.132). É muito importante compreender que o mito é essa forma, descrita por Roland Barthes, e não dispensa uma profunda crítica histórica dos fatos em acontecimento. E necessariamente quanto mais subjugado a essa forma, mais subordinado à crítica, menos "visível" ou "reconhecido". O que nos remete diretamente à importante proposta de uma análise atenta da imagem exposta nos *códigos* da fotografia de que "são *invisíveis* e ocultos da representação" e que carregam as mentalidades e ideologias pormenorizados por Boris Kossoy. (KOSSOY, 2014, p.52)

E aqui aproveitamos para introduzir, associado a didática do livro de Roland Barthes, como funciona o leitor do mito no capítulo *Leitura e Decifração do Mito* (BARTHES, 1985, p.149-152). Esclarecendo aqui como sendo o consumidor do mito. Há apenas três diferentes possibilidades para que se veja e analise o conceito de mito através de leitura semiológica:

caso o leitor do mito focalize apenas o significante vazio, do conceito semiológico, ele destrói o mito, devido a leitura do conceito ser literal, o conceito no caso preenche a forma do mito sem ambiguidade, a significação é literal. Em seu livro *Mitologias*, Roland Barthes dá o exemplo do negro que faz a saudação militar, e é um exemplo da imperialidade francesa, é o seu *símbolo*;

o segundo leitor do mito é o próprio mitólogo. Pois ele consegue focalizar o significante pleno, distinguindo completamente o sentido da forma e, portanto, a deformação que um provoca no outro, e assim desvenda a significação do mito. Nesse caso o significante possui o sentido e a forma e só o mitólogo consegue fazer essa distinção, pois ele lê o mito decifrando a deformação que o sentido exerce sobre a FORMA, realizando o que Roland Barthes chama de leitura desmistificadora.

A leitura do mito que mais nos interessa é a do terceiro leitor, que focaliza o significante do mito, "enquanto totalidade inextricável de sentido e forma, a significação é ambígua e ocorre uma leitura segundo a dinâmica própria do mito" e nesse caso, vê o

negro que faz a saudação militar e que passa a ser a própria presença da imperialidade francesa, ou seja não distingue forma e sentido [grifo nosso], pois a focalização na imagem/discurso é tão dinâmica que o mito torna-se parte da história, uma história verdadeira e irreal. O leitor vive o mito, não contesta.

Enquanto os estudos de Roland Barthes apontam como um mito é construído, e está disposto de forma que precise ser revelado, Boris Kossoy (2014) constrói, a partir de seus estudos, qual deve ser a leitura relacionada ao documento fotográfico. A partir da leitura dos registros fotográficos divulgados na mídia da ministra Cármen Lúcia, analisaremos como essa imagem pode estar disposta na construção de um mito social. Com a *desmontagem* da fotografia de Boris Kossoy (2014) faremos a leitura do conteúdo dessa imagem e, pressupondo o contexto social no qual ela está inserida, vamos demonstrar como essa imagem está ideologicamente disposta.

Na mídia o nome de Cármen Lúcia surge em meados do ano 2003, no governo Lula como presidente do Brasil em seu primeiro mandato (Folha de S.Paulo, 09/03/2003). Contudo nesse momento, na nossa leitura pode estar contido o início da construção de mito pela mídia segundo a teoria de Roland Barthes (1985). A começar por essa matéria de Kennedy de Alencar em março de 2003 sobre o Judiciário intitulada *Desembargador paulista pode ir para o STF*, o nome de Cármen Lúcia é anunciado na coluna Judiciário como uma das possíveis pessoas a ascender ao Supremo, contudo com uma imagem desacreditada pela própria mídia.

Na construção do conceito de mito que enfatizamos, aplicados pela mídia, em nosso trabalho, consideramos os seguintes aspectos: primeiro, ao divulgar a imagem da ministra como uma possível candidata traz na matéria as intenções do governo de nomear segundo as distribuições regionais de governo estaduais, os possíveis *lobbies* pessoais, jurídicos e políticos "Duas mineiras estão no páreo, mas com pouca chance, segundo apurou a Folha: Cármen Lúcia Antunes Rocha e Misabel Derzi, ex-procuradoras gerais do Estado, gestão de Itamar Franco"; Segundo, embora a matéria aponte Cármen Lúcia como uma possível candidata a ministra do STF, seu nome passa despercebido diante dos outros possíveis candidatos como por exemplo, Joaquim Barbosa, cotado no mesmo momento como o primeiro negro a ser um indicado a Corte. No caso de Joaquim Barbosa, cotado como o mais forte nome e como um dos principais defensores do sistema de cotas nas universidades, já trazendo o candidato à eleição de um possível critério de noticiabilidade.

Outra matéria que traz o nome da ministra Cármen Lúcia é publicada na Folha S. Paulo em 2006 e então podemos apontar como será a construção "desapercebida" da sua imagem para os próximos dez anos até a sua posse como Presidente do STF. O artigo comenta a indicação do presidente Lula em 10 de maio de 2006 "*Presidente indica a 2ª mulher ao STF, Cármen Lúcia Antunes Rocha*". (Folha de S.Paulo, 11/05/2006).

Figura 16 - Presidente indica a 2ª mulher ao STF - 11/05/2006 - Folha de S.Paulo

São Paulo, quinta-feira, 11 de maio de 2006 FOLHA DE S.PAULO **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

JUDICIÁRIO

Com 6ª indicação, Lula escolhe maioria de 11 ministros

**Presidente indica a 2ª mulher ao STF,
Carmen Lúcia Antunes Rocha**

SILVANA DE FREITAS
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicou a ex-procuradora-geral do Estado de Minas Gerais Carmen Lúcia Antunes Rocha para o STF (Supremo Tribunal Federal) na vaga aberta com a aposentadoria de Nelson Jobim. Carmen Lúcia, 50, será a segunda mulher a se tornar ministra nos 177 anos do STF. Há duas semanas, Ellen Gracie Northfleet foi a primeira mulher a assumir a presidência do tribunal. Para tomar posse, Carmen Lúcia precisa ser sabatinada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado e ter o nome aprovado no plenário. Essa é a sexta indicação de Lula, o que significa a escolha da maioria dos 11 ministros do tribunal. Em 2003, ele nomeou o primeiro ministro negro, Joaquim Barbosa. Desde o ano passado, o governo cogitava indicar mais uma mulher para o STF, mas havia outros nomes sob exame: Misabel Derzi, ex-procuradora-geral do Estado de Minas, e

Folha de S.Paulo, 11/05/2006

Mesmo com a indicação, agora o artigo de Silvana de Freitas traz outros possíveis nomes de mulheres que foram cotadas, parecendo desacreditar a intenção da expectativa quanto à ministra, novamente. A descrição do artigo segue

"Desde o ano passado, o governo cogitava indicar mais uma mulher para o STF, mas havia outros nomes sob exame: Misabel Derzi, ex-procuradora-geral do Estado de Minas, e Maria Lúcia Karan, juíza aposentada (RJ).

Cármen Lúcia é mineira de Montes Claros, solteira, professora de direito constitucional da PUC-MG, onde foi aluna do ex-ministro do STF Carlos Velloso. Ela é prima de terceiro grau do ministro Sepúlveda Pertence, o atual decano do tribunal.

O Palácio do Planalto anunciou o nome ontem. A expectativa é que o "Diário Oficial" publique hoje a mensagem presidencial ao Senado indicando o nome. A ministra Ellen Gracie enalteceu as qualidades profissionais de Cármen Lúcia e elogiou a escolha. "A vinda da jurista se refletirá na grande inclusão de gênero que esta casa já experimenta", disse. (Folha de S.Paulo. 11/05/2006).

A matéria não contém nenhuma imagem da futura ministra, em contraponto, o artigo "Lula indica a advogada mineira Cármen Lúcia para vaga de Jobim no STF - publicado por Migalhas Quentes (colaboradora da Folha de S. Paulo), enfatiza a indicação com a primeira fotografia de Cármen Lúcia nesse contexto. Mas o que mais chama a atenção é o próprio subtítulo "advogada mineira " como marca definitiva de sua imagem.

Figura 17 - Lula indica a advogada mineira Cármen Lúcia

quinta-feira, 11 de maio de 2006



Lula indica a advogada mineira Carmen Lúcia para vaga de Jobim no STF



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicou ontem a advogada mineira **Carmen Lúcia Antunes Rocha** para a vaga do ministro aposentado Nélson Jobim no Supremo Tribunal Federal.

Ex-procuradora-geral de MG, Carmen Lúcia é muito ligada ao Conselho Federal da OAB onde exerce duas funções: coordenadora do Fórum Permanente de Combate à Corrupção Eleitoral e membro da Comissão de Estudos Constitucionais da entidade. Natural de Montes Claros/MG Cármen Lúcia será a segunda mulher a ocupar uma vaga da mais alta Corte de Justiça do país. Formada em Direito pela PUC/MG a futura ministra do STF foi aluna do ministro Carlos Velloso, que recentemente deixou o Supremo por ter atingido a idade-limite de 70 anos. Atualmente Cármen Lúcia é professora de Direito Constitucional da PUC/MG.

Folha de S.Paulo, 11/05/2006

O mito de Roland Barthes tem um caráter social, ou como usa o autor, está “inserido na sociedade”, pertence a certo “uso social”, escolhido pela história, não surge da “natureza” das coisas. “Pois é a história que transforma o real em discurso, é ela e só ela que comanda a vida e a morte da linguagem mítica”. É uma fala que por vezes pode ser cativa da "linguagem mítica". (BARTHES, 1985, p.131)

Seja uma linguagem gráfica ou escrita, portam em si a linguagem mítica, onde a imagem é portadora de uma ordem diferente de percepção em relação a escrita (BARTHES, 1985, p.131). Quanto a imagem

Esta, porém, não é indiferente: a imagem é certamente mais imperativa do que a escrita, impõe a significação de uma só vez, sem analisá-la, sem dispersá-la. Mas isto já não é uma diferença constitutiva. A imagem transforma-se numa escrita, a partir do momento em que é significativa: como a escrita, ela exige uma léxis.

Quanto a linguagem que envolvem as imagens, carrega o mesmo “valor” da mensagem, importante elucidar aqui, recordando a ênfase dada por Roland Barthes

que as matérias-primas da fala mítica (língua propriamente dita, fotografia, pintura, cartaz, rito, objeto etc.), por mais diferentes que sejam inicialmente, desde o momento em que são captadas pelo mito, reduzem-se a uma pura função significante: o mito vê nelas apenas uma mesma matéria-prima; a sua unidade provém do fato de serem todas reduzidas ao simples estatuto de linguagem. (BARTHES, 1985, p.135)

Podemos aqui também citar Guy Debord (2012), que em seu livro A sociedade do espetáculo afirma que toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos, "tudo o que era diretamente vivido se afastou numa representação". Esse espetáculo que vivemos em nossa sociedade não é apenas um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas mediatizadas por imagens. Ainda afirma Guy Debord (2012) que o espetáculo inserido como tal na nossa sociedade moderna traz como herança a total fraqueza da filosofia e que a atividade do ver é apenas concreta e degradada. A verdadeira filosofia não é realizada. Nada aprendemos. A filosofia se esvai em muitas imagens.

a filosofia enquanto poder do pensamento separado e pensamento do poder separado nunca pode por si própria superar a teologia. O espetáculo é a reconstrução material da ilusão religiosa. A técnica espetacular não dissipou as nuvens religiosas onde os homens tinham colocado os seus próprios poderes desligados desse: ligou somente a uma base terrena, assim é a mais terrena, das vidas que se torna opaca e irrespirável. Ela já não aponta para o céu mas alberga em si a sua recusa absoluta, o seu falacioso paraíso. O espetáculo é a realização técnica do exílio dos poderes humanos num além; a cisão consumada no interior do homem. (DEBORD, 2012, p.14)

Para o restante do entendimento que pretendemos desenvolver, a mídia produz o mito através da construção das narrativas discursivas e imagéticas enquanto o consumidor de mitos nada contesta do fato real, que contém os aspectos fundamentais do contexto histórico-social.

Cármen Lúcia, ao ser sabatinada no Senado Federal, teve a sua arguição aprovada com unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em 17 de maio de 2006. Ela defendeu que a Constituição Federal “saia do texto e se aplique ao contexto” e se “aplicarmos os princípios constitucionais, teremos uma administração coerente com as necessidades do povo”. Sempre pontuando a sua fala, ainda acrescenta, não ser preciso mudar o texto [pensando a constituição] “A lei não faz milagre, e, sim, a cidadania que põe a lei em vigor”. Segundo a informação do site do STF, “*Justiça que tarda, falha*” afirma Cármen Lúcia na CCJ do Senado. (STF, 17/05/2006).

Todos os senadores elogiaram a carreira da advogada pública, professora de Direito Constitucional e autora de obras jurídicas. “Cármen Lúcia é uma das maiores doutrinadoras do país; ajudou a formular o moderno Ministério Público (MP) e a moderna advocacia”, afirmou o senador Demostenes Torres (PFL-GO). Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) se disse feliz com as lições que Cármen Lúcia recebeu dos pais e que influenciaram na formação do seu caráter, como a mensagem de “não matar, não roubar, não mentir e não ter preguiça”. “O Supremo está bem”, concluiu. (STF, 17/05/2006)

Os comentários na recepção do Supremo feitos pelos representantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reiteram as lições de família contadas por ela, no sentido que a mensagem tem de ser quase normal, natural, a sua formação basear-se nos conselhos caseiros da vida cotidiana: vemos aqui uma linguagem esvaziada. No mito, “retira-se a memória, mas não a existência”. Sua sabatina durou duas horas e dez minutos, a mais simbólica da história. Na contradição da mensagem relacionada à sua formação e jornada profissional, aliena-se. (BARTHES, 1985, p.144)

‘O centro do poder não se deixa apagar’, afirma Georges Balandier (1999, p.25 a 28) em seu livro *O poder em Cena*. Tanto quanto a imagem de poder centrada em Brasília, Capital do país, assim também, ele descreve certa relevância sabidamente existente do poder judiciário, já em idos tempos, quando escreve o seu livro. Espaços políticos, como construção de demonstração de poder, expressão e revolução do judiciário, hoje, o Supremo Tribunal Federal como centro.

3.2 Justiça e Poder - Vestida de Mulher

A imagem virtual não é algo tão recente, como aborda o mesmo Levy pioneiramente. Mas estamos sempre diante de uma nova imagem, nova possibilidade de interpretação. E para aprender a ver a imagem devemos aprender a encontrar o núcleo. Há sempre um núcleo inicial que irá possibilitar a leitura e a interpretação. E ao revisitarmos os escritos de Martine Joly (2002), vemos como ela descreve a teoria para uma leitura das imagens, desde a construção da própria semiótica, por Saussure. (JOLY, 1994, p.31).

Toda imagem é um signo, possível de ser interpretado e ressignificado. E temos diante de nós um modo de construção de sentidos. Olhar para a imagem e ver o que ela diz, e como ela diz. É um começo para delimitarmos sobre o que estamos a procurar, a pensar e a falar. E para cada imagem ou signo, há um significado, que é necessário interpretar. Para que se estabeleça uma comunicação, pois não nos comunicamos só através da língua, mas também, e principalmente através dos signos.

Quanto à Cármen Lúcia, o núcleo da sua imagem poderia conter a "imagem de justiça" como "representante em defesa da constituição do país", ou como alguns artigos trazem as características gerais que devem ser apresentadas como douto saber, e ilibada reputação, todavia como construída pela mídia, ela se torna mulher, mineira e advogada e simplesmente Cármen Lúcia como será a escolha do seu nome tradicionalmente exigido pelo Tribunal como o nome a ser reconhecido e escolhido por ela, abolindo mesmo o nome de família.

Entendemos como Guy Debord (2012) em seu livro na Nota 18

Onde o mundo real se converte em simples imagens a simples imagens tornam-se seres reais, e motivações eficientes de um comportamento hipnótico. O espetáculo, como tendência para *fazer ver* por diferentes mediações especializadas o mundo que já não é diretamente apreensível, encontra normalmente na vista o sentido humano privilegiado que noutras épocas, foi o tato o sentido mais abstrato e o mais justificável, corresponde a abstração generalizada da sociedade atual. Mas o espetáculo não é identificável com um simples olhar, mas combinado com ouvido. Ele é o escape a atividade dos homens, a reconsideração e a correlação de sua obra. É o contrário do diálogo. Onde quer que haja *representação* independente, o espetáculo reconstitui-se. (DEBORD, 2012, p.19)

Ainda afirma Guy Debord (2012) "o espetáculo é o capital a um tal grau de acumulação que se torna imagem". Ou, também, seguindo o raciocínio do autor, que traz uma ideia de "imagem representante" da realidade. Imagem representante da "unidade geral" que são todas as imagens automatizadas que representam o espetáculo em geral como "uma inversão concreta da vida e o movimento autônomo do não vivo". É ao mesmo tempo um instrumento de unificação e parte dele contém uma linguagem oficial. Temos que ver, ler e ouvir a imagem. É também o lugar do olhar iludido e da falsa consciência. Ou seja, o autor afirma na Nota 4 do seu livro "o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens." (DEBORD, 2012, p.9 e 10)

Na Linha do Tempo a partir de 2003 quando o nome de Cármen Lúcia é anunciado na mídia pela primeira vez como uma das possíveis candidatas ao Supremo Tribunal Federal, ela já havia sido citada a Lula para que ele pensasse na sua pessoa como uma das possíveis ministras a assumir; já que 11 dos ministros estavam para se aposentar. No artigo do jornal Folha de S. Paulo, de Kennedy Alencar e Silvana de Freitas há uma lista de possíveis nomes que poderiam assumir o cargo de acordo com os requisitos necessários pressupostos pela Constituição de 1988: douto saber jurídico e ilibada reputação. Mas apenas em 2006 ele reaparece na mídia com a aprovação do Senado e a sua nomeação para o STF. E em 11 de maio pela primeira vez, já contendo o seu nome como ministra, são trazidas imagens de Carmem Lúcia, segundo a narrativa da Mídia, como uma advogada mineira.

Indicada para ocupar a vaga do ministro Nelson Jobim, que aposentaria em 26 de maio de 2006. Sua indicação foi aprovada pelo senado por 55 votos contra 1 em 24 de maio de 2006 e ela tomou posse em 21 junho de 2006. (Folha de S.Paulo, 11/05/2006) (UOL, 11/05/2006) (Estado de São Paulo, 24/05/2006)

Figura 18 - Solenidade de Entronização no Supremo Tribunal Federal



Notícias do Supremo, 21/06/2006

Nesta foto vemos a ministra Carmem Lúcia sendo conduzida pelo ministro Sepúlveda Pertence para a sua solenidade de posse no Supremo Tribunal Federal. Ela foi apadrinhada por Sepúlveda desde o início. Nitidamente percebe-se a sua toga de tecido fosco em comparação a toga dos outros ministros que a acompanham, tornando-se uma das suas marcas distintivas em matéria de vestimenta no Supremo. O cortejo é protocolar, mas a trama do poder não se sustenta ao longo do tempo. Na leitura posterior ao fato do registro fotográfico, lembramos que Sepúlveda Pertence será o advogado encarregado de defender Lula em relação a sua prisão decorrente de acusações sobre o Tríplice. A relação de amizade e confiança entre o ex Presidente Lula e Sepúlveda Pertence irá permanecer após as relações de governo. O que não aconteceu o mesmo caso com a ministra que irá romper as relações com os representantes do partido, PT, em todos os seus vínculos.

Mesmo recorrendo aos especialistas citados, e lembrando de outros como Camille Paglia, Emmanuel Alloa, entre outros autores que se dispuseram a estudar a fotografia como fenômeno contemporâneo, e nos ensinar caminhos possíveis para essa interpretação, estamos diante de uma imagem_enigma. Não uma imagem em si, mas "a imagem" que nos é oferecida como realidade. Imagem_pensamento que entra pelos olhos, passa pela reflexão e não descansa, se aloja mas não encontra resposta.

Boris Kossoy (2014) no seu livro *Os Tempos da Fotografia - o Efêmero e o Perpétuo* aborda sobre o documento fotográfico, com o propósito de evidenciar a ocorrência do fato e a gênese do documento. No caso de Cármen Lúcia, entendemos que a origem do seu nome como ministra está intimamente relacionada ao governo Lula, ou mais propriamente ao governo PT, que também se estende à presidência de Dilma Rousseff, como estamos abordando em relação à construção da imagem da ministra Cármen Lúcia na mídia. Adiante em nossa leitura, abordaremos a imagem da ministra. Contamos também, nessa análise da imagem da ministra numa quebra de sua relação com o governo PT ao longo de sua trajetória no STF. A cisão da ministra Cármen Lúcia com o PT interfere definitivamente na imagem que ela irá tentar reconstruir ou reafirmar.

Enquanto seguirmos o pensamento desenvolvido por Boris Kossoy (2014) na construção de reflexões acerca do documento fotográfico, da imagem e memória, reconfiguramos o nosso entendimento para percebermos o quanto há de representação e de fato na construção de sua imagem pela mídia. Pois em suas primeiras imagens protocolares referentes ao cerimonial de posse como membro do STF temos como fato estampado em nossa memória a sua satisfação.

Figura 19 - Cármen Lúcia é acolhida por Lula



Notícias do Supremo, 21/06/2006

Na foto, a ministra Cármen Lúcia é acolhida por Lula, como Presidente da República na solenidade de posse no Supremo Tribunal Federal. Uma imagem que oferece um extremo contentamento por Cármen Lúcia ser a nova ministra. Aparenta uma imagem frágil, contudo ela chega ao Supremo com vinte anos de experiência na vida pública, quinze medalhas de honra (até a sua entrada na Suprema Corte) e muitos livros publicados. Na foto também vemos Ellen Gracie, a primeira mulher no Supremo e Presidente da Corte no momento.

Essa foto tem a capacidade de emocionar lembrando aqui os meios de conhecimento levantados por Boris Kossoy (2014, p.31) que uma fotografia pode conter, como instrumento ambíguo de informação ou desinformação capaz de transformar, denunciar ou manipular. Sem ignorar a manifestação de usos ideológicos. E está inserido num universo de uma mentalidade cultural e de importância histórica. Mesmo que os indícios da cena sejam involuntários, provam na representação visual uma entrega de Carmem Lúcia a Lula.

Na imagem fotográfica de Boris Kossoy (2014, p.45) encontramos indícios da realidade que circundava a ministra. Na reconstrução do processo da cena registrada podemos inferir na gênese do processo de indicação por Lula, um agradecimento e confiança nesse processo. Esse registro fotográfico tem um espaço e tempo demarcados. A representação tem a função de demarcar a evidência dos laços entre Cármen Lúcia e Lula e criar uma imagem sua relacionada ao governo.

Pois não basta parar e olhar, é necessário ver o que a imagem quer dizer. Mirar em que momento, lugar e momento sócio-político ela está inserida. E perceber a importância dessa decodificação. Num desafio de entender a linguagem visual, e perceber de forma consciente a representação imagética da fotografia. E a protagonização da imagem como discurso político e ideologicamente imposto.

No artigo da Professora Doutora Simonetta Persichetti *A dimensão ideológica e política da fotografia e a imagem do presidente do Brasil* publicado em *Política, mídia e espetáculo* [recurso eletrônico] sob a organização de Cláudio Novaes Pinto Coelho e Simonetta Persichetti – 1. ed. – São Paulo: Cásper Líbero, 2018, entendemos e pensamos saber ler hegemonicamente a nossa sociedade visual, contudo, e na verdade, estamos impossibilitados desta decodificação de uma forma completa, integral, e apenas podemos atingir o que chamamos no nosso entendimento do discurso visual a partir de uma capacidade crítica e de reflexão. A autora afirma que há na imagem fotográfica uma veiculação de ideias e conseqüentemente uma formação ou manipulação da opinião

pública. (PERSICHETTI, 2018, p.33 e 34). Lembrando que Boris Kossoy já nos fala sobre a 'credibilidade' que a imagem fotográfica ou foto jornalística carrega "como expressão da verdade". (KOSSOY, B, 1999, p.22), do livro *Realidade Ficção na trama fotográfica*.

Simonetta Persichetti ao estudar a imagem do presidente, de Getúlio Vargas ao presidente Lula, num extenso período de tempo, em seu artigo comenta:

Portanto, sabemos que a estética é formadora de discurso, e não o conteúdo. Ela é parte fundamental da linguagem, já que é por meio do valor estético que recebemos e interpretamos uma fotografia. Da Publicidade não esperamos veracidade nem semelhança com o mundo real. Sabemos que é sedução, sonho, ativadora de desejos; já da fotografia jornalística, por questões ideológicas que têm sua base na filosofia positivista do século XIX (época em que a fotografia foi inventada), esperamos a mimese, o espelho do real. (PERSICHETTI, 2018, p.41)

Mas analisar ou compreender a mensagem de uma imagem é muito mais do que reconhecer a superficialidade, sua iconografia. É preciso, como ensina Boris Kossoy (2003), adentrar sua iconologia. Interpretar é conferir sentido e atribuir significado àquilo que estamos vendo. Acredito que a fotografia, dentre as múltiplas definições possíveis, possa ser aqui entendida como pertencendo ao campo da comunicação. Quem fotografa quer transmitir uma mensagem, quer comunicar algo. Quem fotografa cria uma narrativa imagética. (KOSSOY, 2003, p.41)

Boris Kossoy (2003) enfatiza no seu livro *Fotografia e História* que o registro fotográfico pode ter três estágios definidos: o primeiro, pertence aquele cuja intenção é fazer o registro determinado do real, de forma pessoal ou por incumbência; o segundo estágio pré-definido corresponde a própria materialização da fotografia; e por fim o terceiro estágio são os caminhos percorridos por esta fotografia e que despertam a nossa curiosidade e estudo (KOSSOY, 2003, p.45), e bem entendidos e pautados no artigo de Simonetta Persichetti. (PERSICHETTI, 2018, p.38)

Sob a consideração de conceitos e abordagens enunciados por Boris Kossoy (2014) para as possibilidades de leitura fotografia “enquanto instrumento de conhecimento, análise e reflexão” entendemos a imagem como “objeto de abordagens multiprofissionais, (a fotografia) jamais poderia ser compreendida em suas múltiplas facetas”, e tem que ser abordado na trama sociocultural. (KOSSOY, 2014, p.25 a p.27)

Além do aspecto estético da fotografia, vemos o entrecruzamento de olhares, porque nesse momento eles tivessem os mesmos horizontes ideológicos, pois quando Sepúlveda fez a indicação, havia uma alusão que Carmen Lucia seria simpatizante de ideais do partido uma transparecer de amizade, e para além dessas nossas descrições, imaginamos o seu alcance e potencialidades enquanto instrumento imagético. E encontramos essas inspirações no trabalho de Simonetta Persichetti, já citado desde o capítulo sobre o desenvolvimento da imagem de poder, quanto a problemática da representação e os seus efeitos ao longo da história. Não pode ser considerado como mera ilustração, mas é sempre um instrumento político.

Desta forma, nos vemos alienados tanto quanto afirma Debord,

a alienação do espectador em proveito do objeto contemplado (que é o resultado da sua própria atividade inconsciente) exprime-se assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos ele compreende a sua própria existência e o seu próprio desejo. A exterioridade do espetáculo em relação ao homem que age aparece nisto: os seus próprios gestos já não são seus, mas de um outro que os apresenta. Eis porque o espectador não se sente em casa em nenhum lado. Porque o espetáculo está em toda a parte. (DEBORD, 2012, p.28)

Em 2007 a ministra Cármen Lúcia chama a atenção pela quebra de protocolos na vestimenta. Todos os veículos midiáticos anunciam o rompimento de tradição.

Figura 20 - Cármen Lúcia inova com calça comprida em sessão

The image is a screenshot of the Folha de S. Paulo newspaper website. At the top, the masthead reads "FOLHA DE S. PAULO" with the tagline "UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL". Below this, it shows the date "SÁBADO, 2 DE MAIO DE 2020" and the time "12H54". A navigation bar includes categories like "Opinião", "Política", "Mundo", "Economia", "Cotidiano", "Esporte", "Cultura", "F5", and "Tec". There are also links for "ASSINE A FOLHA", "ATENDIMENTO", and "ÚLTIMAS NOTÍCIAS". A search bar and social media links are visible. The main article is titled "Ministra do STF inova ao usar calça comprida em sessão plenária do órgão" and is dated "16/03/2007 - 10h35". The article text discusses the tradition of women in traditional dress at the STF and mentions Minister Cármen Lúcia's decision to wear pants. A small photograph shows Minister Cármen Lúcia walking. The page also features a "poder" banner and a "envie sua notícia" button.

Folha de S.Paulo, 16/03/2007

Em 2007 também assume como Ministra substituta no TSE - Tribunal Superior Eleitoral, ainda no governo Lula. Em 2008 foi diretora da Escola Judiciária eleitoral do TSE. E em novembro de 2009 com a renúncia do ministro Joaquim Barbosa toma posse como ministra titular do TSE.

Essa foto possui uma característica importante para ser comentada. Revela a ministra de calças, contudo não traz uma cena ostentatória pousada. Ao contrário, quer expressar o flagrante. O fotógrafo constrói a cena a partir do movimento de Cármen Lúcia. A atitude da ministra está representada em gestos tanto quanto a de quem registra essa imagem.

Figura 21 - Detalhe da foto de Cármen Lúcia com calça comprida



Lula Marques/Folhapress/VEJA, 2007

A revista VEJA em 2012 repercutiu o assunto “A ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, 52 anos, usando blazer e calça comprida (com detalhes de renda na barra) no plenário do STF” sobre o uso de calças no Plenário, e traz o título "*O Judiciário de saia – ou melhor, de calça*" e o subtítulo "Até o fim dos anos 60, apenas 2,3% dos magistrados eram mulheres – número que chegou a 11% na década de 90. Hoje, o percentual resvala em 30%" assinado por Branca Nunes e Marina Pinhoni em 25 fevereiro de 2012. A matéria trata de mulheres no judiciário. E destaca sobre Cármen Lúcia

Durante o julgamento sobre a validade da Lei Maria da Penha, em fevereiro deste ano (2012), a ministra Cármen Lúcia desabafou: “Às vezes acham que juíza desse tribunal não sofre preconceito. Mentira, sofre! Há os que acham que isso aqui não é lugar de mulher, como uma vez me disse uma determinada pessoa sem saber que eu era uma dessas”. Carmem Lúcia foi a primeira mulher que ousou vestir calças compridas durante uma sessão plenária da Corte – e isso foi em 2007. (VEJA, 25/02/2012)

Nesse momento o destaque que se construía era outro. Era revelar uma pessoa solidária a Lei. Mas que enfatiza uma figura feminina que se impõe através das roupas, gestos e ideologia. Nos referimos novamente à teoria desenvolvida por Georges Balandier (1999).

"A manifestação da teatralidade do político, da sua sacralização e dos seus ritos, não é uma maneira oblíqua de reduzir as aparências e a jogos ilusórios. É uma resultante, - onde tudo converge - desde as relações sociais que o sistema de produção define, até os que são constituídos pelos valores e o imaginário coletivo. Se se admitir que todas as sociedades estão sempre em evolução, nunca acabada, que a sua unidade não é realizada senão através da imagem que justamente o poder dominante impõe, que as suas pretensões e prescrições não estão nunca em conformidade com a realidade vivida, poder-se-á compreender melhor a necessidade de produzir efeitos com uma função de compensação. A sociedade não se mantém só pelo único meio da coação, das relações de força legitimadas, mas também pelo conjunto das transfigurações das quais ela é, ao mesmo tempo, o objeto e o realizador. A sua ordem permanece vulnerável; ela é portadora de perturbações e de desordem, elas próprias geradoras de manhas e dramatizações, que mostram o poder de uma forma negativa". (BALANDIER, 1999, p.39)

Georges Balandier (1999) afirma que os regimes totalitários dispõem de diretores de cena, e que a demonstração de poder recorre sempre a uma manifestação de força e que na sociedade moderna os governados não consideram-se como representantes, no sentido de se sentirem responsáveis pelas condições que os meios científicos e técnicos são dispostos na divulgação dessa imagem de poder, ou seja, se nos poderes tradicionais os poderosos eram representados por meios simbólicos e rituais, a direção de cena que entendemos aqui cabe ao campo da comunicação que divulga esse poder mediatizado por tecnologias e de números, de uma cena social a uma cena política. (BALANDIER, 1999, p.96)

Em 2008, Cármen Lúcia foi diretora da Escola Judiciária Eleitoral - EJE ou Escola de Magistratura do TSE (TSE, 2008), fato praticamente não noticiado. Em contrapartida, o que não deixa de ser percebido são as quantidades de medalhas e honrarias que prestigiam os servidores públicos noticiado pela Folha de S.Paulo "Medalhas alimentam fogueira das vaidades e esvaziam cofres". A ministra Cármen Lúcia já havia chegado no STF com um histórico de 15 medalhas no seu histórico. (Folha de S.Paulo, 01/06/2008)

Deysi Cioccarri (2019) em seu artigo *Espetacularização Política Brasileira: uma análise dos Políticos Midiáticos eleitos para o Congresso Nacional 2015-2019*, enfatiza também essa ideia. As figuras atuais do poder provocam a afirmação da *competência*. Exige mais o recurso de processos de fabricação dos responsáveis, a operações que efetuam a passagem da cena social a cena política e tornando manifesta a mudança de papel. (BALANDIER, 1999, p.96)

Contudo, diferentemente do artigo em que a Deysi Cioccarri enfatiza as eleições políticas, Carmem Lúcia não concorre a uma eleição dirigida de forma popular, mas, sim, a uma *representação do poder* construída pela mídia e por si mesma. Entendemos aqui que a ministra Cármen Lúcia deliberadamente está sempre se posicionando com uma postura desafiadora e contestatória em favor de minorias, em várias situações que parecem, de *per si* corriqueiras como vestir-se, ao mesmo tempo que em suas falas se afirma como compreensiva, mediadora ou pacificadora. 'Candidata' a representante feminina. Ao ser interrogada sobre o seu ato, ela responde que não acha justo que a imprensa representada pelas mulheres jornalistas sejam barradas para entrar para o Plenário, nesse caso achou que deveria dar o exemplo imaginando que ninguém a barraria na entrada, e assim ela abriria as portas para suas colegas mulheres.

3.3 Ensaio de Gestão - Presidente no TSE em 2012 e no STF em 2016

Dilma (PT) foi eleita em 31 de outubro de 2010, e teve como o seu oponente o candidato José Serra do (PSDB) que foi derrotado. Assume a Presidência do País em janeiro de 2011. E ainda sob o governo do PT, representados por Lula e Dilma, Cármen Lúcia assume a Presidência do STE em abril de 2012, sendo a primeira mulher a assumir essa posição.

Em 2009, a Folha Online publicou na Coluna Poder, a indicação de Cármen Lúcia pelo STF, fora das influências de Lula. Ela já fazia parte do TSE, tendo entrado na vaga de Joaquim Barbosa.

Figura 22 - Como efetiva no TSE

poder

STF indica Carmén Lúcia para vaga de Joaquim Barbosa no TSE

MÁRCIO FALCÃO
da Folha Online, em Brasília

18/11/2009 17h18

Compartilhar

< 0

Mais opções

O STF (Supremo Tribunal Federal) elegeu hoje a ministra Carmén Lúcia Rocha para a vaga de Joaquim Barbosa no TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Por problemas de saúde, Barbosa renunciou ontem à vaga.

Ela disputou a indicação com Marco Aurélio Mello, que recebeu um voto. Carmén Lúcia recebeu oito votos.



STF indica Carmén Lúcia para vaga de Joaquim Barbosa no TSE

Em 2006, Carmem Lúcia foi indicada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para compor o STF (Supremo Tribunal Federal).

A ministra foi a segunda mulher a ocupar uma vaga da mais alta Corte de Justiça do país. Carmén Lúcia era procuradora de Minas Gerais e professora titular de Direito Constitucional da Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais

O TSE é composto por sete membros, com mandatos de dois anos. Três deles ministros são eleitos entre os membros do STF. Outros

dois são eleitos entre os membros do STJ (Superior Tribunal de Justiça). E dois são nomeados pelo presidente da República --escolhidos entre seis advogados indicados pelo Supremo.

Para cada ministro efetivo é eleito um substituto, escolhido pelo mesmo processo e advindo da mesma origem.

Atualmente, os ministros do Supremo que atuam no TSE como efetivos são: Carlos Ayres Britto (presidente) e Ricardo Lewandowski. Os ministros Marco Aurélio e Ellen Gracie são seus substitutos. Carmén Lúcia era substituta, mas agora passa a ser titular.

Com a renúncia de Barbosa, Lewandowski comandará em 2010 o processo eleitoral.

Folha de S.Paulo, 18/11/2009

Em três anos a “Ministra Cármen Lúcia assume presidência do TSE e é a primeira mulher a ocupar o cargo, em ano eleitoral”, comenta Carolina Brígido em 18 de abril de 2012 (Folha de S.Paulo 18/04/2012). E repercute a importância de ser uma mulher. Ophir Cavalcante, do Conselho Federal das Ordem dos Advogados do Brasil na gestão de 2010 a 2013 (e procurador-geral do Estado do Pará de 2016 a 2018), ao se pronunciar na posse de Cármen Lúcia em 2012 como presidente do TSE destaca a importância de ser na sua gestão como Presidente da STE, a primeira mulher a gerir a corte sob a égide da Ficha Limpa nas próximas eleições nos municípios, com mais de 130 milhões de eleitores.

Figura 23 - Abraço entre Dilma e Cármen Lúcia

Toma posse a primeira mulher na presidência do TSE

Cármen Lúcia assumiu a presidência do Tribunal Superior Eleitoral pediu aos eleitores que votem limpo

Por **Mariângela Gallucci**

Publicado em: 18/04/2012 às 21h51

Tempo de leitura: 2 min



A cerimônia foi prestigiada pela presidente Dilma Rousseff e pela presidente interina do Congresso, Marta Suplicy (Roberto Stuckert Filho/Presidência da República/)

Folha de S.Paulo, 18/04/2012

Na foto, a ministra Cármen Lúcia é acolhida por Dilma Rousseff, Presidente do Brasil, enquanto assume a Presidência no Supremo Tribunal Eleitoral. Anunciada como a primeira mulher a tomar posse. Na própria matéria as informações mais relevantes se referem a ser mulher, sua idade, ministra, a própria posse em substituição a Ricardo Lewandowski, informações técnicas relacionadas à situação. O que a foto transmite não é uma imagem técnica profissional, mas a imagem de um profundo acolhimento e aparente amizade. A ministra Cármen Lúcia se deixa acolher, totalmente, por Dilma Rousseff. Em seu discurso de posse no TSE, a ministra Cármen Lúcia reafirma a seriedade e o rigor necessários ao trabalho. E enfatiza também a importância de se escolher bem os candidatos para eleição.

Como elucidamos acima na proposta de Boris Kossoy (2014) sobre *Aparência e evidência* o fato efêmero pode conter um instante de representação, O objeto tem a sua concretude; personagens, sorridentes, introspectivos, cenários (distorcidos) detalhes omitidos. Encenação. A evidência não pode deixar de ser questionada. Pode conter emoção. (KOSSOY, 2014, p.44). E também considerando as características indicial com seus limites, a emoção transmitida revela um instante de verdade. Contudo, a ideologia está contida justamente no recorte da foto prática recorrente da imprensa para manipulação de informações.

Com o fito de compreender a cena registrada, vemos nessa foto os mesmos indícios da cena, de registrar o instante do fato, pousado, de total entrega na representação visual de Cármen Lúcia a Dilma Rousseff, como já mencionado anteriormente, em relação a Lula e que, nos remonta aos conceitos de estudos da imagem de Boris Kossoy (2014) enquanto contém as características indiciárias de uma leitura fotográfica. Quando o autor aborda sobre a manipulação dos fatos através da imagem fotográfica, nos dá margem para pensar que podemos interpretar essa imagem por diferentes camadas de significação. (KOSSOY, 2014, p.31 e p.57).

A foto de Cármen Lúcia e Dilma Rousseff pode ser um instrumento de propaganda do governo petista, confirmadora de união e acordos, numa representação social codificada com as cores do partido. Pressupõe mecanismo de desmontagem do processo de criação de realidades pela mídia (tanto na produção como na recepção da imagem) enquanto projeção do imaginário social. Boris Kossoy (2014, p.56) afirma, enquanto manipulação dos fatos, que a fotografia e o testemunho do seu próprio processo de construção, e nessa construção existe a estética da representação “o ficcional se nutre sempre dá credibilidade que se tem da fotografia enquanto uma pretensa transcrição neutra, isenta, automática, do real, portanto, uma evidência documental (da herança positivista) sobre os fatos na época.

Uma das pautas votadas em 2012 no Supremo é sobre a lei de cotas, ADI 3197 e ADPF 186 - 2. Um dos seus interesses desde a sua entrada no Supremo e apresentada por ela em sua sabatina em 2006 no Senado. Na ocasião ela expressa em profundo interesse no assunto e foi noticiado pelo Supremo

Cármen Lúcia também mencionou a discussão em torno das cotas em universidades. “Fui uma das primeiras pessoas a escrever sobre ações afirmativas, em 1993, e a falar em cotas”, disse, e alertou que “precisamos pensar na educação dos brasileiros para que não precisemos pensar em cotas”. “Democráticos seremos, mesmo, no dia em que não precisarmos mais de cotas, em que as pessoas todas tiverem as mesmas oportunidades para disputar em igualdade de condições”, ressaltou. (Notícias do STF, 17/05/2006)

O informativo publicado no site do STF, em 26 de abril de 2012, traz a mensagem da ministra que resume que "a situação dos negros no Brasil não pode ser ignorada. O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou constitucional por unanimidade a política de cotas étnico-raciais para seleção de estudantes da Universidade de Brasília (UnB). "Tantas vezes decantada, a igualdade (e é o princípio mais citado na constituição Federal). Quem sofre preconceito percebe que os princípios constitucionais viram retórica". (Notícias do STF, 26/04/2012)

Ao fazer par com Joaquim Barbosa em defesa dos negros no Brasil, o informativo sobre ADF 186, enfatiza

Já a ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha destacou que o sistema de cotas da UnB é perfeitamente compatível com a Constituição, pois a proporcionalidade e a função social da universidade estão observadas. “As ações afirmativas não são a melhor opção, mas são uma etapa. O melhor seria que todos fossem iguais e livres”, apontou, salientando que as políticas compensatórias devem ser acompanhadas de outras medidas para não reforçar o preconceito. Ela frisou ainda que as ações afirmativas fazem parte da responsabilidade social e estatal para que se cumpra o princípio da igualdade.

Ao concordar com o relator, o ministro Joaquim Barbosa afirmou que o voto do ministro Lewandowski praticamente esgotou o tema em debate. Ressaltou, porém, que “não se deve perder de vista o fato de que a história universal não registra, na era contemporânea, nenhum exemplo de nação que tenha se erguido de uma condição periférica à condição de potência econômica e política, digna de respeito na cena política internacional, mantendo, no plano doméstico, uma política de exclusão em relação a uma parcela expressiva da sua população”. (Notícias do STF, 26/04/2012)

Se no princípio do desenvolvimento da teoria de d a questão era justamente que o indivíduo ao ver a submissão estampada nas telas de cinema, pudesse considerar a sua situação desconfortável esse despertado espectador, atualmente, sofre o contrário dessa ação justamente por ter o seu julgamento crítico saturado de imagens que não o permitem refletir no tempo adequado da contemplação. Ainda subjuga-se a esta situação.

"Tenho uma madre superiora dentro de mim", diz ministra Cármen Lúcia

MARIA CRISTINA FRIAS
EM BRASÍLIA

27/05/2012 10h00

O julgamento no STF (Supremo Tribunal Federal), favorável ao aborto de anencéfalos, foi em uma quinta-feira de abril.

No sábado pela manhã, a ministra Cármen Lúcia foi à padaria. Estava entretida com a compra quando ouviu um homem grande vociferar contra "esse bando de vagabundos". Achou que não era com ela. Mas ele insistiu: "Também esses vagabundos que aprovaram o aborto, aprovaram até união de gays. Tudo com o nosso dinheiro".

[Leia mais reportagens da revista Serafina](#)
["O amor é para gente jovem", afirma Bibi Ferreira](#)
[Fotógrafo Miguel Rio Branco abre seu acervo para Serafina](#)

De porte "mignon", magrinha, como sempre foi desde criança, Cármen Lúcia ficou meio acuada junto ao balcão. Parecia que ele ia bater nela. À volta, ninguém dizia nada, nem para defendê-la, nem para contê-lo.

João P. Teles



A ministra Cármen Lúcia é a primeira mulher a presidir o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Na entrevista a Maria Cristina Frias, pela Folha de São Paulo, em 25 de maio de 2012, a ministra Cármen Lúcia conta sua infância e declara " ... tenho uma madre superiora dentro de mim", enfatizando a sua formação religiosa. A ministra fala de sua formação enquanto criança enfatizando o seu lado rigoroso na educação e de sua abnegação. E a mídia constrói uma imagem da felicidade. Adiantando um pouco do conteúdo de todas as suas falas e que conduzem a sua atuação como Ministra.

Quando Boris Kossoy (KOSSOY, 2014, p.52) enfatiza em *Códigos da imagem fotográfica* que a imagem reúne uma série de elementos icônicos formais implícitos e explícitos, nos ajuda a traçar as coordenadas de tempo, de remontar aos aspectos visíveis da situação, combinatória de outras informações orais e escritas, a aparente representação exposta na linguagem oral, reproduzida na mídia, aos marcos constitutivos do entorno da trama fotográfica que geram o motivo da entrevista. Ao mesmo tempo que revelam a vida implícita contextualizada no passado da ministra Cármen Lúcia. Trazem à tona, novamente e enfatizam as suas heranças culturais e ideológicas que ajudam a fomentar o momento. Formam o estereótipo da pessoa retratada.

Mais uma vez uma ideia de representação da ministra. A imagem envolta em luzes, iluminada, portanto, representante de uma maternidade ideológica autorizada pela religiosidade, representante de um poder missionário. Fomenta a popularidade, certa liderança e o conjunto de atribuições levam a pensar na competência que parece estar sendo construída.

Segundo Boris Kossoy

O fragmento fotográfico adquire significado quando se percebem as múltiplas teias que o enlaçam ao contexto histórico e à vida social em que se insere e, ao mesmo tempo, a documenta. Trata-se de desvendar seus alicerces mais profundos, sua trama histórico e social, sua dimensão cultural e ideológica, seu significado intrínseco, o oculto da representação, seus muitos porquês, sua *realidade interior* (interpretação iconológica)". (KOSSOY, 2014, p.54).

O mito também enfatizado por George Balandier (1999, p.98) "para alguns, a morte não abole essa função, ao contrário transforma. Muitas vezes os desaparecidos em heróis, o político alimenta assim a mitologia e a eficácia simbólica. Assim a imagem de Cármen Lúcia se renova, e aqui cumpre o papel de maternidade espiritual. Missão talvez, que também está presente em outros momentos como "Não quero ser a Cármen Lúcia, quero ser a justiça". (Folha de S.Paulo, 25/05/2012)

O que da mesma forma constrói a imagem política, e a ela dá a força simbólica, da mesma forma que, nesse universo político da dramatização. Do simbólico e do imaginário, uma nova forma da dramaturgia política" e se renova, por exemplo mídia política, *Art po*, indústria do espetáculo político. Compartilha do mesmo pensamento Roger-Gérard Schwardenberg (1979) ao propor que as personagens políticas configuram um repertório de herói tendo sua origem num homem vulgar, um líder de charme, ou que estão num papel de pai e mãe, "mulher política" enfatizada pelo autor. É o *Star System* do cinema na política contemporânea como uma marca decisiva iniciada nos anos setenta. (Apud, BALANDIER, 1999, p.96)

A mercadoria a ser vendida e consumida é o poder da mulher e consequentemente a sua felicidade. Já Gilles Lipovetsky (2008) afirma no seu livro *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo* que a sociedade de hiperconsumo é na verdade "um complexo de mitos, de sonhos, de significações imaginárias que, impulsionando objetivos e confiança no futuro favorece a reoxigenação de um presente muitas vezes esgotado. Se, como se verá, há uma ilusão da sabedoria, há também uma sabedoria da ilusão. O que os discursos de esperança e de felicidade tornam essa mesma busca da felicidade problemática e insatisfatória." Tratando a ideia do *Homo felix* uma verdadeira patologia. (LIPOVETSKY, 2008, p.337)

Em outro momento Gilles Lipovetsky e Jean Serroy (2018) afirmam, em nome da felicidade que se desenvolve a sociedade do hiperconsumo [...] Quanto à ideologia do capitalismo de consumo, "não depende mais do pensamento dialético": não está por vir, já está instalada "é eufórica e instantânea". Temos uma parte de nossa felicidade, nosso não moral, que alimenta a lógica do hiperconsumo porque vem de encontro às nossas necessidades que são parte da nossa vida. (LIPOVETSKY, 2018, p.338 e p.339)

Gilles Lipovetsky e Jean Serroy (2018, p.355) também escrevem, "tudo se assemelha a uma cultura devorada pelas mídias de massa, coisas insignificantes e tolices. O triunfo do *Zapping* e o império final do entretenimento". Da mesma forma que vimos enfraquecidas as autoridades simbólicas da vida intelectual. "Ainda há pouco, os artistas e os homens de letras ambicionava criar obras imortais; agora importam ser "conhecido, aparecer nas mídias". Vender a própria imagem. "Quanto mais a eficácia tecnomercantil governa o mundo, mais a oferta é estatizada e mais a demanda se vê marcada pelos desejos de apreciar as alegrias das "impressões inúteis". (LIPOVETSKY, 2018, p.357)

Figura 25 - Discurso de agradecimento ao desempenho da ministra



Na foto sobre o desempenho da ministra, vemos uma cena do discurso de agradecimento a Cármen Lúcia enquanto presidiu como presidente o Tribunal Superior Eleitoral. A maior impressão que esta imagem transmite é de um mero fato informativo. Cármen Lúcia termina a sua gestão condecorada. A imagem pública criada nesse momento é a de transparência. Não precisa de uma imagem sua exibida, mas descrita, apenas. A configuração dessa imagem de competência está completa, reafirmada por outros.

Como arte e a comunicação são dois conceitos que podem ser compreendidos como inseparáveis, toda vez que olhamos para uma imagem ou no caso a fotografia sempre temos a ideia que ela possui algo a nos comunicar. Foto acima vemos uma cena do discurso de agradecimento ao desempenho da ministra Cármen Lúcia enquanto presidiu como presidente o Tribunal Superior Eleitoral. A maior impressão que esta imagem transmite é de um mero fato informativo.

Gilles Lipovetsky e Jean Serroy (2018) no livro *A estetização do mundo _ viver na era do capitalismo*, no capítulo do livro *O império do espetáculo e do divertimento* os autores tratam sobre a expansão do espetáculo e do entretenimento, e descrevem a era do hiperespetáculo através de oito apoios fundamentais constitutivo da nova sociedade. No Quarto apoio, os autores comentam que "o público cada vez mais se quer e se pensa ator, adora atitudes destinadas às mídias que o filmam". O estrelismo passou dos artistas de cinema e de TV às pessoas comuns. Todos de alguma forma se colocam diante de uma câmera. Tornam-se sua própria celebridade através de fotos e vídeos. E no sétimo apoio, comentam que vemos esta estetização generalizada aplicada não só a pessoas comuns mas perpassa o campo político, religioso, filosófico, grandes negociantes ou homens de negócio. Segundo Gilles Lipovetsky e Jean Serroy (2018) tudo converte para uma sociedade hiperespetacular. (LIPOVETSKY, 2018, p.270).

Roland Barthes (1985) pensou o mito construído a partir de cenas e fatos do cotidiano. Aplica-se aos espetáculos, pessoas e coisas. A publicidade envolve e oferece ao consumidor. Cada frase e cada imagem midiática ao nosso ver está no lugar da representação do desejo a ser alcançado, no caso, uma imagem perfeita de justiça e de poder que responde à necessidade de cada indivíduo, mas controlada e imposta pelo sistema social numa representação.

No Relatório de Gestão de 2016, subtema *Diálogos para Soluções Conjuntas*. Cármen Lúcia participa de um evento no Dia das Crianças. Na ocasião, Cármen Lúcia aparece sentada no chão rodeada de crianças e adolescentes que foram convidados. O fato pode remeter a todos os outros fatores já comentados ao longo dos três capítulos que remete a dar esperança a outras pessoas. Aqui a ênfase é mostrar opções de futuro, possivelmente considerados desconhecidos pelas crianças de baixa renda.

Figura 26 - STF de portas abertas para o futuro

O STF de portas abertas para o futuro

Em evento especialmente pensado para comemorar o Dia da Criança, no feriado do dia 12 de outubro de 2016, o Supremo Tribunal Federal recebeu 55 crianças e adolescentes de 5 instituições de acolhimento do Distrito Federal.



Os pequenos visitantes vieram acompanhados de voluntários, de cuidadores residentes e do Juiz Renato Rodovalho Scussel, da Vara de Infância e da Juventude do Distrito Federal.

As crianças e os adolescentes fizeram uma visita guiada e aprenderam sobre a história do Tribunal. Em seguida, conversaram com a Ministra Cármen Lúcia e assistiram a uma apresentação de dança com o tema Saltimbancos. No encerramento, receberam presentes doados por servidores do Supremo Tribunal Federal.

Crianças e jovens vítimas de maus-tratos, violência e abuso sexual são afastados provisoriamente do convívio familiar e acolhidos em instituições até que a situação de risco seja solucionada. A prioridade é que possam retornar ao convívio da família ou de parentes próximos. Apenas em último caso, são encaminhados para a adoção.

Como Presidente do Conselho Nacional de Justiça, a Ministra Cármen Lúcia iniciou levantamento para detectar as dificuldades existentes nos processos de adoção, como, por exemplo, o excesso de burocracia. Esses dados também mostrarão a quantidade de crianças à espera de adoção e o número de interessados em adotá-las.

Figura 27 - Detalhe da imagem *STF de portas abertas para o futuro*



Foto Imprensa/STF/STF - (STF - Relatório de Gestão 2016, pag. 26)

Cármem Lúcia no Supremo Tribunal Federal em evento social aberto à população destinado à criança de baixa renda em Brasília em 12 de outubro de 2016. (STF, STF - Relatório de Gestão 2016, p. 26)

Folha de S.Paulo traz na coluna Cotidiano em 12 de outubro de 2016 que a Ministra participou de um evento social para as crianças.

Figura 28 - Dia das crianças no STF em 2016

cotidiano

Presidente do STF recebe crianças e adolescentes que vivem em abrigos

Alan Marques/Folhapress



A presidente do STF, Carmem Lúcia, participa de evento em homenagem ao Dia da Criança, no STF

DE BRASÍLIA

12/10/2016 @ 18h38



Aproximadamente 50 crianças e adolescentes que vivem em abrigos no Distrito Federal passaram o Dia das Crianças no STF (Supremo Tribunal Federal), nesta quarta (12), a convite da presidente da corte, ministra Cármen Lúcia.

A maioria desses meninos e meninas é filha de presos ou dependentes químicos, sem condições financeiras e psicológicas de educá-los. Parte deles aguarda um interessado em adotá-los.

Alan Marques/Folhapress/VEJA, 2016

Figura 29 - Cármen Lúcia com crianças em evento no STF em 2016



Alan Marques/Folhapress/VEJA, 2016

Na ocasião do evento do Dia das Crianças, Cármen Lúcia como presidente do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, diz que trabalhou pela redução do tempo nos longos processos de adoção no Brasil. Ela enfatizou que há muitas crianças precisando de famílias. (Folha de S.Paulo, 12/10/2016.)

Outro fato estampa a mídia em maio de 2017. Cármen Lúcia e os ministros Luiz Fux e Ricardo Lewandowski viraram notícia. Na hora do voto da ministra Rosa Weber, os dois homens conversavam, desconsiderando a vez da ministra falar. Cármen Lúcia se manifesta a favor de Rosa Weber. Luiz Fux disse que concederia a palavra a Rosa Weber, sendo que ele a havia interrompido descriteriosamente. (Cláudia, 12/05,2017)

Figura 30 - "Não nos deixam falar"

Notícias


“Não nos deixam falar”, diz Cármen Lúcia sobre mulheres no STF

A ministra precisou pedir aos colegas que parassem de interromper a ministra Rosa Weber

Por Da Redação - 12 Maio 2017, 17h10



Cristiani Mariz/CLAUDIA

 Em debates e discussões, as mulheres são frequentemente interrompidas por homens, fenômeno denominado por movimentos feministas de **'manerrupting'** – termo em inglês para a interrupção sexista à fala das mulheres, que pode até passar despercebida. O ambiente de trabalho e a política são alguns dos espaços em que o comportamento mais aparece, mas não são os únicos. A ministra Cármen Lúcia, em sessão do STF na quarta-feira (10), precisou pedir que **os colegas parassem de interferir no momento de fala da ministra Rosa Weber** e questionou a prática sexista nos tribunais.

Cláudia, 12/05/2017

A repercussão do fato envolveu uma pesquisa de 1990 norte-americana que afirma a quantidade de interrupções com que as mulheres são impedidas de falar, por homens, pares de trabalho, da própria corte. Cármen Lúcia responde à ministra Sotomayor da Suprema Corte americana “eu e a ministra Rosa, não nos deixam falar”.

Assim a reportagem traz as informações “O estudo que a ministra fez referência, liderado por Tonja Jacobi e Dylan Schweers, da Escola de Direito Northwestern Pritzker, em Chicago, nos Estados Unidos, apontou que as mulheres são interrompidas... três vezes mais do que os homens. Elas também falam menos e por menos tempo do que eles”.

3.4 Representação como Presidente Interina do Brasil

Mesmo com todos os fatos que constroem a narrativa sobre o STF e a atuação da ministra Cármen Lúcia com posicionamentos que englobam uma imagem contra o governo vigente (primeiro uma atitude anti corrupção e que poderia se estender ao presidente Temer), todas as situações protocolares que seguem podem nos remeter a demais atitudes de representação

A multiplicação e a difusão dos média modernos modificaram profundamente o modo de produção das imagens políticas. Podem ser fabricadas em grande número, por ocasião de acontecimentos e ou circunstâncias que não tem necessariamente um caráter excepcional. Adquirem, Graças aos meios audiovisuais, a imprensa Ilustrada e ao reclame, uma força de erupção e uma presença que não se encontra em nenhuma das sociedades do passado. Tornam-se diárias; quer dizer, que elas se vulgarizam, e se usam, o que obriga a frequentes renovações ou à criação de aparências de novidade. Esta primeira e sumária e enumeração das novas condições de funcionamento da imagética política chega para marcar as diferenças com a situações anteriores. Ou universo político parece mais aberto ao olhar dos governados, perdendo uma parte do mistério que tinha na sua natureza de mundo escondido e secreto; não o é sem dúvida menos, mas as suas aparências todos os dias manifestados provocam uma baixa de curiosidade e um certo diz encantamento. As técnicas audiovisuais de que o poder dispõe, permitem uma dramatização constante ou quase, e assim menos dependente do ciclo anual do cerimonial político. Melhor equipados para produzir imagens, os governos encontram-se, todavia, na situação paradoxal de ver esta capacidade enfraquecer pelo seu próprio uso. Tem de aprender a dominar uma nova tecnologia do simbólico e do imaginário, uma nova forma de dramaturgia política. (BALANDIER, 1999, p.97)

Cármen Lúcia ao assumir como presidente interina do país, mesmo que considerado em poucas horas, essa é uma representante do poder máximo, em imagens que compõem uma imagética importante em sua trajetória.

3.4.1 Primeira vez como interina - abril de 2018, sexta feira

A manchete do jornal Folha de S. Paulo anuncia: O Presidente Michel Temer transmite o Cargo para a ministra Cármen Lúcia, STF. A sessão de fotos se deu pela manhã, bem antes de Temer embarcar. Cármen Lúcia veste um vestido branco, bordado, a simbologia da cor no Ocidente poderia remeter imediatamente a uma figura de paz. Denota alegria, mas não entusiasmo. A comparação pode ser dada também com o vestido branco de Dilma Rousseff quando assumiu o país.

Figura 31 - Primeira vez como interina



Agência Brasil/Foto de Marcos Corrêa/PR - 13/04/2018 - 12h05

Também enfatiza que é uma sexta-feira, treze, dia 13 de abril. Michel Temer viaja para Lima, capital do Peru, para participar da 8ª Cúpula das Américas. O encontro iria reunir chefes de Estado e de governo com o tema central de Governabilidade Democrática Frente à Corrupção.

Essa foi a primeira vez que a ministra assumiu o cargo de presidente da República. E o fato foi amplamente divulgado na mídia. Desde o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, o Brasil não tem vice, e cabe ao presidente do Supremo o quarto lugar na linha de sucessão. Desde que o Senado aprovou o *impeachment* de Dilma, Michel Temer tomou posse do cargo de Presidente em 31 de agosto de 2016, apenas três horas depois da confirmação.

Figura 32 - Cármen Lúcia assume como interina

01/08/2020

Cármen Lúcia assume Presidência nesta sexta (13) - 13/04/2018 - Poder - Folha

FOLHA DE S.PAULO



STF ([HTTP://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/STF](http://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/stf))

CÁRMEN LÚCIA ([HTTP://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/CARMEN-LUCIA](http://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/carmen-lucia))

Cármen Lúcia assume Presidência nesta sexta (13)

Presidente do Supremo exercerá o cargo por um dia, enquanto Temer viaja para o Peru

13.abr.2018 às 12h25

Atualizado: 20.abr.2018 às 13h34

 ERRAMOS

BRASÍLIA A presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministra Cármen Lúcia, assumiu nesta sexta-feira (13) a Presidência da República no lugar de Michel Temer (MDB), que viaja ao Peru para participar da Cúpula das Américas.

A presidente do Supremo exercerá o cargo por apenas um dia para evitar que os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), se tornem inelegíveis neste ano.

Na primeira vez em que vai exercer o cargo (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/com-viagem-de-temer-carmen-assumira-presidencia-da-republica.shtml>), Cármen Lúcia deverá despachar do Palácio do Planalto ao menos na parte da tarde, onde terá documentos para assinar, seguindo o protocolo. Auxiliares disseram que ela não participará de eventos públicos como chefe do Executivo.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/carmen-lucia-assume-presidencia-nesta-sexta-13.shtml>

1/4

01/08/2020

Cármen Lúcia assume Presidência nesta sexta (13) - 13/04/2018 - Poder - Folha



O presidente Michel Temer transmite cargo para a ministra Cármen Lúcia, do STF - Marcos Corrêa/PR

Cármen Lúcia foi à base aérea se despedir de Temer, que viajou pela manhã.

É a segunda vez que a Presidência será exercida por uma mulher — a primeira foi Dilma Rousseff (PT), que sofreu impeachment em 2016. A expectativa é que Temer retorne ao Brasil neste sábado (14) e reassuma o cargo.

Folha de S.Paulo, 13/04/2018

Como elucidado anteriormente na descrição do Poderes, segundo capítulo desta dissertação, nessa ocasião ela é o terceiro lugar na linha sucessória ao Planalto. A ministra, enquanto presidente do Supremo Tribunal Federal, assume o posto devido à viagem do presidente Michel Temer (MDB) a Lima, no Peru. O fato é muito interessante pois não pode haver dois presidentes no país, devido e esse gesto de passar o país a outra pessoa, Temer embarca politicamente como ex e desce em terra estrangeira nesse formato.

Seguindo a linha sucessória o primeiro e o segundo nome que deveriam assumir seriam o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) que viajou ao Japão e; do presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE) que viajou ao Panamá. Contudo, de acordo com a lei eleitoral, os presidentes da Câmara e do Senado ficariam inelegíveis nas eleições do ano vigente caso assumissem a interinidade de qualquer cargo no Poder Executivo. De acordo com interesses eleitorais, os presidentes da Câmara e do Senado podem se declarar impedidos para assumir o cargo e comprovando viajar representando o Brasil em missões oficiais.

Essa cerimônia sobrevive ao tempo. Antigamente considerava-se que o chefe da nação estaria incomunicável, portanto a importância de transmitir o poder a outra pessoa na sua ausência. Diante da comunicação ser hoje em dia praticamente instantânea, questiona-se essa cerimônia. Porém ela continua e acontece sempre de forma ritualística.

Mesmo a ministra permanecendo no cargo apenas por um dia, a partir das 11h da manhã da sexta-feira até meados da tarde de sábado, os protocolos de posse e registro fotográfico não são negligenciados. A importância do cerimonial nos remete novamente a pensar no *O poder em Cena*, livro de Georges Balandier (1999). Para esse ato a Casa Civil comunica oficialmente o STF. E é definido um lugar para a transmissão de cargo. Nessa ocasião a transmissão de cargo foi feita pela manhã, na Base Aérea de Brasília, houve uma breve conversa do presidente com a ministra, minutos antes do embarque quando Temer iria decolar para a Cúpula das Américas. Temer retorna ao Brasil no próprio sábado, e contasse que a presença do presidente do Supremo no Planalto não irá completar 48h. O posto oficial de presidente da República é reassumido assim que Temer cruzar o espaço aéreo do país.

Figura 33 - Foto do G1 de primeira vez como interina



G1 — Brasília/Foto de Marcos Corrêa/PR - 13/04/2018 - 20h49

Georges Balandier (1999) aborda a representação por atores ou personagens diante de cenas de poder e como o sistema midiático se sustenta nesse lugar. Muitas vezes essa cena de poder descrita acontece desde o cerimonial de iniciação, ato de tomada ou introdução do poder, respeitando cada etapa, e seguindo os ritos, informações preliminares, dos discursos e da divulgação da imagem. Inclusive, enfatizamos o uso dessa imagem como um dos maiores dispositivos dessa cena de poder usados por quem assume um governo, pois faz parte da integração desse exercício a possibilidade dessa exibição.

Foram poucas as mulheres que assumiram o poder da república como presidente interino. Ellen Grace Northfleet assumiu a primeira vez como interina em 2006, no início do seu mandato enquanto presidia o STF. Nessa ocasião ela substituiu o presidente Lula quando ele viajou para a Argentina e estava na mesma viagem o vice José Alencar, e os presidentes da Câmara e do Senado, Aldo Rebelo e Renan Calheiros. Na ocasião a presidência da Suprema Corte, ou seja, dos poderes Executivo e Judiciário ficam acumulados.

A agenda de Cármen Lúcia nesse dia teve na pauta de receber ministros do governo federal, deputados, políticos e juristas em audiência no Palácio do Planalto. Embora estivesse no cargo de Temer, ela optou por não usar a sua mesa no gabinete presidencial. Ela quis se reunir na mesa redonda, usada principalmente para grandes reuniões. Esse dia ela não deu nenhuma entrevista à imprensa.

E nessa ocasião a ministra Cármen Lúcia, no lugar do presidente do Brasil, Michel Temer, por apenas um dia irá sancionar a lei que cria o Dia Nacional de Conscientização do Autismo. Internacionalmente esse dia já é reconhecido pela ONU desde 2008. No Brasil a importância desse dia está diretamente relacionada aos interesses da educação e saúde. A repercussão desse ato está associada ao Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), que é uma disfunção global do desenvolvimento de influência genética e pode ser agravada pela ação socioambiental. Essa disfunção afeta principalmente a capacidade de comunicação, como a fala e compreensão, e interfere no convívio social. Ela também assinou a nomeação do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Humberto Martins, como corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

3.4.2. Segunda vez como presidente interino - junho de 2018.

Com a viagem de Temer em junho de 2018, Cármen Lúcia assume novamente o Planalto pela segunda vez. Devido a reunião do Mercosul no Paraguai. Os presidentes da Câmara e do Senado também viajaram. O título da matéria: *Temer viaja, e Cármen Lúcia assume a Presidência da República pela segunda vez*. E o subtítulo: *Presidente do STF fica no exercício da Presidência da República até a noite desta segunda, quando Temer volta de reunião do Mercosul, no Paraguai*. Presidentes da Câmara e do Senado também viajaram, não acrescentam maiores informações ao fato.

Cármen Lúcia se apresenta de *tailleur* na cor preta, transmitindo um ar de formalidade. Assumiu a Presidência da República na segunda-feira até a noite do mesmo dia. Temer vai à reunião de cúpula do Mercosul, no Paraguai. Rodrigo Maia vai a Portugal e Eunício à Argentina. Todas as viagens foram agendadas devido às regras eleitorais e a proximidade das eleições de outubro. Os parlamentares não queriam correr o risco de ficarem impedidos. Esse protocolo é observado até seis meses antes das eleições. Cármen Lúcia continua a ser descrita como uma pessoa discreta que assume a presidência mas não o posto. Ela recebe juristas, políticos e ministros, mas não usa a mesa, e sim a sala de reuniões maiores, com a mesa redonda.

Temer viaja, e Cármen Lúcia assume a Presidência da República pela segunda vez

Presidente do STF fica no exercício da Presidência da República até a noite desta segunda, quando Temer volta de reunião do Mercosul, no Paraguai. Presidentes da Câmara e do Senado também viajaram.

Por **Guilherme Mazui, G1** — Brasília

18/06/2018 09h56 · Atualizado há 2 anos



A ministra Cármen Lúcia recebeu o cargo do presidente Michel Temer — Foto: Reprodução/Twitter

<https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-viaja-e-carmen-lucia-assume-a-presidencia-da-republica-pela-segunda-vez.ghtml>

1/6

01/08/2020

Temer viaja, e Cármen Lúcia assume a Presidência da República pela segunda vez | Política | G1

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, assumiu a Presidência da República nesta segunda-feira (18). **É a segunda vez no ano** que a ministra ocupa o cargo, após viagem do presidente Michel Temer.

Também saíram do país para viagens oficiais os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE). Como o Brasil não tem vice-presidente no momento, eles seriam os primeiros a suceder Temer em caso de viagens. A próxima na linha sucessória é a presidente do STF.

Cármen Lúcia exercerá a Presidência da República até a noite desta segunda, quando Temer volta de reunião de cúpula do Mercosul, no Paraguai.

Maia cumpre agenda em Portugal e Eunício tem compromissos na Argentina. Questionadas pelo **G1**, as assessorias do presidente da Câmara e do Senado confirmaram que as viagens foram agendadas em razão da ida de Temer à reunião do Mercosul.

3.4.3 Terceira vez como presidente interina - julho de 2018.

A partir dessa conjunção, e sabendo que as fotos são protocolares, tanto quanto a maioria das descrições, tentaremos apenas comentar aquilo que diverge ou seja mais elucidativo.

O Correio Braziliense foi a primeira agência de notícia a divulgar que a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, assumiria a Presidência da República interinamente, pela terceira vez. Entre terça e quarta-feira, respectivamente, 17 e 18 de julho, quando o presidente Michel Temer estará em viagem a Cabo Verde. O decano do STF, ministro Celso de Mello assume a presidência do STF durante o período.

Figura 35 - Terceira vez como interina

Seções **CORREIO BRAZILIENSE** Acervo PUBLICIDADE

POLÍTICA

Cármen Lúcia assume Presidência da República interinamente

A ministra assumirá a chefia do Executivo pela terceira vez no ano

AE Agência Estado

postado em 17/07/2018 10:43



A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, assume a Presidência da República interinamente nesta terça e quarta-feiras (17 e 18 de julho), quando o presidente Michel Temer estará em viagem a Cabo Verde. O decano do STF, ministro Celso de Mello assume a presidência do STF durante o período.

A ministra assumirá a chefia do Executivo pela terceira vez no ano. Pelas regras, quem quiser disputar a eleição não pode exercer função no Executivo no período de seis meses anteriores ao pleito, por isso os presidentes da Câmara - Rodrigo Maia (DEM-RJ) ou do Senado - Eunício Oliveira (MDB- CE) não assumem o posto. O chefe da Suprema Corte é o terceiro na linha sucessória.

PUBLICIDADE

Assine a nossa newsletter

Digite seu endereço de e-mail para acompanhar as notícias diárias do Correio Braziliense.

INSCREVA-SE

MAIS LIDAS

BLOGS

Papo de Concurseiro
Ibaneis determina prosseguimento de concurso da Agepen para contratar novos agentes



Blog do Vicente
Dividendos de bancos recuam em ritmo mais acelerado do que lucros

Próximo Capítulo
Três filmes recém-lançados na Netflix para quem gosta de comédia romântica



Blog da Dad
Sir Francis Bacon ensinou

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

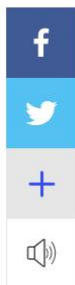
Na foto, a ministra veste uma roupa branca e preta. Ela e o presidente normalmente conversam apenas nessa condição de forma breve. Nenhuma das imagens fotográficas despertam valores relacionados a qualquer sintoma de simpatia. Mas o registro fotográfico tem a sua importância na ocasião. Em compensação, a confusão fotográfica acontece nas próximas matérias. As fotos que seguem foram feitas na ocasião da terceira vez que a ministra assume a Presidência no Planalto, contudo, foram publicadas em dias diferentes, na ocasião da quarta viagem, que sucedeu dias depois. O assunto também não corresponde à ocasião da terceira viagem, mas acontece na circunstância da quarta viagem, quando Cármen Lúcia assina o Decreto que ajuda a gerar empregos a ex-detentos. Assunto amplamente defendido por ela, em muitos anos de trabalho, inclusive com ela mesma, exercendo trabalho voluntário na Pastoral do Cárcere. Segue os recortes de fotos da imprensa, e imprensa digital, e a mistura de assuntos, fotos e fatos.

Figura 36 - Terceira vez como interina: Cármen Lúcia prefere discrição

Presidente interina, Carmem Lúcia prefere discrição e evita mesa de Temer



Imagem: Alan Santos/Presidência



25/07/2018 08h30 | Atualizada em 25/07/2018 09h30

Com a viagem do presidente Michel Temer ao México e à África do Sul nesta semana, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, volta ao Palácio do Planalto para presidir o Brasil. Essa é a quarta vez que ela comanda o país desde o início do período eleitoral e vem se notabilizando pela discrição.

Quando assume interinamente a presidência da República, Cármen Lúcia não dá entrevistas e não posa para fotos enquanto trabalha. A presidente do STF sequer se senta na mesa usada diariamente por Temer, e prefere despachar em uma mesa usada para reuniões, ao lado da mesa principal do escritório presidencial.

Agência Brasil/Foto de Alan Santos - 25/07/2018 - 08h50

A Agência Brasil faz um destaque em 25/07/2018, 08h30 matéria atualizada em 25/07/2018 09h30

Segundo pessoas próximas a Carmem Lúcia, a intenção dela é "dar o maior caráter de normalidade possível" durante a ausência de Michel Temer. Assim, ela também cumpre compromissos presidenciais e recebe ministros de Estado. Ontem (24), por exemplo, recebeu o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, e assinou um decreto tratando da Política Nacional de Trabalho no Âmbito do Sistema Prisional.

Jungmann e o ministro dos Direitos Humanos, Gustavo Rocha, levaram o texto do decreto para Carmen Lúcia assinar. "Ela fez um exame bem detalhadinho, jeito dela, analisou item por item. Fez observações procedentes", contou Jungmann. Em seguida, o ministro perguntou por que ela não participaria da entrevista coletiva de anúncio da nova política. Ela respondeu: "o presidente é Michel Temer. Eu assino, mas o presidente é o Michel Temer".

A Ministra Cármen Lúcia deixa dessa forma um histórico de discrição.

3.4.4 Quarta vez como presidente interina - julho de 2018.

Agência Brasil, em 23/07, 8h30 traz a fotografia correta do dia. Temer viaja ao México (grifo nosso) no dia 23 e Cármen Lúcia assumiu interinamente a Presidência da República. Pela segunda semana seguida ela assume o comando do país. Agenda na África do Sul para a 10ª Cúpula do *Brics*, que ocorre entre os dias 25 e 27, Cármen Lúcia deve permanecer no cargo durante toda a semana. Agência que sempre divulga as matérias da Presidência no primeiro horário.

Figura 37 - Quarta vez como interina

AgênciaBrasil

Política

Cármen Lúcia assume novamente a Presidência da República

Publicado em 23/07/2018 - 11:04 Por Yara Aquino - Repórter da Agência Brasil - Brasília

Com a viagem do presidente Michel Temer ao México, hoje (23), a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, assumiu interinamente a Presidência da República. Pela segunda semana seguida ela assume o comando do país. Como o presidente Temer tem agenda na África do Sul para a 10ª Cúpula do Brics, que ocorre entre os dias 25 e 27, Cármen Lúcia deve permanecer no cargo durante toda a semana.

Essa é a quarta vez que Cármen Lúcia comanda o país desde o início do período eleitoral. Os primeiros na linha sucessória para ocupar o cargo na ausência de Temer do país são o presidente Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), seguido pelo do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE). Ambos também viajaram ao exterior durante a ausência de Temer para evitar assumir o cargo e se tornarem inelegíveis nas próximas eleições, de acordo com as regras eleitorais.



Presidente Michel Temer transmite o cargo para a presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia (Cesar Itiberê/PR)

A presidente interina tem agenda de trabalho a partir das 14h, no Palácio do Planalto. Entre as autoridades que receberá estão os governadores do Rio Grande do Sul, Ivo Sartori; do Piauí, Wellington Dias, e de Minas Gerais, Fernando Pimentel.

Agência Brasil/Foto de Cesar Itiberê/PR - 23/07/2018 - 11h04

Entre os dias 23 e 25 de julho de 2018, Temer viaja à África do Sul, mas primeiro vai ao México. E a Agência Brasil publica duas matérias seguidas.

A importância do documento assinado por ela pertence a políticas de inclusão, não é um assunto diretamente relacionado ao STF. Foi lançado nessa ocasião por intermédio do governo, uma Política Nacional de Trabalho no Âmbito do Sistema Prisional. O decreto assinado decorre das contratações feitas pela União, cuja finalidade é dar oportunidades de trabalho para presos e ex-detentos.

Figura 38 - Detalhe da Agência Brasil - quarta vez como interina



Política

Presidente da República interina, Cármen Lúcia prefere discrição

No Planalto, ela não posa para fotos e não usa mesa de Temer



Publicado em 25/07/2018 - 08:30 Por Marcelo Brandão - Repórter da Agência Brasil - Brasília

Com a viagem do presidente Michel Temer ao México e à África do Sul nesta semana, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, volta ao Palácio do Planalto para presidir o Brasil. Essa é a quarta vez que ela comanda o país desde o início do período eleitoral e vem se notabilizando pela discrição.

Quando assume interinamente a presidência da República, Cármen Lúcia não dá entrevistas e não posa para fotos enquanto trabalha. A presidente do STF sequer se senta na mesa usada diariamente por Temer, e prefere despachar em uma mesa usada para reuniões, ao lado da mesa principal do escritório presidencial.

Grande parte dos compromissos cumpridos no Planalto são da sua própria agenda de ministra, trazida do STF. Recebe representantes de entidades da área jurídica, advogados e procuradores. Ela só não traz os compromissos do cargo de presidente do Tribunal. Durante o período, estes são cumpridos por Dias Toffoli, que assume interinamente o comando do Supremo.

Relacionadas

Política

Cármen Lúcia assume novamente a Presidência da República

Política

Temer vai ao México para reunião de Mercosul e Aliança do Pacífico

Agência Brasil/Foto de Cesar Itiberê/PR - 25/07/2018 - 08:30

Em entrevista o Ministro da Segurança Pública Raul Jungmann, ressalta que "a política é um primeiro passo também para enfraquecer a ação das facções criminosas dentro dos presídios. Oferecendo emprego, o governo quer dar uma alternativa para os presos e egressos do sistema penitenciário possam se reinserir no mercado de trabalho e ajudar financeiramente suas famílias".

Política

Cármen Lúcia assume Presidência da República até o fim da semana

Com viagem de Michel Temer à África do Sul para a 10ª Cúpula do Brics, ministra deve permanecer no cargo durante toda a semana; agenda não foi divulgada

Por Da Redação - Atualizado em 23 jul 2018, 15h26 - Publicado em 23 jul 2018, 12h09



É a quarta vez que Cármen Lúcia assume Presidência da República Ueslei Marcelino/Reuters

VEJA, 23/07/2018 - 15h26

O texto da Agência Brasil

O decreto que institui a política foi assinado pela presidente da República interina, Cármen Lúcia. Os ministros da Segurança Pública, Raul Jungmann, e dos Direitos Humanos, Gustavo Rocha, levaram o texto do decreto para apreciação e assinatura da presidente interina. “Essa política tem uma função fundamental. Em primeiro lugar, de assegurar a ressocialização e a reeducação dos presos e, evidentemente, impactando sobre os egressos, mas tem também a função de combater a criminalidade de base prisional, as grandes facções”, disse Jungmann, em entrevista coletiva após a assinatura do decreto.

A empresa vencedora de licitação deverá ter uma parcela de empregados vindos do sistema prisional. “Nos editais de licitação, haverá a previsão da contratação desses presos. E, preenchidos os critérios do edital, será obrigatório que tais empresas absorvam essa mão de obra”, informou o ministro dos Direitos Humanos. A medida vale para contratação de serviços, inclusive os de engenharia, com valor anual acima de R\$ 330 mil. Presos provisórios, presos em regime fechado, semiaberto e aberto estão incluídos na política. Além disso, os egressos — aqueles que já cumpriram pena e foram postos em liberdade — também podem ser contratados dentro da cota. “A ideia é simples, mas o efeito que a gente espera é fundamental na ressocialização das pessoas”, acrescentou Rocha. [...] (Agencia Brasil, 25/07/2018)

3.4.5 Quinta vez como presidente interina - agosto de 2018

Enquanto Temer viaja ao Paraguai para posse do novo presidente do país Mário Abdo Benitez, Cármen Lúcia assume a Presidência da República pela 5ª vez. E também será a sua última vez como Presidente Interina. Além do mais, a sua jornada na gestão do STF como Presidente da Corte também está chegando ao fim.

Figura 40 - Quinta vez como interina

Temer viaja ao Paraguai para posse de Mario Benítez; Cármen Lúcia assume a Presidência da República pela 5ª vez

Pela agenda oficial, Temer retornará ao Brasil ainda nesta quarta-feira. Seguintes na linha sucessória, Rodrigo Maia e Eunício Oliveira viajaram para Argentina para poderem disputar reeleição; entenda.

Por **Guilherme Mazui, G1** — Brasília
15/08/2018 08h35 - Atualizado há um ano



O presidente Michel Temer e a presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, durante transmissão de cargo nesta quarta-feira (15) — Foto: Cesar Itiberê/Presidência da República

G1 — Brasília/Foto de Cesar Itiberê/PR - 15/08/2018 - 08h35

3.5 O que se reivindica e o que se comemora - os discursos finais

Cármem Lúcia, dá um depoimento a revista VEJA: 'Não se reivindica direito que não se conhece' comentário alicerçado na Constituição de 1988, pronunciado na abertura da AMARELAS AO VIVO com o tema "Educação: Saber e Poder", evento da VEJA que fomentava as entrevistas dos candidatos presidenciais as eleições do ano, em 29 maio de 2018.

Na ocasião do evento ela não pode comparecer devido à greve dos caminhoneiros e sem embargo se fez presente *on line*, como num adiantamento às *lives* na Pandemia. Na ocasião ela explica como o judiciário pode garantir o acesso à educação. "Há atuação permanente para garantir desde vagas ao piso nacional de salário dos docentes para que eles tenham condições de ser um bom professor. O Poder Judiciário tem atuado permanentemente e é cada vez mais acionado". A garantia da educação nessa altura também está centrada no poder judiciário. E convoca a partir do conhecimento do Direito e da Comunicação da TV Justiça, a mediação para educação no país, como salvaguarda do conhecimento disseminado na sociedade. Afirma nessa ocasião também que a educação é o grande desafio do país e não deixamos de enfatizar que essa pauta como desafio está sempre presente em seu discurso. No seu discurso de posse inclusive como um dos valores defendidos. (VEJA, 29/05/2018).

No evento, a ministra se serviu do espaço para enfatizar outros interesses relacionados à educação. Falou sobre Direitos e Cidadania, numa pressão sobre os poderes estarem atentos à importância da Educação. O evento de 29 de maio de 2018 acontece no mesmo ano em que ela se despede da presidência do supremo, ela deixa um recado indireto aos professores, 'que a justiça deve fazer valer piso de professores'. (VEJA, 01/06/2018)

A palavra ou termo que chama a nossa atenção aqui é justamente reivindicar! Entendemos como um verbo transitivo direto que pressupõe "Demandar esforços para recuperar algo que pertence a alguém ou está na posse de outra pessoa". Termo que pode ser conferido no Dicionário Michaelis On-line (michaelis.uol.com.br). A palavra traz também os significados "Empenhar-se para reaver; recuperar"; "Fazer uma solicitação acerca daquilo que se possui por direito; solicitar: reivindicou os lucros que lhe retiraram; Requerer melhores condições de trabalho ou de vida; buscar exercer um direito político ou social: reivindicava a igualdade de direito para as mulheres. E cujo sinônimos são exigir, pleitear, demandar, postular, reclamar, solicitar, protestar, recuperar, assumir. Quem reivindica, reivindica alguma coisa.

Figura 41 - Evento "Educação: Saber e Poder"

veja

RADAR COLUNISTAS ECONOMIA POLÍTICA MUNDO SAÚDE PLACAR CULTURA

Educação

Cármem Lúcia: 'Não se reivindica o que não se conhece'

Na abertura da edição do Amarelas ao Vivo sobre educação, ministra comentou o grande número de ações que chegam ao Judiciário para garantir direitos

Por Da Redação - Atualizado em 29 Maio 2018, 18h42 - Publicado em 29 Maio 2018, 10h04



Cármem Lúcia, presidente do STF, não pôde estar presente no evento em razão das consequências da greve dos caminhoneiros; ela concedeu a entrevista pela internet Antonio Milena/VEJA

Desde a promulgação da Constituição Federal em 1988, o brasileiro aprendeu que tem direitos e tem cidadania. Situação que colocou uma pressão extra sobre todos os poderes para que as garantias constitucionais sejam cumpridas. A avaliação é da ministra **Cármem Lúcia**, presidente do **Supremo Tribunal Federal**, na abertura do evento **Amarelas ao Vivo**, promovido por VEJA e com o tema "Educação: Saber e Poder". A ministra não pôde estar presente em razão das consequências da greve dos caminhoneiros e concedeu a entrevista pela internet.

VEJA, 29/05/2018

A partir dos estudos alicerçados na Comunicação Social, acompanhamos alguns temas trabalhados pela ministra Cármem Lúcia a partir das produções jornalísticas como o importante tema da liberdade de expressão, o direito à comunicação e o direito à informação, a liberdade de imprensa, o direito à liberdade de escrever sobre personalidades do país com contribuição relevante, como casos concretos expostos por ela. Com notórios passos e pautas relacionados à evidência do judiciário num discurso de contribuição para o exercício da cidadania. Além do direito ao poder de resposta e à propriedade intelectual, ela se posicionou no campo da comunicação social, através do poder jurídico, com a disponibilidade de discussão sobre o referencial normativo e suas regulações. Além de insistir no tema da liberdade de imprensa e da livre manifestação, ela também insistiu na Educação.

Figura 42 - Cármen Lúcia canta e dança

21.08.2018 / 10:12

Cármen Lúcia canta e dança “Não deixe o samba morrer” e mostra lado descontraído

COMPARTILHE:   



Na foto: Ministra Carmem Lucia, Laurita Vaz, Grace Mendonça e as Procuradoras Raquel Dodge e Cristina Machado, Maria Silva Bastos, Lucia Braga, Ana Maria Machado, cantora Alcione, Betania Tanure e Luiza Helena Trajano || Créditos: Reprodução Instagram

Um momento raro para um presidente do Supremo Tribunal Federal foi compartilhado nas redes sociais. Após participar do Seminário Elas por Elas promovido pelo Conselho Nacional da Justiça, em Brasília, nessa segunda-feira, a Ministra Cármen Lúcia foi “flagrada” pelas demais participantes do evento – todas mulheres empoderadas – cantando e dançando ao lado de Alcione o clássico “Não deixe o samba morrer” com direito a chamada da Marrom: “Vai Cármen Lúcia” e solo no final.

Folha de S.Paulo - 21/08/2018 - 10h12

O mesmo evento foi noticiado pela revista VEJA com o título “A roda das mulheres” trazendo algumas informações de sua vida pessoal como morar sozinha. Acrescenta os adjetivos circunspecta, austera e serena a sua discreta pessoa. (VEJA, 28/08/2018). Após o Seminário “Elas por Elas” ela ofereceu uma recepção para as mulheres no salão de sua residência, e a cantoria, na verdade foi mais comentado que a importância do seminário.

Quando Boris Kossoy (2014) nos lembra que a fotografia ou a iconografia pode ser lida como um documento histórico figuras relacionadas ao governo do país, cada vez mais expostas na mídia, mais participativas dessa exibição, divulgada ora pela mídia tradicional, ora pela simples transmissão por órgãos oficiais do governo, entendemos políticos e governantes protagonista de seus cargos, “representantes” de suas funções

públicas, sujeitos ao mito composto por Roland Barthes (1985) investidos na sociedade do espetáculo de Guy Debor (2012).

Uma das funções da mídia em contexto sócio-político conturbado é o da divulgação de notícias e informações. A partir da seleção de notícias e matérias relacionadas ao período proposto para essa dissertação, pensamos na imagem veiculada pela mídia da ministra Carmen Lúcia, principalmente nas pautas relacionadas ao Supremo. A imagem dela sempre esteve intimamente relacionada à ideia de justiça, mesmo antes de ser membro do Supremo Tribunal Federal. Todavia sua imagem também se mistura a outras situações (que não foram tão fortemente divulgadas), após a repercussão das discussões dos ministros do STF, e a exposição de todos os ministros na mídia, de alguma forma, nenhum deles teve mais a sua imagem resguardada. Da mesma forma que o Supremo entrou em pauta em todas as mídias, das colunas de política, poder, judiciário, educação e até cotidiano, os seus membros entraram em caráter de noticiabilidade.

Em relação à imagem da ministra Cármen Lúcia, entendemos desde o seu discurso de posse, que nos suscitou toda a investigação desta dissertação, que ela tem pautas particulares de interesse que estão interligadas a valores e interesses pessoais defendidos por ela. Sua jornada iniciada em 2006 como membro do Supremo Tribunal Federal, já traz como carga genética, o fato de ser uma mulher indicada ao Supremo, chamando a atenção pelo fato de ser uma mulher mais do que por toda a trajetória de sua vida acadêmica construída até então. A sua participação no TSE lhe confere uma enorme visibilidade, e também fica atrelada em parte à figura de Joaquim Barbosa. Ambos foram indicados por Lula, o primeiro negro e a segunda mulher para compor a Corte, ambos são mineiros. Devido a vaga deixada por Joaquim Barbosa no TSE, Cármen Lúcia passa de substituta a efetiva. Chama a atenção por sua enorme competência demonstrando nos bastidores do trabalho uma vigorosa participação e posteriormente uma gestão operativa e eficiente. Outra forte condição que a define é a grande confiança que os magistrados e outras autoridades depositaram em toda a sua atuação. O que a fez cada vez mais posicionar-se em público, sempre defendendo uma pauta de justiça e contra a corrupção.

Em sua posse como Presidente da Suprema Corte e a sua menção como presidente interina, completam um itinerário único que a inscreve numa “suprema habilidade” em transitar por todas as situações quase sem chamar a atenção, “ou de discreta atuação” como insiste a mídia, o que lhe confere um status de mito social, construído pela mídia

mas não assimilado em toda a sua capacidade. Suas pautas particulares de interesses passam por crianças órfãs, presidiários e mulheres presidiárias inclusive que dão a luz na cadeia; e como valores pessoais ela defende a liberdade sobretudo na imprensa, como símbolo de uma verdadeira democracia, necessária a causa cidadã, espaço de expressão para todos. Defende a liberdade de sonhar, também, como garantidora de aspirações para um porvir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos a nossa pesquisa questionamos a partir do discurso de posse da ministra Cármen Lúcia como presidente no Supremo Tribunal Federal, como ela se apresentou ao seu auditório. Os questionamentos se intensificaram com a leitura e audição de seu discurso, visto que foi percebido na sua argumentação que o público a quem dirigia sua fala não eram apenas os membros do STF. E todo o levantamento de material da pesquisa abrangeu desde a sua fala em primeira pessoa nessa ocasião, que demonstrou os seus interesses além do âmbito jurisdicional, e posicionamentos e opiniões que se dirigiam especificadamente a todas as pessoas da sociedade, em outras circunstâncias.

Neste momento de análise do discurso da ministra recorreremos aos autores Chain Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2002) como teóricos relacionados à Análise de Discurso, de modo a compreender a totalidade da mensagem veiculada pela ministra, trabalhado no primeiro capítulo desta dissertação. Com o desenvolvimento dos estudos, trouxemos a possibilidade de sua imagem ser construída e divulgada na mídia, como uma imagem midiática, possivelmente relacionada a um mito social. Como presidente da suprema corte do país, podemos observar como a sua imagem foi sendo trabalhada através das fotos e narrativas e, segundo a teoria de Roland Barthes (1985) podemos inferir como essa imagem foi esvaziada de sua leitura histórica e outros elementos que não são percebidos em sua totalidade e, demonstramos esse aspecto através de uma leitura das imagens da ministra divulgadas no terceiro e último capítulo desta dissertação. Ancoramos a nossa análise da imagem em Boris Kossoy (2014), historiador e crítico da fotografia, e que nos traz uma ampla e sólida teoria nesse campo.

Consideramos também a mudança da visualidade do Supremos Tribunal Federal na mídia, fenômeno atual, que só se fez notar nas últimas duas décadas. Tornando-se o STF um polo de discussões, debates e conflitos com abrangência de assuntos polêmicos e interesse e destaque popular, com impactos relacionados diretamente à população, cada vez mais presentes em ações que tramitam nos órgãos públicos. E a presença do STF na

mídia se intensificou ainda mais através dos diversos órgãos de comunicação. (FALCÃO, 2012, 432)

Os marcos dessa mudança de visibilidade do STF na mídia foram por nós abordados no segundo capítulo e percorremos um período desde 2003 a 2018, com recorte dos principais fatos diretamente relacionados ao interesse desta pesquisa que são demonstrar como a mídia abordou o Supremo Tribunal Federal de modo geral e Carmen Lucia de forma específica.

A pesquisa explorou as mídias desde o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010 com dois mandatos), perpassou o escândalo do Mensalão, o primeiro mandato em 2011 de Dilma Rousseff, sucessora de Lula, os protestos de 2013 e a queda em 2016, através do *Impeachment* da primeira mulher presidente, em seu segundo mandato. Finalizando as disputas de poder em 2018, depois de citar a morte do ministro Teori Zavascki em 2017 e toda a instabilidade que estava instalada na sociedade e que era investigada pelo Supremo. Consideramos que esse período apreendeu a trajetória da ministra Cármen Lúcia no STF, TSE e CNJ e que fundamentaram as nossas hipóteses.

Entendemos após a análise dos fatos citados de visibilidade do Supremo na mídia, que foram três os fatos mais marcantes e selecionados para nossa demonstração: o mensalão; a repercussão das discussões dos ministros do STF e a intriga gerada pela investigação do Supremo relacionada a Lava Jato.

As outras matérias que trouxemos para o corpo do texto ajudaram a ilustrar outras situações que trazem luzes aos nossos questionamentos e são: a notícia de que o seu discurso de posse foi tema de vestibular; Lula eleito e a transição da faixa presidencial de Lula para Dilma, a investidura de Dilma ao Planalto e o *impeachment* (da primeira mulher presidente eleita no país) com seus *Slogans*, tentando manter no poder, aliados do partido PT em franca decadência no governo. A repercussão das manifestações públicas que indicam para nós o acompanhamento da população na situação caótica do em que se encontrava o Brasil.

E, de importância diretamente ligada a imagem da ministra Cármen Lúcia, foram demarcadamente mais importantes cinco fatos: a sua indicação como membro do Supremo Tribunal Federal; a sua participação como presidente do TSE; a sua manifestação contra a corrupção (que alonga-se à sua postura em relação a morte do ministro Teori Zavascki e novas eleições); sua posse como Presidente da Corte e a sua menção como presidente interina.

A repercussão desses fatos é que ajudaram a reverberar as notícias que alastram e intensificam de alguma forma os posicionamentos, como a defesa em nomes de outras mulheres, eventos de participação exclusivas de mulheres do judiciário e evento de causa social como o Dia das Crianças comemorado no STF.

Uma das funções da mídia, nesse contexto sócio-político desencadeado pelo mensalão e denúncias e escândalos sobre corrupção relacionados ao governo foi a ampliação do conceito de ordem e justiça advindos da Constituição, indo ao encontro do próprio STF como guardião da Lei. Entretanto, considerando que na crise atual de manifestação de liberdades de expressão e de opinião, mais propriamente dizendo de apropriação do termo cidadania por parte de alguns ou de interlocutores da lei, ou ainda de manifesto interesse por questões de causas sociais relacionados aos poderes, acreditamos que todo o cidadão manifestou de alguma forma os seus interesses.

A conscientização do cidadão atualmente acontece seja no exagerado consumo de notícias, seja em manifestações de rua, panelaço através das janelas. A participação dos cidadãos pode aparecer em pesquisas relacionadas ao STF ou numa maior apreensão sobre o contexto. A comunicação ampliou-se de certa forma, assim consideramos que o desconhecimento histórico relacionado ao Supremo e aos seus membros não existe mais. E a reação ao estímulo da mídia é evidente na medida que temos números elevados de produção de notícias (e de acessos, mas que não fazem parte deste corpo teórico). Diante dos fatos que demonstram uma maior exposição do STF e da possível participação dos cidadãos como co-intérpretes das situações votadas no Supremo quer por interesses jurídicos, quer políticos, conseqüentemente também, podemos considerar o aumento de mensagens e repercussões acerca do que se passa nos Poderes.

Na devida proporção podemos também considerar a influência da opinião pública nos julgamentos, como atestam Patrícia Perrone (2015) *Nos bastidores do Supremo* e outros autores recentes, em estudos do STF.

O próprio Tribunal parece legitimar as suas decisões de acordo com o seu entorno. As decisões atuais são baseadas na leitura subjetiva dos autos e passam pela experiência do próprio juiz. Essa nova constatação transparece nos votos emitidos que parecem distinguir a letra da lei escrita para todos mas entendida e aplicada a cada um diferentemente. Daí surgem as maiores polêmicas acerca dos votos emitidos, das manifestações públicas exibida pela TV Justiça, pelas centenas de matérias que irão demonstrar a tendência de cada juiz em particular.

Quanto ao judiciário, protagonista do nosso tempo, tomou a cena de poder e tenta manter-se como centro na mídia, através da legitimação pública de suas ações. E em sequência à jurisdição encontram-se os onze ministros que são na verdade seus representantes. Emissores das causas julgadas.

Quando mantemos o olhar central e a nossa atenção na ministra Cármen Lúcia, compreendemos qual é o seu posicionamento, legitimado a partir das ações nos autos julgadas no STF e as suas manifestações de cunho pessoal.

Desde o início do projeto de pesquisa, não era do nosso interesse fazer um percurso de liminares ou de votos individuais e despachos julgados pela ministra. Contudo sabemos muitas de suas opiniões dentro dos autos, porque foram divulgadas pela mídia. Mesmo fora dos limites das ações julgadas no STF, apenas algumas de suas opiniões foram consideradas nesta dissertação. E embora o seu repertório de assuntos mantenha uma linguagem técnico-jurídica, como o seu discurso de posse, por exemplo, a linguagem destinada à população não é menos técnica, e existe na medida do seu interesse em manter um canal de comunicação aberto e direto com a população. Já considerando aqui, nessa discussão, a nossa interpretação sobre a construção de sua imagem na mídia.

Com essa perpetuação do “presente” defendida por Guy Debord (2012, p.10) em que perdemos de certa forma, a construção linear de fatos históricos relevantes não percebemos que muitas das “pautas votadas” pela ministra permanecem. São de interesse público mas também de interesse particular, sobremaneira. Carmen Lúcia em sua trajetória profissional, desde a sua indicação ao STF demonstrava um acentuado interesse por pautas relacionadas à educação. Inclui em sua jornada a passagem pelo Tribunal Superior Eleitoral, em tempo de eleições, e como Presidente da mais alta Corte do Brasil assume o Conselho Nacional de Justiça, que é intimamente responsável pela Segurança no país. A mensagem da ministra se utiliza de uma linguagem doutrinária, que contém uma retórica de poder dominante, e que constrói uma narrativa epopeica de missão nacional pessoal. Seus artigos analisados, seu discurso de posse e as suas entrevistas proferem a sua opinião jurídica enquanto ministra, fora dos processos e que se misturam aos fatos e imagens divulgados pela mídia. Seus pensamentos e vida privada se tornaram públicos através de suas entrevistas, sabatina, contos de “causos” familiares, suas preferências de autores nacionais e assuntos. Sua infância está estampada na Folha de S.Paulo da mesma forma que a sua opinião na Ação 470. O dia a dia dos ministros da corte é noticiado com a mesma naturalidade das pautas a serem votadas, de interesse público, ou pior ainda, de celebridades.

A atividade política é proibida aos membros da corte pela própria Constituição Federal, não obstante a participação de cunho opinativo como o evento divulgado pela VEJA Educação: “Saber e Poder”. Que contém a mesma aparência de trechos de seu discurso numa avaliação de cunho nacional para ingresso na faculdade. Porém são dois eventos construídos pela mídia que revelam o mesmo foco, a influência a partir de sua mensagem. Sob a condição que seja educativo. A imagem veiculada não se esgota na atuação do judiciário, ao contrário, se propaga à sociedade como um todo. Perpassa todos os processos e atinge outros campos educacionais e culturais.

E a partir deste contexto demonstrado no corpo da dissertação, questionamos como a imagem da ministra Cármen Lúcia, misturada a sua mensagem, foi divulgada e apresentada pela mídia à sociedade. E reafirmamos que o que a mídia elaborou contém os elementos de um “mito social”. A ideia que permanece é a de uma ministra do Supremo em defesa de ações sociais e em defesa das minorias.

A principal hipótese apresentada no início da pesquisa foi pensar a ministra como uma personagem contra a corrupção no País, imagem construída pela mídia como de uma pessoa simples que ascende ao Supremo em defesa da Constituição. Concordamos que a Constituição é o eixo de sua vida e de seu discurso. Contudo, esperamos ter demonstrado que Carmen Lucia traduz uma imagem mais abrangente de guardiã da justiça com a escolha das suas premissas, que fundamentam todos os seus discursos, como representante das liberdades e expressão. Defendemos a ideia de que a ministra se mostrou a favor das liberdades e apresentou um discurso precursor de mudança, principalmente no campo de mudanças de posturas, relacionados a uma novo comportamento e educação, no sentido de emancipação como pessoa e cidadão. Também enfatizamos que age com liderança e popularidade, levando em consideração as suas estratégias desenvolvidas no discurso ao assumir como mulher a mais alta Corte do país, percebemos a sua defesa em relação a outros interesses como representante de uma imagem do poder feminino.

Essa dissertação se configurou no embasamento do estudo de linguagens e suas relações, imagens como discursos e discursos como construção e divulgação da imagem. E ao escolhermos o conceito de ideologia de John B. Thompson (2002) entendemos melhor os axiomas selecionados por Cármen Lúcia na construção de seu discurso. Seu valores defendidos são bem descritos e expostos no quinto parágrafo, como educação,

segurança e saúde, resguardados pelo Direito. Lembrando a alusão de Thompson (2002, 19 e 20) sobre as “formas simbólicas” observamos que no seu texto de início de carreira, Cármen Lúcia já trazia a sua marca, ainda mais como Membro da Pastoral do Cárcere, “Aonde estiver um único homem algemado, o Direito que se discute é de todos”. (CARMEN LUCIA, 1997, p.28). A oportunidade que pode ser dado como retorno e dedicação ao seu trabalho aparece enquanto preside o Conselho Nacional de Justiça, em que visita pessoalmente todas as penitenciárias, inclusive as femininas, do país. O campo da hermenêutica, que alude Thompson, parte da compreensão e interpretação do seu próprio cotidiano, daquilo que é constitutivo de sua própria trajetória. Tanto quanto Boris Kossoy.

No discurso filosófico proporcionado pela imagem, principalmente considerada aqui por nós na área da comunicação, imagem que constrói narrativas e ou discursos, entendemos a importância dessa discussão no campo da Comunicação, lembramos aqui em linhas bem amplas e gerais que a comunicação é um processo construído e codificado a partir da linguagem, do diálogo, de construção de narrativas. Lembrando Stuart Hall, com seus estudos "*politics of de image*", nos ajuda nesse embate em relação ao entendimento da imagem pública e ao processo de visibilidade midiático imagética. Sendo construtivista assim como Roland Barthes (1985), nos traz um conceito de representação dentro da noção de cultura, ou seja, de "significados compartilhados", quando os valores culturais fazem sentido a partir da linguagem em comum dialogada.

Em *Cultura e Representação* livro de Stuart Hall (2016), o autor desenvolve os seus estudos no área da Comunicação e elucida que a linguagem opera como um "sistema representacional" (Hall, 2016, p.15). E que nossos conceitos, ideais e sentimentos são essenciais nessa representação, onde os significados são produzidos, entendidos como comum e compartilhados. Assim, para o autor “A linguagem é capaz de fazer isso. Na linguagem fazemos uso de símbolos e signos _ sejam eles sonoros, escritos, imagens eletrônicas, notas musicais e até objetos - para significar ou representar para outros indivíduos, nossos conceitos, ideias e sentimentos”. (HALL, 2016, p.18). Carmen Lucia com o seu discurso de posse, faz uso de uma identidade nacional para criar um modelo de representação. A partir de um “diálogo aberto” com a sociedade, consideravelmente troca informações. Pois o diálogo pressupõe aprendizagem. Mas traz sua argumentação de forma imperativa. Seu discurso carrega intenções de foro social, fala sobre um ‘*Direito Humanizado*’, já defendido por ela em tempos anteriores a sua posse.

Cármen Lúcia constrói uma narrativa humanizada a partir do que ela chama de Direito Humanizado, inclusive com a veiculação de sua imagem na mídia. Ao acompanhar com a sua presença e opiniões fatos sociais e políticos, construídos a partir da narrativa imagética na mídia, consideramos a circulação de sua imagem como construção de uma representação, chamada por Boris Kossoy (2014) de 'sistema representacional' e que contém as coordenadas do momento político. A imagem e o discurso caminharam juntos. Pois a identidade traz representação. Sua imagem não fica delimitada ao Jurídico e ao jurisdicionado, ultrapassa as fronteiras. A partir da linguagem estabelecida pela ministra, de falar em termos jurídicos, ela se faz reconhecida, embora o conteúdo de muitas das suas mensagens se referem aos componentes que são reconhecidos na sociedade. Através de cantores populares, escritores e poetas ela atrai grupos de interesses, a uma realidade histórica. Mantém uma identidade de jurista ao mesmo tempo o de pessoa que entende a população. Confronta com os presidentes mas elabora um significante de representação de alguém que cumpre a lei, e expressa a mensagem que quer transmitir às pessoas que compartilham do mesmo conceito, de que a corrupção, a desigualdade, as discriminações não podem se instalar. O aspecto "político" da linguagem da ministra Carmen Lúcia expressa um poder a membros da mesma cultura, que compartilham do mesmo conceito e visão que lhes permitem interpretar o mundo num mesmo formato. Isto a constrói como uma representante ou uma caracterização de representação.

Em seu artigo de 1997, a ministra cita diversos 'heróis passageiros', líderes e presidentes, gurus de outras épocas e afirma "porque, no plano político, continuo a acreditar ser o povo autor de sua história e senhor de seu destino". Comenta que a paixão política é verdadeiramente altruísta, diferente do amor humano que pode ser egoísta e completa que "A cidadania é o mais fervoroso exercício da paixão solidária". (CARMEN LUCIA, 1997, p.32)

Assim compreendemos que ela demonstra sua identidade e os seus valores em seu discurso de posse. Além de discursar impondo valores universalmente aceitos, ela mantém uma conversa dialógica através de outros valores conhecidos, mantendo uma memória viva da identidade nacional, de cidadã consciente. Ela fala sobre a liberdade e os sonhos, de trilhas livres, enquanto a mídia apenas enfatiza uma imagem austera do profissional e do combate aos descasos sociais. Identidade construída quer discursiva, quer imagética.

Compreendemos assim, como os teóricos citados ao longo de toda análise, que a partir da construção de sua identidade, narrativa ou imagética, os mesmos princípios geram uma representação no campo da comunicação. *Os tempos da fotografia*, livro de Boris Kossoy (2014) contém um parágrafo expresso no final do livro e que tem nossa total adesão como pensamento concluinte desta dissertação: “Cada vez mais o aprendizado natural e a experiência que adquirimos no mundo real tem sido substituído pela representação”. (KOSSOY, 2014 p.162).

REFERÊNCIAS

- ALLOA, Emmanuel (org.). **Pensar a imagem**. Autêntica Editora, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, 2015
- BALANDIER, Georges. **O poder em Cena**. Minerva, Coimbra, 1999.
- BARTHES, R. **Mitologias**. São Paulo: DIFEL, 1985.
- BUCCI, Eugênio. **Dissonâncias estruturais na comunicação do Poder Judiciário no Brasil: perguntas**. USP, São Paulo, 2019.
- CARMEN LUCIA. **Cidadania e Constituição**: as cores da revolução constitucional do cidadão. Revista Trimestral de Direito Público, n. 19, 1997, p. 19-37. CAM AGU MJU PGR STJ TCD TJD TST STF
- CARMEN LUCIA. **O princípio da dignidade da pessoa humana e a exclusão social**. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 17, 2000. Justiça, realidade e utopia. Brasília: OAB – Conselho Federal, 2000. p. 69-92 CAM MJU STJ STF 341.41506381 C749 OAB-17
- CHAIN PERELMAN - LUCIE Olbrechts-tyteca. **Tratado da Argumentação – A Nova Retórica**, Martins Fontes, 2002.
- CIOCCARI, Deysi. **Espetacularização Política Brasileira: uma análise dos Políticos Midiáticos eleitos para o Congresso Nacional 2015-2019**, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Uberlândia – MG, 2019
- COELHO, C.N.P. & PERSICHETTI, S. – “**Benjamin, o Método da Compreensão e as Imagens Dialéticas**” in Líbero v.19, n. 37-A, p. 55-62, jul./dez. 2016.
- COELHO, C.N.P. **Poder e Sociedade do Espetáculo: A Atuação da Mídia e a Democracia no Brasil**.
- COELHO, C.N.P. **Teoria Crítica e Sociedade do Espetáculo**. Jundiaí: Editora House, 2014
- COIRO-MORAES, A.L. **Culturas e identidades: conceitos plurais**. In Comunicação, Cultura e Visualidades. Ana Luiza Coiro Moraes, Deysi Deysi Ciocari, Simonetta Persichetti (Orgs.) São Paulo: Cásper Líbero, 2018, p. 18-28 Disponível em <https://casperlibero.edu.br/mestrado/livros-mestrado/> Acesso em 27 jan.2019.
- DEBORD, GUY. **A sociedade do espetáculo**. Antígona. Lisboa: 2012.
- FABRIS, Annateresa. **O Corpo como território do político**. Research Gate. DOI: 10.36311/1808-8473.2009.v1n6. 2009.
- FALCÃO, J. OLIVEIRA, F.L. **O STF e a agenda pública nacional: de outro desconhecido a supremo protagonista?**
- FONTANARI, Rodrigo. **Como ler imagens? A lição de Roland Barthes**. Galáxia, São Paulo [online], 2016
- FONTCUBERTA, Joan (Org.). **Estética fotográfica**. Barcelona: G. Gili, 2003.
- STUART, Hall. **Cultura e Representação**. Tradução: William Oliveira e Daniel Miranda. Rio de Janeiro: PUC -Rio: Apicuri, 2016.
- JOLY, Martine. **A imagem e a sua interpretação**. Lisboa: Edições 70, 2002.
- JOLY, Martine. **A introdução à Análise da Imagem**. Editora 70, Lisboa: 1994.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 5º edição. Ateliê Editorial. Cotia, 2014

KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia** _ o efêmero e o perpétuo. 3º edição Ateliê Editorial. Cotia, 2014

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 5º edição. Ateliê Editorial. Cotia, 2014.

LÉVY, P. - **O Que é Virtual?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1996

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal**: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. Editora Shwarcz Ltda. São Paulo: 2008.

LIPOVETSKY, Gilles. JEAN Serroy. **A estetização do mundo**_ viver na era do hipercapitalismo artista. Companhia Das Letras. São Paulo: 2018.

MARTINO, L M S. **Métodos de pesquisa em comunicação**: Projetos, ideias, práticas. São Paulo, Editora Vozes, 2018.

MARTINO, L M S. **Teoria da Comunicação**. Ideias, conceitos e métodos. Petrópolis: Vozes, 2013.

MELLO, Patrícia Perrone Campos. **Nos Bastidores do Supremo** Tribunal Federal. Rio de Janeiro, Editora Forense, 2015.

MENEZES, J.E.O. **Cultura do Ouvir e Ecologia da Comunicação**. São Paulo: Uni, 2016. Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/mestrado/livros-mestrado/>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

PAGLIA, Camille. **Imagens Cintilantes**. Editora Apicuri, Rio de Janeiro, 2014

PEIXOTO, et all. Maria Eduarda Gonçalves; Alencar, Claudiana Nogueira de; Ferreira, Euberval. **O objeto da ideologia na teoria crítica do discurso**. Linguagem em (dis)curso _ LemD, Tubarão, SC, v. 18, n.1 p. 215-233, jan/abr. 2018.

PERSICHIETTI, Simonetta e COELHO, Cláudio Novaes Pinto (org.) **A dimensão ideológica e política da fotografia e a imagem do presidente do Brasil** publicado em Política, mídia e espetáculo [recurso eletrônico] – 1. ed. – Editora Cásper Líbero, São Paulo, 2018

RECONDO, Felipe e WEBER, Luiz. **Os Onze - O STF, Seus Bastidores e Suas Crises**. São Paulo, Companhia Das Letras, 2019.

SILVA, A. MARQUES. A imagem por trás do mito: estratégias discursivas e construção do ethos no discurso político presidencial. São Paulo, USP-FFLCH, 2010.

SUPREMO TRIBUNAL DE FEDERAL. STF - **Relatório de Gestão 2016**

THOMPSON, JOHN B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2002.

THOMPSON, JOHN B. **O Escândalo Político** – Poder e visibilidade na era da mídia. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2002.

VIEIRA, O.V. **A batalha dos poderes**: da transição democrática ao mal-estar constitucional. 2018. São Paulo: Cia das Letras, 2018.